

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FAMECOS – FACULDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

THIANA ORTH

**AS CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA
PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DA REDE DE
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
DA LOMBA DO PINHEIRO**

Porto Alegre

2010

THIANA ORTH

**AS CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA
PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DA REDE DE
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
DA LOMBA DO PINHEIRO**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre pelo programa de
Pós-graduação em Comunicação Social da
Faculdade dos Meios e Comunicação Social
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Orientadora: Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O77c Orth, Thiana

As contribuições da comunicação comunitária para processos de mobilização social: o caso da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro / Thiana Orth. – Porto Alegre, 2010.

131 f.

Diss. (Mestrado em Comunicação Social) – Fac. dos Meios de Comunicação Social, PUCRS.

Orientadora: Prof^a Dr^a Beatriz Corrêa Pires Dornelles

1. Comunicação Social. 2. Comunicação Comunitária. 3. Sociologia da Comunicação. 5. Políticas Sociais. 6. Redes Sociais. 7. Crianças – Assistência Social. 8. Adolescentes – Assistência Social. I. Dornelles, Beatriz Corrêa Pires. II. Título.

CDD 301.1

Bibliotecária Responsável: Elisete Sales de Souza, CRB 10/1441

THIANA ORTH

**AS CONTRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA PARA
PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DA REDE DE
ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
DA LOMBA DO PINHEIRO**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre pelo programa de
Pós-graduação em Comunicação Social da
Faculdade dos Meios e Comunicação Social da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul

Aprovada em 31 de agosto de 2010

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles – PUCRS

Professora Dra. Berenice Rojas Couto - PUCRS

Professora Dra. Cleusa Scroferneker - PUCRS

Dedico este trabalho aos principais
pilares e exemplos de minha vida:
Dalira, Liane e Tamir.

AGRADECIMENTOS

Pelo amor e cumplicidade, ao Marcelo Torriani.

Pelo incentivo para o estudo e apoio financeiro para o mestrado, ao meu pai, Tamir Orth, à Tia Anes e à Vó Lila.

Pelos ouvidos atentos e fala precisa, à Clarissa Leitune.

Pela amizade constante e cuidadosa, ao Beto Rodrigues, Thanise Ramos e Isabel Guimarães.

Pela sabedoria transmitida, à professora Berenice Rojas Couto.

Pela convivência carinhosa e compreensão nas ausências, à equipe da ABORS, em especial, ao Flávio Augusto e à Viviane Adaime.

Pela disponibilidade e trocas de conhecimento, aos membros da Rede Lomba.

“Diante da derrocada da ideologia racionalista do progresso linear e contínuo, a comunicação assumiu seu lugar e anuncia-se como parâmetro por excelência da evolução da humanidade, num momento histórico em que ela busca desesperadamente um sentido para seu futuro” (Armand e Michèle Mattelart, em História das teorias da comunicação, 2005).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos e as relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente, além de contribuir para o fortalecimento de projetos de mobilização social, através da comunicação comunitária. Para tanto, partimos de uma contextualização acerca das políticas sociais desenvolvidas em torno desta parcela da população, nos últimos vinte anos e da compreensão do fenômeno das redes sociais, na contemporaneidade, em especial das redes de atendimento locais para um público específico. Através da perspectiva da comunicação como um fenômeno social, resgatamos alguns dos conceitos e dos elementos dos processos comunicacionais e suas relações de interdependência. Em busca das origens, dos contextos e das perspectivas da comunicação comunitária, perpassamos o estudo pela sua relação com os conceitos de comunidade, bem como pela comunicação midiática brasileira e por estratégias de comunicação para processos de mobilização social. Conduzimos a pesquisa através do Estudo de Caso proposto por Yin (2005), a partir de uma das redes de atendimento à criança e ao adolescente, da cidade de Porto Alegre, atrelada às técnicas de observação participante, entrevista e documentação.

Palavras-chave: processos comunicacionais; redes de atendimento à criança e ao adolescente; políticas sociais; comunicação comunitária.

ABSTRACT

This research aims to analyze the processes and the communicative relationships that emerge from networking service of supporting children and adolescents, besides contributing to the strengthening of projects of social mobilization through community communication. The starting point was the contextualization of the social policies developed around this portion of the population in the last twenty years and the understanding of the social networks phenomenon nowadays, especially the networks of local service to a specific group of population. Through the perspective of communication as a social phenomenon, we rescued some of the concepts and elements of communication processes and their relations of interdependencies. In search of origins, contexts and perspectives of community communication, the study spans its relations with the concepts of community, as well as the Brazilian communication media and communication strategies for social mobilization processes. We conducted the research through a case study in a network of children and adolescents care, in the city of Porto Alegre, joined with participant observation techniques, interview and documentation, as proposed by Yin (2005).

Key words: communication processes. networks of care for children and adolescents. social policies. community communication.

LISTA DE SIGLAS

ABERT - Associação Brasileira de Rádios e Televisão

ANDI - Agência de Notícias da Infância

CAR - Centro Administrativo Regional

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPCA - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente

DCA - Departamento da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

FEBEM - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

FNCA - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OG's - Organizações governamentais

ONGs - Organizações não-governamentais

SMED - Secretaria Municipal de Educação

UNICEF - Fundo Nacional das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS	22
1.1 CONCEITOS E CONTRADIÇÕES	22
1.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	25
1.3 ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS	27
2 REDES SOCIAIS: CONFIGURAÇÕES E PARTICULARIDADES	30
2.1 ORIGENS E CONTEXTOS ATUAIS.....	30
2.2 REDES DE ATENDIMENTO	34
3 COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL E OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS	37
3.1 COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL	37
3.2 OS ELEMENTOS DOS PROCESSOS COMUNICACIONAIS E SUA RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA	40
4 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: ORIGENS, CONTEXTOS E PERSPECTIVAS	44
4.1 COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA BRASILEIRA E DEMOCRACIA.....	44
4.2 COBERTURA NOTICIOSA SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS	47
4.3 COMUNICAÇÃO POPULAR E ALTERNATIVA	51
4.4 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA RELAÇÃO COM OS CONCEITOS DE COMUNIDADE.....	57
4.5 PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL	62
4.6 CONDUZINDO E PLANEJANDO ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	68

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	73
5.1 PESQUISA QUALITATIVA	73
5.2 ESTUDO DE CASO	73
5.3 OBSERVAÇÃO DIRETA E PARTICIPANTE.....	76
5.4 ENTREVISTA.....	79
5.5 DOCUMENTAÇÃO.....	81
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	82
6.1 BREVE PANORAMA DA REGIÃO E DA POPULAÇÃO INFANTO - JUVENIL DA LOMBA DO PINHEIRO	82
6.2 A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE	83
6.3 FUNÇÕES E POTENCIALIDADES DAS REDES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	86
6.4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA REDE LOMBA.....	88
6.5 A ARTICULAÇÃO DOS MEMBROS DA REDE LOMBA COM A COMUNIDADE LOCAL	92
6.5.1 Divulgação dos informes	95
6.5.2 Os produtores e os reeditores sociais	97
6.6 A ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO.....	99
6.6.1 Questões político – partidárias	102
6.6.2 Muitas vozes, poucas ações.....	104
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	117
APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados / Roteiro de entrevista	118
ANEXOS.....	120
ANEXO 1 – Ata da reunião / 10 de março de 2009.....	121
ANEXO 2 - Ata da reunião / 08 de setembro de 2009.....	123
ANEXO 3 - Ata da reunião / 13 de outubro de 2009	126
ANEXO 4 - Ata da reunião / 10 de novembro de 2009.....	127
ANEXO 5 - Ata da reunião / 08 de dezembro de 2009.....	130

INTRODUÇÃO

O Brasil pontua-se por ser um dos países mais populosos do mundo e, também, um dos mais desiguais. Segundo Pochmann (2004), no quarto volume do *Atlas da Exclusão Social: a exclusão no mundo*, no país, em média, para cada dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8 dólares. Em outras palavras, os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres. Este dado evidencia a gravidade da situação da realidade brasileira em termos de desigualdades sociais, tendo em vista que a exclusão de bens materiais e culturais faz parte da reprodução do cotidiano de um grande contingente populacional no país.

Ao traçar um perfil do pobre brasileiro, Rocha (2006) observa que a pobreza¹ está associada a elevadas taxas de analfabetismo, uma vez que, entre os analfabetos, 70,4% são pobres. Neste sentido, se torna evidente a desvantagem que o baixo nível de escolaridade representa em termos de incidência de pobreza, já que a proporção de pobres tende a declinar com o aumento da escolaridade². Rocha observa (2006, p.144) que “54,5% de todas as crianças brasileiras de menos de quatro anos de idade pertencem a famílias pobres, isto é, nas quais a renda *per capita* é inferior à linha de pobreza”. Na perspectiva de políticas sociais, a incidência de pobreza por faixa etária, indica a necessidade de criação de mecanismos de proteção voltados especificamente para esta parcela da população.

As diferenças sociais presentes na realidade brasileira são prementes e estão relacionadas com o modelo econômico adotado no Brasil, bem como com as políticas sociais desenvolvidas no decorrer do século XX.

¹ O conceito de pobreza utilizado por Rocha (2006) é aquele que “permite inferir diferenciais quanto à condição de vida dos pobres de forma multifacetada, portanto mais fiel ao conceito de pobreza enquanto síndrome de carências diversas”. (ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal: do que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 143)

² Segundo Rocha (2006), praticamente inexistem indivíduos com alguma escolaridade de nível superior entre os pobres.

A realidade brasileira, embora com suas características próprias, está integrada à tendência de fragmentação mundial. O modelo econômico implantado no País produziu subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social. De outra parte, as políticas sociais adotadas pelos diferentes governos, ao longo do século XX, têm como característica comum a fragmentação, refletindo a tendência de enfrentar os problemas sociais como fatos isolados. A consequência é que tais políticas não trouxeram resultados efetivos na condição de vida da população (COSTA e SILVA, 2009, p. 130).

De acordo com o *Relatório da Situação da Infância e da Adolescência Brasileira* (2009), do UNICEF (Fundo Nacional das Nações Unidas para Infância), o país conta com mais de 58 milhões de crianças e adolescentes de zero a 17 anos. Deste total, 19,9 milhões possuem de zero a seis anos; 28,3 milhões, de sete a 14 anos e 10,2 milhões, possuem de 15 a 17 anos. Levando-se em consideração a população total brasileira, que é de aproximadamente 190 milhões de pessoas, cerca de 1/3 é representada por crianças e adolescentes. Este mesmo relatório, além de mostrar a representatividade demográfica desta parcela da população, revela, também, outros indicadores: 11% das crianças brasileiras de 10 a 15 anos trabalham e 10% dos adolescentes com 15 anos ou mais são analfabetos. A porcentagem de adolescentes fora da escola é de 17,9%, sendo que 48,8% da população de crianças e adolescente é pobre, vivendo com menos de meio salário mínimo per capita³.

Esta pequena amostragem de dados sinaliza que uma parcela significativa dos problemas sociais brasileiros repercute na forma como crianças e adolescentes vivem. Mesmo após 50 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança e após 20 anos de implementação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda há um longo percurso a ser percorrido em termos de reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos na prática. Yazbek (2003) ressalta que a pobreza crescente força milhares de crianças e adolescentes brasileiros para o mercado de trabalho, o que, paradoxalmente, não melhora os níveis de vida de suas famílias. A falta de possibilidade de escolarização e profissionalização acaba por inserir esta parcela da população em atividades desqualificadas e com baixos salários, situação que tende a se repetir na vida adulta deste indivíduo.

É neste contexto da realidade brasileira que o objeto de estudo desta pesquisa, que se refere à *Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da*

³ Relatório da Situação da Infância e da Adolescência brasileira 2009. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Mapas_e_tabelas.pdf>. Acessado em: 10 de outubro de 2009.

Lomba do Pinheiro, se constituiu. Este panorama de desigualdades sociais que ocorre no país, em geral, mostra-se com mais evidência em certas regiões, como é o exemplo do bairro Lomba do Pinheiro, situado ao extremo leste da cidade de Porto Alegre (RS).

Com uma superfície de aproximadamente 3.214 hectares, a região concentra um número significativo de vilas populares, abrigando em torno de 64.000 habitantes⁴. Nos seus primórdios, a área comportava apenas pequenas fazendas de gado e o cultivo de hortifrutigranjeiros. Com o passar dos anos, os loteamentos começaram a ser vendidos em desacordo com as leis municipais. No início da década de 70, a região começou a se urbanizar, sendo que diversas famílias, provenientes de remoções, se instalaram na localidade. Com isso, um processo irreversível de ocupações se formou, resultando em diversos núcleos habitacionais, constituídos de forma irregular. Em 1997, através da Lei Nº 7.954 foi criado, oficialmente, o Bairro Lomba do Pinheiro, que se situa na fronteira com o município de Viamão.

Atualmente, a Lomba do Pinheiro é um dos maiores aglomerados de loteamentos irregulares e assentamentos autoproduzidos da cidade de Porto Alegre. Freire (2000) ressalta que a região é formada por mais de 30 vilas e que, além de passar por uma intensa degradação ambiental, também sofre de grande precariedade no atendimento de serviços públicos.

Segundo dados do Observatório da cidade de Porto Alegre, publicados no relatório *Conhecendo a realidade da criança e do adolescente da cidade e das regiões*, de junho de 2007, a população de 0 a 6 anos de idade, do município, corresponde a 10,7% da população. Deste total, em termos proporcionais, 16,59% estão no bairro da Lomba do Pinheiro. Já a população de 0 a 14 anos corresponde a 23,05%, destes, 32,99% estão domiciliados na localidade em questão. Já o total da população de 0 a 18 anos de idade, na capital gaúcha é de 28,34%, sendo que, na Lomba do Pinheiro, encontra-se, em termos proporcionais, o equivalente a 38,96% de habitantes desta faixa etária. Conforme gráficos:

⁴ OBERRATHER, Andréa; OLIVEIRA, Cléia B.H e PEGORARO, Denise Bonat. **Construindo a Lomba do Futuro – Bases para o plano de desenvolvimento local**. Volume II. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2007.

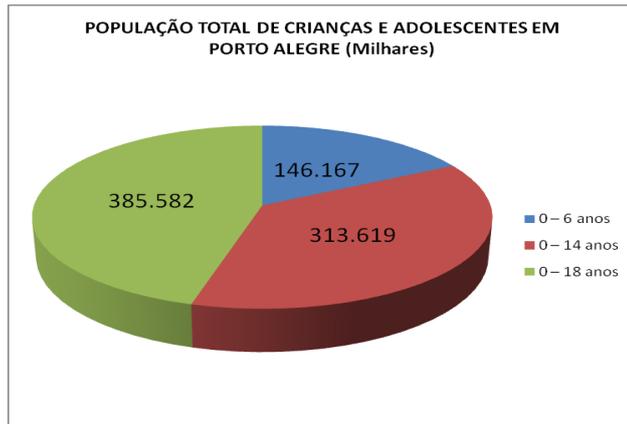


Gráfico 1 – População de crianças e adolescentes em Porto Alegre
Fonte: Observatório da cidade de Porto Alegre (2007)

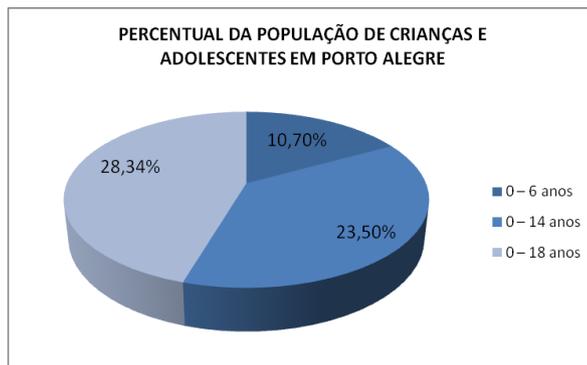


Gráfico 2 – Percentual da população de crianças e adolescentes em Porto Alegre
Fonte: Observatório da cidade de Porto Alegre (2007)

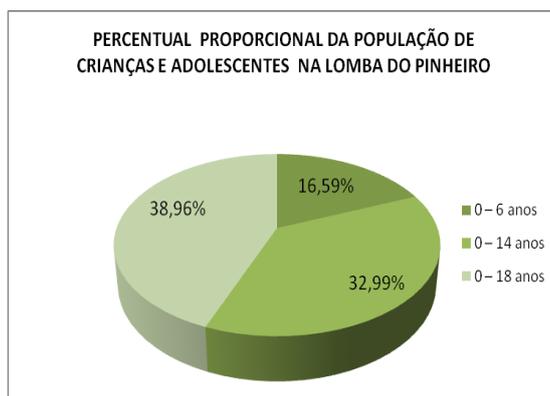


Gráfico 3 – Percentual da população de crianças e adolescentes na Lomba do pinheiro
Fonte: Observatório da cidade de Porto Alegre (2007)

Além de crianças e adolescentes serem uma parcela da população representativa, em termos demográficos, na região, através do mesmo relatório constata-se, também, que o bairro possui um dos mais baixos níveis de vida da capital: 8,51% dos responsáveis por domicílios, em Porto Alegre, possuem renda mensal de até um salário mínimo, sendo que deste total, 17,10% estão na Lomba

do Pinheiro. Dos nascidos vivos, em Porto Alegre, 17,6% são de mães com menos de 20 anos de idade, desta totalidade, 23,15% estão na região estudada nesta pesquisa. A Lomba do Pinheiro é uma das localidades que apresenta um dos mais elevados percentuais de chefes de família com menos de quatro anos de estudo. Da porcentagem total, na cidade de Porto Alegre que é de 12,05%, estão no bairro em questão, 22,87%.

De acordo com o relatório de prestação de contas do Conselho Tutelar da região, no período de janeiro a dezembro de 2008, foram abertos 759 novos expedientes⁵, registrando 927 direitos violados. O número de direitos violados é superior ao número de expedientes, já que há mais de uma violação registrada em cada expediente. Do total de direitos violados, 60 foram caracterizados em torno da negligência no atendimento à saúde e 213 em torno da negligência na área da educação.

Através deste panorama evidencia-se que o cotidiano de grande parcela das crianças e dos adolescentes que vivem no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, é permeado por falta de recursos e necessidades básicas de vida. A história e a constituição do bairro em estudo nesta pesquisa, contudo, têm como “característica a formação de espaços políticos de construção da cidadania, como, por exemplo, as Associações Comunitárias” (FREIRE, 2000, p. 43), que através de seus participantes reivindicam por melhorias na região.

Tendo em vista esta característica, a perspectiva do trabalho em rede entre os serviços que atendem as crianças e os adolescentes, entidades não-governamentais e líderes comunitários da região, configurou-se informalmente na Lomba do Pinheiro⁶.

As redes sociais, mais especificamente, as redes de atendimento que representam uma determinada parcela da população são uma das formas que os agentes da sociedade contemporânea têm encontrado para articularem políticas sociais em torno de um público específico. A formação de redes consiste em estratégias fundamentais de interação e troca entre instituições e profissionais, de modo que possam apoiar-se reciprocamente em seu trabalho e melhor realizar seus

⁵ Expedientes são os atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar, que podem configurar como ‘demanda extraordinária’ ou ‘denúncia’ (Caderno de Prestação de Contas, Conselhos Tutelares de Porto Alegre, gestão 2008-2010).

⁶ Informações adquiridas a partir de entrevista com o Diretor Institucional do CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente, entidade que atua na região desde 1979, concedida à autora em novembro de 2009.

objetivos. Nesses espaços, os objetivos definidos coletivamente articulam pessoas e instituições que se comprometem a superar, de forma integrada, os problemas sociais. Para Junqueira (2007), tais “práticas de cooperação constituem um meio de encontrar saídas para intervir na realidade social complexa” (JUNQUEIRA, 2007, p. 22).

No município de Porto Alegre, há 14 redes locais de atendimento à criança e ao adolescente, divididas em 10 microrregiões da cidade. Além de ter como um dos principais objetivos agregar e articular os serviços que atendem crianças e adolescentes de uma determinada localidade, o espaço constituído deste tipo de rede é, também, uma forma de oportunizar constante formação para os profissionais e atores sociais que delas participam⁷, oportunizando a reflexão sobre as práticas cotidianas.

Os principais objetivos da *Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Lomba do Pinheiro* são agregar os serviços que atendem crianças e adolescentes da região, discutir e propor políticas sociais em torno desta parcela da população, além de identificar demandas e encaminhá-las ao poder público.⁸

A cada dois anos ocorre a *Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre*, cujo objetivo principal é fortalecer a relação entre o governo e a sociedade civil, tendo em vista uma maior efetividade na formulação, execução e controle das políticas para esta parcela da população.⁹ É através da realização desta conferência que surge uma das principais funções das redes de atendimento à criança e ao adolescente da cidade de Porto Alegre. Nos meses que antecedem o evento, as redes possuem como tarefa a organização de pré-conferências, nas quais são elaboradas diretrizes e demandas que irão compor as propostas gerais que nortearão a Conferência Municipal.

É na própria dinâmica do trabalho em rede que se revela a principal abordagem desta pesquisa. Segundo Sanicola (2008, p.52), “a dinâmica das redes é constituída pelos movimentos que permitem fazer circular informações, veicular forças internas, levar essas forças a confluírem nos pontos de maior carga e redistribuí-las”. Sendo assim, a comunicação não só perpassa toda a dinâmica de

⁷ Informações adquiridas a partir de entrevista com um Assistente Social da região e também diretor do Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, concedida à autora em novembro de 2009.

⁸ Informações adquiridas a partir de entrevista com uma Assistente Social do CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente e também coordenadora da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro, no ano de 2009, concedida à autora em outubro de 2009.

⁹ Regimento da VII Conferência Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, 2007.

trabalho das redes, como também está na base do fenômeno das redes sociais na contemporaneidade.

Partindo do pressuposto de que a comunicação é a troca de mensagens, pode-se dizer que o processo comunicacional é, antes de tudo, uma *práxis* objetiva. Trata-se de uma habilidade de que se aprende, uma habilidade exclusivamente humana. Ela ocorre através da linguagem, que é também uma capacidade que pertence apenas ao ser humano. Como o ser humano é, além do mais, eminentemente social, isto é, ele é incapaz de viver isolado e solitário, decorre daí o fato de ser o fenômeno da comunicação também um fenômeno social (HOHLFELDT, 2002, p.61).

É através da comunicação que as similaridades e os objetivos comuns entre as pessoas se encontram. Neste viés, Berlo (1963) trouxe a relação entre a organização social e a comunicação, ressaltando que a distribuição de posições, bem como a especificação dos comportamentos-papéis¹⁰ são todos realizados pela comunicação. As uniformidades de comportamento e a interdependência de objetivos dentro de uma organização social é produzida através da comunicação.

Não podemos dizer por certo que o desejo de comunicar causa as organizações sociais: entretanto, podemos dizer que a disponibilidade da comunicação aumenta a probabilidade do desenvolvimento social. À luz disto, podemos prever que a organização social há de ser mais ampla, mais complexa, entre as pessoas que têm oportunidades adequadas de comunicação. O primeiro passo no desenvolvimento dos agrupamentos sociais é aumentar a oportunidade de que haja comunicação (BERLO, 1963 p. 133).

Turk (2002) ressalta que o maior desafio das redes sociais, na atualidade, não é apenas construí-las, e sim, mantê-las vivas. Neste viés, a comunicação comunitária possui papel fundamental.

Tendo em vista que a comunicação midiática brasileira possui como característica não pautar as demandas e reivindicações sociais com a devida contextualização, sendo que muitas vezes há uma completa ausência de discussões acerca de temáticas relevantes para a sociedade, a comunicação comunitária surge como uma importante alternativa.

As experiências de comunicação comunitária possuem como finalidade favorecer a auto-emancipação humana, contribuir para as condições de existência

¹⁰ O autor utiliza o termo comportamento-papéis para designar que dentro de um sistema social as pessoas desempenham um conjunto específico de comportamentos. Em suas palavras: “os papéis são estruturas impostas ao comportamento. A estrutura imposta por nós pode não corresponder às impostas por outros” (BERLO, 1963, p. 138).

de populações empobrecidas, ampliar a cidadania e ajudar no avanço da equidade social. A comunicação comunitária é sem fins lucrativos e tem caráter educativo, cultural e mobilizatório. Possui como uma de suas características principais a participação ativa horizontal (produção, emissão e na recepção de conteúdo) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade e ao movimento social (PERUZZO, 2008).

Paiva (2007) pontua que no final do século passado a comunicação atingiu seu ápice. Ao mesmo tempo em que as novas tecnologias da informação conseguiram interconectar o mundo, o mundo passou a ser dominado por uma lógica globalizada que trafega através das vias da comunicação. Portanto, discutir comunicação hoje exige, simultaneamente, uma discussão sobre comunidade, pois, como ressalta Carvalho (2010), é através da comunicação que se consegue demarcar, ou melhor, reconhecer espaços sociais.

Houve uma explosão sobre o tema da comunicação comunitária nos últimos anos, sendo que ela nunca esteve tanto em discussão e também em prática. Paiva (2007) ressalta que apesar de estarmos em meio a um 'modismo comunitário' é necessário colocar os pés no chão e, mais do que nunca, repensar, estudar e reinterpretar os conceitos e o papel da comunicação comunitária no Brasil.

Cada vez mais e de forma muito mais agressiva, impõe-se a necessidade de se reinterpretar o conceito de comunicação comunitária. E esta é uma perspectiva animadora, porque se percebe que há em curso formas diferenciadas de compreensão e conceituação. Cada vez mais se sente a premência daqueles que atuam nos veículos de comunicação comunitária, em especial o grupo da radiodifusão, de sistematizar formas para o aprimoramento da linguagem e da produção de novas formas discursivas (PAIVA, 2007, p. 137).

Nesta direção, pontuamos os principais questionamentos que nortearam este estudo:

- Como ocorrem os processos e as relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente?
- Quais as contribuições da comunicação comunitária para processos de mobilização social como os das redes de atendimento à criança e ao adolescente?

A partir dessas questões, destacamos os objetivos geral e específicos da pesquisa, respectivamente:

- Analisar os processos e as relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente.
- Investigar a constituição, as funções e potencialidades das redes de atendimento à criança e ao adolescente, na cidade de Porto Alegre.
- Interpretar como se comunicam e se articulam os membros da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro, a comunidade local e o poder público.
- Contribuir para o fortalecimento de processos de mobilização social através da comunicação comunitária.

Para tanto, a dissertação está dividida em 6 capítulos.

No capítulo 1, contextualizamos as políticas sociais brasileiras, ressaltando suas características contraditórias e complexas, bem como sua importância para a concretização dos direitos sociais. As políticas sociais para crianças e adolescentes também foram abordadas neste capítulo, através da perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente e de seus desdobramentos.

No capítulo 2, buscamos as origens do termo e as configurações atuais das redes sociais, suas diversas abordagens e significados. Perpassamos por estudos sociológicos e antropológicos e pelos conceitos de rede social primária e secundária. A criação e os contextos atuais das redes de atendimento, em específico, também foram abordados neste capítulo.

No capítulo 3, fizemos um breve resgate do conceito de comunicação como um fenômeno social e de seus processos comunicativos. Destacamos a relação existente entre a história das civilizações e os sistemas comunicacionais, além de abordarmos os elementos do processo comunicacional e suas relações de interdependência.

No capítulo 4, iniciamos com uma breve contextualização sobre a comunicação midiática brasileira, a partir de sua constituição histórica. Com base nos estudos da Agência de Notícias da Infância (ANDI) perpassamos pela cobertura noticiosa de jornais impressos brasileiros. Destacamos, ainda, os principais conceitos e as origens da comunicação alternativa, popular e comunitária no Brasil. Por fim, abordamos algumas das propostas e perspectivas da comunicação comunitária no Brasil e propostas de comunicação comunitária no Brasil.

No capítulo 5, apresentamos o percurso metodológico que embasa o estudo, que se caracteriza por uma pesquisa de tipo qualitativa, orientada pelo método do

Estudo de Caso. Nesta parte, destacamos, também, as técnicas utilizadas para a coleta de dados, sendo a entrevista semi-aberta, a observação participante e a documentação.

No capítulo 6, fizemos a análise e a interpretação dos dados coletados com o referencial teórico da pesquisa. Subdivididos este capítulo, tendo como base os objetivos da pesquisa.

Estabelecer a construção de ações conjuntas e participativas, no sentido de possibilitar caminhos para a mudança do *status quo* de uma determinada localidade ou de um público específico, é um dos objetivos propostos pelas redes sociais, na atualidade.

Um dos maiores desafios da sociedade contemporânea é promover os direitos de crianças e adolescentes, garantindo universalidade de fato no exercício dos direitos garantidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desta perspectiva, as redes sociais, mais especialmente as redes de atendimento à criança e ao adolescente e os processos comunicacionais imbricam-se, possuindo papéis fundamentais para a consolidação dos direitos desta parcela da população.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

Este capítulo visa apresentar alguns conceitos e contradições acerca da política social brasileira, a partir da Constituição Federal. As políticas sociais específicas para crianças e adolescentes também foram abordadas, tendo como pano de fundo o ECA – Estatuto da Criança e Adolescente e seus desdobramentos.

1.1 CONCEITOS E CONTRADIÇÕES

Após duas décadas de ditadura militar, o Brasil reconstruiu seus instrumentos legais a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988. A incorporação das políticas sociais como responsabilidade do Estado foi um dos principais avanços da Constituição, que entre outros, afirmou os direitos de cidadania da população. Os autores de *Política Social, Família e Juventude – uma questão de direitos* ressaltam que a defesa do Estado como gestor das políticas sociais foi “uma novidade histórica, não somente neste país, mas também nos quadrantes aqui próximos” (SALES, MATOS e LEAL, 2006. p. 17). Neste sentido e na teoria

a Constituição enfatiza a seguridade social, retira a família do espaço privado, colocando-a como alvo de políticas públicas e afirma direitos da população infanto-juvenil, compreendo-os como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e, por isso, possuindo absoluta prioridade. O Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, vai detalhar esta questão, defendendo a concepção de proteção integral às crianças e aos adolescentes (SALES, MATOS e LEAL, 2006, prefácio por BRAVO, p. 13).

As políticas sociais brasileiras, embora possuam como finalidade a tentativa de contenção da acumulação da miséria, através de ações de um Estado regulador das diferenças sociais, de fato não conseguem efetivar tal feito. Segundo Yazbek (2003), por serem constituídas na trama dos interesses que marcam as relações de classe, as políticas sociais brasileiras, ao mesmo tempo, tratam de perpetuar tanto a acumulação da riqueza como da miséria social. É evidente que a evolução econômica do capitalismo brasileiro consolidou ainda mais as desigualdades sociais no país, vide a disparidade entre riqueza e pobreza que podem ser observadas “a olho nu” na sociedade brasileira, como ressalta Yazbek (2003).

Para obter legitimidade, o Estado necessita desenvolver ações que pelo menos, aparentemente, se voltem para o enfrentamento dessas diferenças, pontua Yazbek (2003). Para a autora, as políticas governamentais no campo social, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país, mantendo essa área de ação submersa e paliativa.

A relação entre a política organizadora e reguladora do Estado e as demandas sociais acaba por expressar-se no exercício de funções contraditórias, permeadas tanto pelos interesses da acumulação como da busca de legitimidade. É nesse sentido que afirma-se que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambigüidades que permeiam os diversos interesses em contraposição. No caso brasileiro, as políticas sociais, particularmente pós-64, tem-se caracterizado pela subordinação a interesses econômicos e políticos. A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira (YAZBEK, 2003, p. 41).

Numa perspectiva mais conceitual, Pereira (2008) também traz um viés contraditório para as políticas sociais. A autora lembra que nunca se falou tanto de política social como nos últimos tempos e que a menção a esse tipo de política (associada aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direitos de cidadania) tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política. Um dos pontos que mais chama a atenção nessa inclinação é que a importância dada “ao *social* e à dimensão *pública* da política está ocorrendo numa época regida pela ideologia neoliberal em que a política como indicação de governo socialmente ativo e responsável tornou-se um anacronismo” (PEREIRA, 2008).

Há uma imprecisão conceitual acerca da expressão ‘política social’, pois não se tem claro o que o termo significa e quais são suas características e particularidades. Segundo Pereira (2008), há uma tendência em empregá-la de forma genérica, sem a devida mediação teórico-conceitual. Na língua portuguesa, a situação se acentua, tendo em vista que só há um vocábulo para expressar diferentes modalidades de políticas. A autora cita o inglês Richard Timuss, que foi um dos pioneiros no esforço de conceituar política social, nos anos 1950. Segundo ele, muitos são os exemplos da má utilização do termo. Um dos casos mais famosos é o da Alemanha nazista. Adolf Hitler e seus aliados denominaram de ‘política social’ experimentos em “enfermos, doentes mentais, judeus e outros grupos étnicos, com

a finalidade de submetê-los a investigações médicas, esterilizá-los e enviá-los à câmara de gás” (TIMMUS, 1950, apud PEREIRA, 2008, p. 37).

Nesta direção, observa-se que por trás de cada definição de política, social havia e ainda há ideologias, valores e pontos de vistas rivais. Por este motivo que “não há política neutra, nem mesmo a social” (PEREIRA, 2008, p.39). É justamente por haver tantas definições quantos atores que tentam interpretá-la e utilizá-la na prática, que se torna indispensável pensar no conceito de política social,

sob parâmetros não apenas científicos, mas também éticos e cívicos. Até porque a falta de definição coerente e consistente (embora não absoluta) do que seja política social, afeta substancialmente não só a credibilidade e a razão de ser dessa política como *política de fato*, mas também a vida em sociedade. Afinal, não se deve esquecer que, mediante a política social, é que direitos sociais se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada (PEREIRA, 2008, p. 165).

Considerando suas características contraditórias e complexas, a política social assume diversos papéis. Entre eles identifica-se a *política de ação*¹¹, que tem perfil, funções e objetivos próprios, produzindo impactos nos contextos em que é desenvolvida. Através deste papel, ela possui uma grande perspectiva empírica, apesar de não se reduzir a ela, tendo em vista que também é resultado de escolhas e de determinações deliberadas nas teias conflituosas de poder. Pereira (2008) considera a política social como uma categoria de constituição tanto teórica como prática, que além de se propor a compreender e explicar o mundo em que vivemos, também visa agir neste mundo, propondo mudanças.

Sendo assim, a política social se apresenta como um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade. Por isso, tal política jamais poderá ser compreendida como um processo linear, de conotação exclusivamente *positiva* ou *negativa*, ou a serviço exclusivo desta ou daquela classe. Na realidade, ela tem se mostrado simultaneamente positiva e negativa e beneficiado interesses contrários de acordo com a correlação de forças prevalecente. É isso que torna a política social dialeticamente contraditória. E é essa contradição que permite à classe trabalhadora e aos pobres em geral também utilizá-la a seu favor (PEREIRA, 2008, p. 168).

¹¹ PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social – temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

Levando-se em consideração a complexidade e as contradições acerca da constituição, do conceito e desenvolvimento das políticas sociais, no Brasil, faz-se necessário, para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, um panorama em torno dos direitos e das políticas sociais desenvolvidas, ao longo dos últimos anos, para a população brasileira de crianças e adolescentes.

1.2 POLÍTICAS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS

Conforme ressaltam os autores Sales, Matos e Leal (2006) grande parcela da população infanto-juvenil deste país vive em condições de extrema dificuldade de desenvolvimento, vide as mortalidades por causas externas e violência, o recrutamento de crianças para o narcotráfico e a lógica punitiva e criminalizadora – ao invés da socioeducativa – para o atendimento do adolescente infrator. Através deste cotidiano de milhares de crianças e adolescentes brasileiros se insere a família, que desde o final da década de 70 vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social (PEREIRA, 2006). Neste sentido, ao longo dos últimos anos, quase todas as agendas governamentais prevêm medidas de apoio familiar, tais como aconselhamentos e auxílios, programas de redução da pobreza infantil, políticas de valorização da vida doméstica, tentativas de redução dos riscos de desagregação familiar, entre outras.

Existe, na atualidade, um número significativo de políticas, que movimentam diversos atores e recursos, contemplando a família. Tais políticas assumem não somente a forma de prover benefícios, mas também tributos, “seja para arrecadar recursos, e criar fundos públicos, seja para promover subsídios e isenções fiscais” (PEREIRA, 2006, p.27). Além da redescoberta política, a família também se tornou um importante objeto de interesse acadêmico-científico, principalmente sob o aspecto da sua relação com o Estado como promotor de políticas públicas. Contudo, Pereira (2006) ressalta que apesar dessas tendências, não se pode dizer que existe propriamente uma *política de família*¹², especialmente em países periféricos como o Brasil.

¹² “Se por política entender-se um conjunto de ações deliberadas, coerentes e confiáveis, assumidas pelos poderes públicos como dever de cidadania, para produzirem impactos positivos sobre os recursos e a estrutura da família”(PEREIRA, 2006, p. 27).

Através da observação desta realidade, Mito (2006) elaborou um artigo em que discute algumas questões que têm permeado a concepção de assistência às famílias ao longo da história. Segundo a autora, muitas vezes, os programas de apoio sociofamiliar trazem “embutidos princípios assistencialistas e normatizadores da vida familiar que julgávamos ultrapassados” (MIOTO, 2006, p. 44). Nesta perspectiva, sob a denominação de ‘programas de apoio sociofamiliar’, estão sendo desenvolvidas as mais diversas propostas, relacionadas aos mais diversos setores da sociedade civil, do Estado e de organismos internacionais. À medida que recursos lhe são destinados tais propostas estão sendo implementadas, embora não haja um debate mais abrangente e aprofundado acerca das ambigüidades e contradições desses programas, conforme ressalta Mito (2006).

No Brasil, a grande maioria desses programas está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mendes e Matos (2006), ao elaborarem um panorama da política de proteção à infância e à adolescência mostram os caminhos que levaram a aprovação do ECA em 1990. Os autores evidenciam a importância de se compreender as condições sócio-históricas que antecederam este momento e, para isso, se remetem à conjuntura da segunda metade da década de 70. Nesse período, a ditadura militar se encontrava impossibilitada de continuar como tal, tendo em vista a rearticulação da sociedade civil. Havia um movimento de pressão da sociedade, que, “aliado ao próprio desgaste da base de sustentação do governo, exigia a reabertura política” (MENDES e MATOS, 2006, p. 244).

Nesta direção, a conquista histórica dos direitos das crianças e dos adolescentes no país, segundo os autores acima citados, se deu pela confluência de dois itens, um ‘externo’ e outro ‘interno’ à área da infância e da juventude. O primeiro envolveu a conjuntura da década de 80, caracterizada pela redemocratização do país e pela mobilização da sociedade civil, as quais culminaram na Assembléia Nacional Constituinte (1986-1988). O item ‘interno’ pode ser destacado por dois aspectos: 1) a crise do modelo de proteção adotado pela FUNABEM¹³, através de denúncias de violência institucional e a falta de integração e articulação entre as instituições de atendimento; 2) o papel das Organizações Não-Governamentais, da

¹³ A Lei Federal 4.513 de 1964 criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, a qual competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor - FEBEM, com responsabilidade de observarem a política estabelecida e de executarem, nos Estados, as ações pertinentes a essa política. Disponível em <<http://www.fia.rj.gov.br/historia.ht>> Acessado em 12 de março de 2010.

época, que através da luta pelos direitos da criança e do adolescente conseguiam agir paralelamente aos sistemas formais de proteção à infância, os quais a burocracia tratava de retardar ações.

Desta forma, articulou-se, no contexto do processo de revitalização da sociedade civil, um movimento social especificamente voltado para a infância e juventude, cujas ações resultaram na incorporação da ideia de cidadania infanto-juvenil na Constituição de 1988 e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Concretizando, no plano formal, a perspectiva da proteção integral como princípio ordenador das políticas públicas para a infância e adolescência.

1.3 O ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para Mendes e Matos (2006) a Lei Federal nº 8.069 de 1990, o ECA traz um conjunto de inovações na perspectiva da cidadania da população infanto-juvenil, que rompe com a estigmatização da infância e da adolescência pobres anteriormente categorizadas como a *menoridade*. O estatuto atentou para a igualdade de direitos entre todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas diferenças de classe social, gênero, etnia ou quaisquer outras. Através do ECA, crianças e adolescentes passam a ter absoluta prioridade na formulação e execução das políticas sociais. Além disso, passam a ser vistos como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento e, portanto, como pessoas portadoras de direitos. Neste sentido, o Estatuto delibera que o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária (seja através da família natural ou substituta), à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e à profissionalização são direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes¹⁴.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, em 13 de julho de 1990, efetivou a regulamentação das conquistas presentes na Constituição de 1988. Segundo Mendes e Matos (2006), a implantação e operacionalização do ECA, mesmo que lenta e por vezes adversa, em virtude de obstáculos e resistências

¹⁴ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/1990

de setores da sociedade brasileira, vem traçando um panorama de mudanças nas áreas jurídica, social e política. Para além de apenas garantir os direitos desta parcela da população, o ECA também tratou de sistematizar a política de atendimento à criança e ao adolescente, no Brasil.

Além de garantir os direitos, o ECA apresenta as diretrizes da política de atendimento para a infância e a juventude, nas quais também é explicitado o papel dos órgãos que compõem essa rede de atendimento. As diretrizes dessa política apontam para a descentralização político-administrativa, tendo como base a municipalização articulada à atuação das esferas federal e estaduais; e também para o exercício do controle social por meio do incentivo da participação da sociedade, através da criação dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes, e do controle sobre os fundos da infância e adolescência a eles atrelados. (MENDES e MATOS, 2006, p. 246)

Neste sentido, uma das primeiras conquistas após a aprovação do ECA, foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em outubro de 1991. Conforme ressalta Sales (2006), o CONANDA é vinculado à estrutura do Ministério da Justiça e do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) e é responsável pela gestão do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA). Possuindo como competência básica a formulação das diretrizes da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, o CONANDA, por meio de resoluções, é o responsável pela regulamentação de medidas, além de monitorar, a nível nacional, os conselhos de direitos e tutelares de todo o país.

Segundo Sales (2006), através do CONANDA ocorreram inúmeros progressos relacionados aos direitos desta parcela da população, como a realização das Conferências¹⁵ Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implantação dos Conselhos¹⁶ de Direitos e Tutelares em quase todo o território brasileiro.

Nesta perspectiva, Martins (2006) afirma que é pelos conselhos de direitos e de políticas sociais que passam, hoje, as questões contemporâneas de cidadania. São eles que estão redefinindo as relações instituídas entre sociedade e governos.

¹⁵ Segundo Souza (2006), as conferências são eventos realizados periodicamente para discutir a política vigente, em cada esfera do governo, e propor diretrizes de ação. As deliberações de tais conferências devem ser compreendidas enquanto norteadoras de implantação de políticas, portanto, devem influenciar as discussões nos conselhos.

¹⁶ Para Souza (2006) os conselhos são espaços compostos por sociedade civil e poder público, possuem caráter permanente, deliberativo e paritário, ou seja, são compostos por 50% de membros da sociedade civil e 50% pelo governo. O objetivo principal dos conselhos é discutir, elaborar e fiscalizar a política social em cada setor do governo.

Souza (2006) ressalta que os conselhos são espaços estratégicos de participação coletiva e de fomentação de novas relações políticas entre governos e cidadãos. Desta forma, um processo de interlocução permanente, que “ora objetiva a proposição de políticas públicas e a criação de espaços de debates públicos; e ora visa ao estabelecimento de mecanismos de negociação e pactuação” (SOUZA, 2006, pág. 183), permite a penetração da sociedade civil na lógica burocrática estatal.

No Brasil, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente possuem características que os diferenciam de outras estruturas de participação popular, como por exemplo, o fato de serem criados por lei federal, estadual ou municipal, conforme determina o artigo 88 do ECA (MARTINS, 2006).

O controle da política social destinada à infância e à juventude é outra função dos conselhos, feito através do cadastro das ONGs (Organizações não-governamentais) que prestam atendimento nas áreas de ações do conselho e que só podem atuar se devidamente registradas. Desta forma, o conselho estabelece “seu papel de articulador das entidades que prestam serviços às crianças e aos adolescentes, para que se possa criar uma rede de serviços que possibilite um sistema de proteção integral.

A primeira capital brasileira a ter um conselho foi Porto Alegre, o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente está em atuação desde 1991, a partir da publicação da Lei Municipal nº 6.787. É importante ressaltar que os conselheiros, por sua vez, não são remunerados, pois o trabalho é considerado como serviço público relevante¹⁷.

Os conselhos se constituem, desta forma, como pontua Martins (2006), em espaços necessários para o estabelecimento de novos mecanismos de ação política, que assegurem os direitos previstos no Estatuto. Possuem como objetivo implementar a política de atenção à criança enquanto ação integrada, tendo em vista que as políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes têm a necessidade de se articular às políticas de diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, trabalho e garantia de direitos

¹⁷ Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/cmdca/>> Acessado em 10 de março de 2010.

2 REDES SOCIAIS: CONFIGURAÇÕES E PARTICULARIDADES

Este capítulo busca apresentar as configurações do conceito de redes sociais, seus diferentes significados e abordagens. Perpassamos o estudo pelas ciências biológicas, sociológicas e antropológicas como forma de situar algumas particularidades do tema, em especial das redes de atendimento.

2.1 ORIGENS E CONTEXTOS ATUAIS

O conceito científico de rede tem suas raízes nas Ciências biológicas e na Física. Desde 1940, segundo Guimarães (2007), o conceito vem sendo incorporado pelas Ciências Sociais, possuindo forte vinculação com o referencial sistêmico.

A Antropologia e a Sociologia foram disciplinas que contribuíram muito na criação de conteúdos teóricos e práticos sobre as redes sociais, primárias e secundárias, que influenciaram as Ciências Sociais Aplicadas. Dentre as Ciências Sociais aplicadas, destacou-se o Serviço Social, trazendo algumas das principais produções teóricas atuais sobre a estratégia metodológica do trabalho em rede (GUIMARÃES, 2007, p. 19).

Scherer-Warren (2005) refere-se às redes como tipos de relações sociais que sempre existiram, mas que na sociedade contemporânea globalizada e da informação assumem características específicas e importantes, merecendo uma atenção especial das ciências sociais. Neste viés, atualmente, constitui-se num campo de análise bastante usado e com significados diversos (GUIMARÃES, 2007).

Kern (2005), ao pesquisar, na história a origem das redes sociais destaca um grupo de pesquisadores da Universidade de Mar Del Plata, da Argentina, coordenado pelo prof. Enrique di Carlo, do Departamento de Serviço Social:

as práticas de redes encontram raízes especialmente na Europa, sobre espaços onde localmente inúmeras formas de solidariedade nasceram no último século, notoriamente desde François Fourier, fundador da escola falansterina e Charles Gide, pioneiro da cooperação. Estas fazem parte da família de teias e redes 'intervenções coletivas', acentuando a ação que dá lugar à vontade de buscar por si mesma o seu bem-estar (E.I.E.M, 1998, p.8, apud KERN, 2005, p.51).

Do ponto de vista histórico, segundo Sanicola (2008), o termo 'rede social' foi cunhado, em 1954, por John Barnes, através de um estudo sobre as interações

existentes numa pequena comunidade de uma ilha norueguesa. O conceito foi empregado por Barnes para descrever “as relações informais de parentesco, vizinhança, amizade, que ele não podia investigar usando os conceitos de relações formais de trabalho e de proximidade territorial” (SANICOLA, 2008, p. 15).

Entre os que tratam da temática de redes sociais, Kern (2005) cita Jean Pierre Darré em sua obra *Less hommes sont des reseaux pensants - Os homens são seres pensantes*, de 1991, como ponto de partida. Darré faz uma análise detalhada das redes no município de Hante-Savonne, na França, através de um grupo de agricultores e sobre o processo necessário de transformação de hábitos produtivos. Este teórico traz como pressuposto que “todos os seres humanos vivem e sobrevivem porque a história da humanidade construiu-se com base em redes sociais” (KERN, 2005, p. 51)

Em *As Dinâmicas de Rede e o Trabalho Social*, Sanicola (2008, p.15) evidencia que o conceito de rede, tanto no singular quanto no plural é utilizado para “definir sistemas que se encontram conectados, malhas de comunicação, estratégias empregadas por indivíduos ou forma das relações sociais”. Para a autora, o termo rede indica sempre um “objeto” que cria relação entre pontos através de ligações entre os mesmos, que ao se cruzarem são amarrados e formam malhas de maior ou menor densidade.

Como diversos autores já ressaltaram mais de uma vez, o termo ‘rede’ pertence à linguagem comum, assumindo diferentes acepções, as quais, dependendo da concretude dos objetos, entram no mundo simbólico dos sujeitos, contribuindo para a construção de representações da realidade, ora pertencentes ao mundo das alegorias, ora bastante práticas. Por conseguinte a idéia de rede, para alguns, refere-se ao suporte e, para outros, ao controle. (SANICOLA, 2008, p. 13)

Na antropologia, entre os estudos mais importantes, Sanicola (2008) destaca a contribuição da antropóloga Elisabeth Both, que, em 1957, desenvolveu uma pesquisa sobre os diferentes modelos de distribuição de tarefas dentro da família. A autora recorreu ao conceito de *network* para interpretar as diferenças de grau de segregação familiar a partir da organização interna da família e suas relações externas, avaliando assim a atuação da *social network* familiar no processo de socialização.

O grau de segregação dos papéis conjugais, segundo a pesquisa de Bott, varia de maneira diretamente proporcional à densidade da *social network* familiar. Os membros das redes de malha apertada procuram chegar a um consenso a respeito das normas e exercem uma forte pressão informal uns sobre os outros para que assumam essas normas, mantenham-se em contato e, se necessário, garantam uma ajuda mútua. Na rede de malha alargada, na qual muitos componentes por vezes não interagem entre si, ocorre uma maior variação das normas, ao lado de um controle social e de uma assistência recíproca fragmentados e menos eficazes (SANICOLA, 2008, p. 16)

A partir de uma perspectiva sociológica se pensa o sujeito no conjunto de suas relações sociais, tendo em vista que ele se constrói na sua relação com o outro, na alteridade¹⁸. Kern (2005) corrobora esta ideia enaltecendo que a condição humana de estar com o outro significa que o ser humano se move em direção ao relacionamento com o mundo que o rodeia, buscando não somente os recursos de que necessita para sua subsistência, mas especialmente para o seu desenvolvimento. Portanto, ao se discutir redes sociais é fundamental conceber o homem em sua coletividade, garantindo a sua subjetividade através do estabelecimento das relações sociais. Numa concepção existencial “evidencia-se o homem como projeto que sai de seu mundo particular e se estabelece no plano social a partir da interação com o outro” (KERN, 2005, p.55).

Neste sentido, a família aparece como a instituição base para a formação da identidade do sujeito e do seu sentimento de pertencimento (GUIMARÃES, 2007). Sendo assim, Sanicola (2008) evidencia as características e os elementos que dividem as redes sociais em duas grandes categorias: as redes primárias e as redes secundárias formais. As primeiras são constituídas por laços de família, parentesco, amizades, vizinhança e trabalho, que em seu conjunto, formam uma grande trama de relações, a qual confere, a cada indivíduo, identidade e sentimento de pertencer. Já as redes secundárias formais são constituídas pelos laços que se estabelecem entre instituições, organizações do mercado, organizações do terceiro setor e pelo conjunto das instituições estatais que formam o sistema de bem-estar social da população (serviços sociais, de saúde e de educação, etc.). É nesta categoria que insere-se o objeto de estudo desta pesquisa. Tais redes,

¹⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes**. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/filemanager/>. Acessado em: 12 de março de 2010.

fundamentam-se no princípio da igualdade, caracterizam-se pelas trocas baseadas no direito – em primeiro lugar o da cidadania – e utilizam a redistribuição, como método, e a lei, como meio. [...] Essas redes fazem parte do sistema normativo e, em geral, constituem uma obrigação para a realidade social (SANICOLA, 2008, p. 62).

O uso do termo redes, nesse contexto, se refere a conexões políticas, simbólicas, informacionais e comunicacionais que são estabelecidas através de atores sociais, organizações e movimentos sociais específicos. Esse tipo de rede, segundo Scherer-Warren (2005), conecta cidadãos, grupos e organizações da sociedade civil engajados em torno de conflitos ou no apelo a uma solidariedade comum baseando-se em projetos políticos ou culturais, construídos em torno de identificações e valores coletivos.

Scherer-Warren (2003), ao buscar as razões para a frequência de estudos sobre a noção de rede na sociedade contemporânea, apoiada em Manuel Castells (1996;2000) e através da perspectiva da sociedade globalizada e da informação, revela:

As redes são estruturantes da sociedade contemporânea globalizada. [...] a sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser identificada pela pesquisa empírica como característica da sociedade da informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social do capitalismo e estatismo do século XX, as redes seriam figuras chave da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos (SCHERER-WARREN, 2003, p. 31).

De uma maneira geral, tanto as redes sociais primárias quanto as secundárias, são caracterizadas por três dimensões: sua estrutura, suas funções e sua dinâmica. Segundo Sanicola (2008) a estrutura das redes sociais é constituída pelo conjunto de laços perceptíveis que se estabelecem entre pessoas. Esses laços, quando acionados, geram conexões que dão forma às redes, sendo que cada *laço* e *conexão* possuem como ponto de confluência os *nós* da rede. Tal estrutura peculiar confere à realidade a que chamamos rede algumas propriedades típicas como flexibilidade, transparência e resistência. Já suas funções desempenhadas pelas redes são múltiplas, tendo em vista as diversas propriedades que lhes são conferidas através de sua estrutura.

2.2 REDES DE ATENDIMENTO

Através do reconhecimento da necessidade de articulação entre os diversos serviços e políticas destinadas à infância e à juventude e, na perspectiva de um sistema de proteção integral a esta parcela da população, iniciada através do ECA e redefinida e discutida a partir dos conselhos e das conferências é que o trabalho em rede começou a ser incorporado no atendimento de crianças e adolescentes.

As redes de atendimento possuem, atualmente, um papel fundamental para o desenvolvimento dos programas e das políticas sociais destinadas às crianças e aos adolescentes brasileiros. Levando-se em consideração que o atendimento a esta parcela da população é perpassado por diversas políticas e serviços (saúde, educação, assistência social, segurança...) torna-se fundamental que os representantes dos mesmos dialoguem entre si.

A própria operacionalização da política proposta pelo ECA introduz a questão das redes, segundo Turck (2002), tal como mostra o art. 86 do estatuto: “a política de atendimento e dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (ECA, 1990).

Em *Redes de Movimentos Sociais*, Scherer-Warren (1996) parte da hipótese de que é nas articulações entre organizações e atores políticos e nas subseqüentes criações de redes que se constitui um movimento social¹⁹ de ações coletivas. Tal movimento vai além da defesa de interesses particulares e visa intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social.

A autora remete-se ao final da década de 70 como um período histórico de constituição de novas identidades coletivas, construídas em torno de significados múltiplos, como carências comuns, defesa comunitária ou cultural (religiosa, de gênero, étnica, ambiental, de direitos humanos). No Brasil, este processo resultou no desenvolvimento de organizações populares localizadas e específicas, como as associações de bairro, o movimento de mulheres e de defesa ambiental.

Segundo Scherer-Warren (1996), com a abertura política dos anos 80, essas associações demonstraram possuir um alcance político limitado. Sendo assim, na

¹⁹ Movimento Social, segundo a autora, deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil.

segunda metade da década de 80, muitas dessas organizações da sociedade civil se redefiniram e passaram a participar de redes mais amplas de pressão e resistência. É através deste panorama que a autora traz o termo *Redes de movimentos* ou *Network Organizations* para compreender o significado e o alcance da ação política criada a partir da articulação entre as organizações, daquela época. Neste contexto o princípio de articulação define-se a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo.

A configuração atual das políticas públicas, no Brasil, segundo Hechler (2009), assume a perspectiva do trabalho em rede como central para a sua operacionalização. Tradicionalmente, as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc) são setoriais e desarticuladas, resultando numa gestão com características centralizadoras e práticas fragmentadas²⁰. Contudo, a partir da Constituição Federal de 1988, a administração do conjunto das políticas públicas e as instituições que as põem em prática passam por um processo de renovação, introduzindo assim o trabalho em rede²¹.

A descentralização também passa a ocupar um papel importante nesse processo. Segundo Junqueira (2006), o Estado e seu aparato buscam novos formatos, democratizando suas relações e tornando-se mais suscetíveis ao controle social. Contudo, as transformações que vêm ocorrendo no aparato estatal brasileiro, em seus diversos níveis de governo, “constituem um processo ainda incipiente – mas, como em toda mudança, há avanços e recuos intermitentes. Além disso, ainda é difícil privilegiar os interesses privados que perpassam as estruturas organizacionais” (JUNQUEIRA, 2006, p.196).

Hechler (2009) ressalta que o Estado utiliza a estratégia do trabalho em rede para a efetivação das políticas sociais públicas, buscando uma maior resolutividade das ações na tentativa de garantir, na prática, os direitos dos indivíduos.

Para a autora, o trabalho em rede cria contextos de participação da sociedade civil e conseqüentemente de controle público das ações desenvolvidas. Entretanto, isto não pode significar a substituição das responsabilidades do Estado, tendo em vista que enquanto gestor das políticas públicas, o mesmo possui centralidade no

²⁰ BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersetorial**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>>. Acessado em 22 de abril de 2010.

²¹ Ibid.

processo do trabalho em rede, “onde a presença deste deve ser uma referência global para sua consolidação” (HECHLER, 2009). A partir desta constatação, Bourguignon (2001), baseada em Guará (1998) e Inojosa (1999) estabelece alguns requisitos fundamentais para o desenvolvimento e sustentá do trabalho em rede, especialmente àquele desenvolvido entre os serviços que atendem crianças e adolescentes, dentre os quais destacamos:

- O município como espaço territorial onde as ações e serviços de atenção  criança e ao adolescente se desenvolvem;
- O Governo Municipal enquanto gestor e os Conselhos como órgãos que garantam o direcionamento das ações, a prestação de serviços de qualidade e a defesa dos direitos fundamentais do cidadão;
- Sinergia e articulação entre todas as instituições e agentes que prestam serviços no município através do compartilhamento de objetivos e ações;
- Processo contínuo de circulação de informações;
- Definição de um embrião capaz de manter vivo o processo de trabalho conjunto: o *reeditor social*²².

²² Segundo Toro e Werneck (1996), o termo ‘reeditor social’, cunhado por Juan Camilo Jaramilo (1991) designa uma pessoa que não apenas reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta adequá-lo a diferentes circunstâncias.

3 A COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL E OS PROCESSOS COMUNICACIONAIS

Neste capítulo, partimos de um breve resgate da comunicação como um fenômeno social e de seus processos comunicativos. Abordamos, também, alguns dos elementos comunicacionais e suas relações de interdependência.

3.1 A COMUNICAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL

As questões das sociabilidades existentes nos processos comunicacionais é um eixo temático que ocupa cada vez mais lugar central na sociedade contemporânea. Perceber a comunicação como processo social, mediador do mercado e da sociedade, bem como suas dinâmicas culturais e sociais engendradas na construção desse lugar processual torna-se fundamental na atualidade (BARBOSA, 2002). A comunicação diz respeito a um ato comunicativo, “a uma linguagem, a uma construção, a um sujeito e a uma história, com todas as implicações – culturais e políticas – que estas correlações engendram”. (BARBOSA, 2002, p. 73).

Hohlfedlt (2002) enfatiza que a comunicação se dá através da linguagem e implica um número maior de elementos do que apenas uma pessoa. Os processos comunicacionais perpassam diversos aspectos da vida em sociedade, sendo que o estudo da história das civilizações revela uma estreita relação entre a existência de sistemas comunicacionais e o auge do desenvolvimento civilizacional.

O que precisamos ter claro, contudo, é a existência de uma íntima relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais. Isso porque a comunicação, ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentre as quais: informar, constituir um consenso de opinião – ou, ao menos, uma sólida maioria – persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto à atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir (HOHLFELDT, 2002, p. 63).

Martino (2002) ressalta que o ser humano é um ser da comunicação, primeiramente *consigo* e posteriormente com o *mundo*. Nos dois sentidos são entendidos como o produto da comunicação com outrem, já que as coisas não se apresentam ao ser humano de forma direta, mas são construídas devido à mediação do desejo, conhecimento e reconhecimento de outrem. O autor evidencia que só

podemos representar os elementos que expressam a comunicação humana através de relações, ou mais precisamente, através de processos comunicativos.

Berlo (1963) trouxe a perspectiva de processo para a comunicação, afirmando que o mesmo por si só é complexo. Quando há algo em processo, não há um começo ou um fim, nem mesmo uma seqüência fixa de eventos. “Os ingredientes do processo da comunicação agem uns sobre os outros; cada um influencia todos os demais” (BERLO, 1963, p.41).

Compreendermos as perspectivas do conceito de processo torna-se fundamental para apreendermos o processo comunicacional. Nesta direção, não se pode dizer que determinada ideia partiu de uma fonte específica ou que a comunicação ocorreu apenas numa direção. “Não quer dizer que não possamos dar ordem aos acontecimentos. A dinâmica do processo tem limitações; não obstante, há mais de uma dinâmica possíveis de serem desenvolvidas” (BERLO, 1963, p.30).

O autor evidenciou que quando pretendemos analisar um processo e sobre ele comunicar, devemos lembrar que não estamos incluindo todas as coisas na discussão. Os objetos que, por ventura, separamos, podem nem sempre ser separáveis, pois os mesmos não operam independentemente e cada um afeta os demais e sobre eles atua.

Seja como for, precisamos lembrar-nos sempre de que a nossa discussão de um processo é incompleta, que segue uma ordem forçada e talvez tenha uma perspectiva deformada. A discussão é útil, pode levar a maior conhecimento do processo; mas não é um quadro completo, nunca poderá reproduzir o próprio processo. Não podemos alistar todos os ingredientes nem falar com propriedade sobre a maneira pela qual afetam uns aos outros. Podemos proporcionar algumas sugestões, alguns indícios, tanto sobre os ingredientes como sobre a dinâmica do processo (BERLO, 1963, p. 32).

Com o conceito de processo incorporado pela comunicação,

podemos aproveitar melhor a análise dos ingredientes da comunicação, dos elementos que parecem necessários (se não apenas suficientes) para que haja comunicação. Precisamos ver elementos tais como: *quem* está comunicando, *por que* está comunicando, e *com quem* se está comunicando. Precisamos ver os comportamentos de comunicação: as *mensagens* produzidas, *o que* as pessoas procuram comunicar. Precisamos observar o estilo, a forma como as pessoas *tratam* suas mensagens. Precisamos examinar os meios de comunicação, os *canais* que as pessoas usam para que suas mensagens cheguem aos ouvintes, aos leitores. Em resumo: precisamos alistar os elementos do processo de comunicação que devemos levar em conta quando, a) iniciamos a comunicação, b) respondemos a comunicação, ou c) servimos como observadores ou analistas da comunicação (BERLO 1963, p. 32).

Alterar as relações originais entre o nosso próprio organismo e o ambiente em que nos encontramos é um dos principais objetivos da comunicação, “nosso objetivo básico é reduzir a probabilidade de que sejamos simplesmente um alvo de forças externas, e aumentar a probabilidade de que exerçamos força nós mesmos” (BERLO, 1963, p.119). Neste viés, o objetivo básico da comunicação seria afetar os outros, afetar com intenção.

Nesta direção, ressalta-se a importância dos objetivos das pessoas ao se comunicarem, sendo que os mesmos devem ser especificados em termos das reações que se pretende obter. Ter claro qual o objetivo da comunicação que se deseja fazer “é um dos mais difíceis conceitos para as pessoas entenderem e agirem em conseqüência” (BERLO, 1963, p. 21), já que freqüentemente perdem-se de vista os propósitos da comunicação.

Dissemos que o objetivo da comunicação é afetar, influenciar. Contudo, esta discussão implica que o homem ‘desconhece’ ou ‘esquece’ o seu objetivo. Isto não quer dizer que haja um objetivo *próprio* e que o homem deva estar ciente dele. Quer dizer é que há um objetivo na comunicação do qual muitas vezes não estamos cônescios em nossa própria conduta (BERLO, 1963, p. 21).

Como ressalta Barbosa (2002), consideramos a comunicação como uma relação de natureza social, “em imbricamento com o lugar onde ela se dá, com a história daquela sociedade, com os mecanismos de constituição das visões de mundo daquele espaço social” (BARBOSA, 2002, p. 73).

3.2 OS ELEMENTOS DO PROCESSO COMUNICACIONAL E SUAS RELAÇÕES DE INTERDEPENDÊNCIA

Partindo, portanto, da perspectiva da comunicação como um fenômeno social, trazemos alguns dos elementos que compõem os diferentes modelos de processos comunicacionais desenvolvidos ao longo dos tempos. Os estudos da comunicação humana, segundo Beltrão (1980) e seus elementos básicos remontam à Antiguidade, através de Aristóteles (384-322 a.c), que com o estudo da *Retórica* distinguiu três elementos: a pessoa que fala, o discurso que pronuncia e a pessoa que ouve. Para Hohlfeldt (2002), através desta proposição, Aristóteles tornou-se o primeiro teórico a formular a situação comunicativa por excelência. Para Beltrão (1980), o modelo aristotélico, baseado na oratória, resistiu ao tempo e nele estão os elementos fundamentais indispensáveis à formação do circuito comunicacional: o emissor, a mensagem e o receptor.

Hohlfeldt (2002) pontua que somente vinte séculos depois, na década de 1930, o americano Harold Lasswell, da Universidade de Michigan, acrescentou dois elementos ao processo comunicacional: *em que canal* e *com que efeitos*. Beltrão (1980) ressaltou que foi no decorrer da II Guerra Mundial, como consequência das pesquisas sobre o alcance da propaganda nazista, que Raymond Nixon introduziu mais dois componentes ao processo de comunicação: as *intenções do comunicador* (objetivos do emissor) e as *condições de recepção* da mensagem. Já o teórico americano Wilbur Schram, nesta mesma época, formulou um modelo verdadeiramente comunicativo, segundo Hohlfeldt (2002), ao incluir a *retroalimentação* ou o *feedback* ao longo de todo o processo, registrando assim a ‘comunicação de retorno’, mediante a qual se avalia a interpretação da mensagem.

Ao longo do século XX, foram desenvolvidos diversos modelos de processos comunicacionais. Os elementos do processo e a “a maneira pela qual eles se reúnem, em que ordem, e com que espécies de inter-relações, depende da situação, da natureza do processo específico em estudo e da dinâmica criada” (BERLO, 1963, p. 42).

Neste sentido, Mattelart e Mattelart (2005) ressaltam que a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais, onde os elementos contam menos do que as relações que se constituem entre eles. Berlo (1963) ressaltou esta ideia através da interação como sendo o ideal da comunicação ou a

meta da comunicação humana, que para efetivar-se necessita de uma relação de interdependência entre os sujeitos envolvidos no processo comunicacional.

Nesta direção, Paulo Freire (1977), em *Extensão ou Comunicação?* ressaltou que o mundo social e humano não existiria se não houvesse um mundo de comunicabilidade, fora do qual, é impossível dar-se o conhecimento humano, pois “a intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial deste mundo cultural e histórico” (FREIRE, 1977, p. 65). Através da intersubjetividade se estabelece a comunicação entre os sujeitos a propósito do objeto:

o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’. É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação (FREIRE, 1977, p. 66).

Esta mesma relação de interdependência foi trazida por Beltrão (1980), que ressaltou que nenhuma comunidade, grupo social ou sistema de cooperação humana consegue realizar seus objetivos sem um entendimento mútuo, mediante o qual cada membro consegue assumir o seu papel e seu lugar dentro do processo de interação.

É na vida social, e somente nela, que se verifica o fenômeno da comunicação, pois algo só é posto em comum se existe, pelo menos, dois indivíduos participantes da operação. Assim, as sociedades nascem, antes de tudo, de carências individuais, seja para a própria sobrevivência seja para a reprodução da espécie. Essa interação não resulta de uma simples aglomeração, de um ocasional gregarismo, mas da troca de informações, que assegura uma certa permanência ao grupo e a participação dos seus integrantes na realização de propósitos definidos (BELTRÃO, 1980, P. 31)

É importante trazermos as diferenciações e semelhanças entre a informação e a comunicação, tendo em vista que elas não possuem a mesma concepção. Partindo do pressuposto de que não existe comunicação sem informação, a primeira é sempre mais complexa, pois exige a questão da relação, ou seja, do outro. Wolton (2009) traz uma dimensão *normativa* e outra *funcional* para tentar elucidar essa questão.

A dificuldade vem também do fato de que a informação e a comunicação possuem duas facetas mais ou menos contraditórias, mas indissociáveis. Uma dimensão *normativa*, que, no caso da informação, remete à ideia de verdade e, no da comunicação, à de compartilhamento. E uma dimensão *funcional*, muito mais instrumental, ligada ao fato de que nas sociedades atuais, extremamente complexas, não é possível viver sem informação, contatos e interações. Repensar as relações entre informação e comunicação significa tomar esses dois conceitos nas suas duas acepções, sem discriminação. (...) Em outras palavras, da informação mais pueril à comunicação mais comercial, o horizonte é o mesmo: a busca do outro e da relação (WOLTON, 2009, p. 23)

Em seu mais recente livro *Informar não é Comunicar*, Wolton (2009) salienta que repensar a comunicação no momento atual é fundamental, tendo em vista que a onipresença das tecnologias num mundo aberto, saturado de informações, não basta para diminuir os paradoxos da comunicação.

A comunicação, diferentemente da informação, portanto, exige uma reciprocidade que não pode ser rompida. Freire (1977) acentuou esta ideia ao dizer que é indispensável ao ato comunicativo o acordo entre os sujeitos, isto é, “a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito” (FREIRE, 1977, p. 67)

O receptor, neste viés, se torna um dos elementos do processo comunicacional mais difíceis de ser apreendido. Wolton (2006) evidencia que reconhecer a comunicação como um processo complexo significa reconhecer a complexidade e a inteligência do receptor, que raramente está onde o esperamos e em geral, compreende algo diferente do que gostaríamos que compreendesse. Muitas das defasagens na comunicação são explicadas pela liberdade do receptor em aceitar, repensar e negociar a mensagem recebida (WOLTON, 2006).

É neste sentido que Martino (2002) traz uma das acepções mais fundamentais para o termo ‘comunicação’.

O significado de comunicação também pode ser expresso na simples decomposição do termo comum+ação, de onde o significado ‘ação em comum’, desde que se tenha em conta que o ‘algo em comum’ refere-se a um mesmo objeto de consciência e não a coisas materiais, ou à propriedade de coisas materiais. A ‘ação’ realizada não é sobre a matéria, mas sobre outrem, justamente aquela cuja intenção é realizar o ato de duas (ou mais) consciências com objetos comuns. Portanto, em sua acepção mais fundamental, o termo ‘comunicação’ refere-se ao processo de compartilhar um mesmo objeto de consciência, ele exprime a relação entre consciências (MARTINO, 2002, p. 14).

Complementando esta ideia, Barbero (1997) diz que a comunicação é uma questão de mediações mais do que de meios e, portanto, não só de cultura e troca de conhecimentos, mas, sobretudo de reconhecimentos. Assim, surge a *vinculação*, classificada por Sodré como:

práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social, empreendidas por ações comunitaristas ou coletivas, animação cultural, atividade sindical, diálogos, etc.. Diferentemente da pura relação produzida pela mídia automatizada, a vinculação pauta-se por formas diversas de reciprocidade comunicacional (afetiva e dialógica) entre os indivíduos. As ações vinculantes, que têm natureza basicamente *sociável*, deixam claro que a comunicação não se confina à atividade midiática (SODRÉ, 2002. p. 234)

Para Sodré (2002) mesmo com o ritmo cada vez mais veloz e “mercadologicamente obsessivos” da contemporaneidade, é possível ter acesso a algo que “dure política e existencialmente” (SODRÉ, 2002, p. 223). A *vinculação entre o eu e o outro*, segundo o autor, está no cerne desta questão. É justamente este laço que traz a “apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma de luta social por hegemonia política e econômica, seja sob a forma do empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias” (SODRÉ, 2002, p. 223)

O critério de vínculo, para Freire (1977) ressaltou o processo de fazer parte de algo e preocupou-se com o grau de informação e com a incorporação dos valores difundidos. A informação é captada de diferentes modos (materiais, eventos, publicidade). Já a apreensão dos valores e sua transformação numa prática implica a ideia de co-participação, de reciprocidade.

4 A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL: CONTEXTOS, ORIGENS E PERSPECTIVAS

Neste capítulo, antes de trazermos a temática propriamente dita da comunicação comunitária e com o objetivo de mostrarmos seus contextos, origens e perspectivas, faremos uma breve contextualização inicial sobre a comunicação midiática brasileira, a partir de sua constituição histórica. Com base nos estudos da ANDI – Agência de Notícias da Infância, faremos, também, uma breve referência à cobertura noticiosa de jornais impressos brasileiros acerca da temática de crianças e adolescentes. Posteriormente, destacaremos os principais conceitos e as origens da comunicação alternativa, popular e comunitária, através de autores considerados referências no tema.

4.1 COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA BRASILEIRA E DEMOCRACIA

Cabral (2005), em artigo intitulado *Os grupos de comunicação e o cenário midiático brasileiro* apresenta uma análise da mídia a partir de sua constituição histórica, passando pela legislação e decretos que pontuaram o marco regulatório das concessões de radiodifusão no país.

A mídia brasileira sempre esteve sujeita a interesses particulares. Na história percebe-se sua sujeição às autoridades portuguesas que proibiam o uso de tipografias e qualquer manifestação por parte do povo brasileiro. O príncipe Dom João, ao vir com a família real de Portugal, uma vez que seu país fora invadido por Napoleão Bonaparte, inaugurou a Imprensa Régia, em maio de 1808. Pediu ao frei Tibúrcio José da Rocha para dirigir o periódico real. Porém, como demorou a lançar o periódico, o português Hipólito da Costa fundou em 1º de junho de 1808 o *Correio Braziliense*, em Londres. Já o jornal oficial, *Gazeta do Rio de Janeiro*, só foi lançado em 10 de setembro pela Imprensa Régia. Apesar de darem início à imprensa brasileira, nenhum deles era de e para brasileiros (CABRAL, p.01, 2005).

Analisando as Constituições brasileiras (1824; 1891; 1934; 1937; 1946; 1967 e 1988), Cabral (2005) ressalta que a única que não aborda o campo comunicacional é a primeira, a imperial, de 1824. Dentre as demais, a que mais versa sobre comunicação é a atual, de 1988, sendo que houve inúmeras alterações posteriores, a partir de decretos e emendas constitucionais. No artigo 220, por exemplo, estabelece-se que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação não podem sofrer qualquer restrição, em outras

palavras, não podem ser censuradas. É de competência federal, contudo, regular as diversões e espetáculos públicos, além de estabelecer meios legais aos brasileiros para se defenderem de programas sem qualidade (parágrafo 3º, incisos I e II); comerciais de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias ficam sujeitos a restrições legais (parágrafo 4º). No parágrafo 5º, estabelece-se, ainda: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (CABRAL, p.03, 2005).

O Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, por sua vez, determina que nenhuma entidade ou pessoa pode ter participação em mais de 10 emissoras de televisão em todo o país (GUARESCHI, 2005). Porém, na prática, tal decreto é ignorado através de uma brecha na legislação.

É possível burlar essa determinação recorrendo ao registro dos canais em nome de empresas diferentes, que podem estar em mãos de membros de uma mesma família. Através do sistema de concessões de canais de rádio e televisão, por parte do Governo Federal, um reduzidíssimo número de empresários concentra, em suas mãos, a maior parte dos veículos de comunicação, com poderes de ditar o que se pode ver, ler e falar (GUARESCHI, p. 37, 2005).

Ao fazer uma análise do cenário nacional, Cabral (2005) ressalta que há inúmeros políticos que construíram conglomerados midiáticos. O que não é permitido no artigo 7º e parágrafo único da Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe que: “não poderá exercer a função de diretor ou gerente de concessionária, permissionária ou autorizada de serviço de radiodifusão quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial” (CABRAL, p. 03. 2005). Contudo, conforme demonstra a pesquisa da autora, em todos os Estados brasileiros um político local está à frente de, pelo menos, um veículo de comunicação.

A interferência de grupos de mídia no processo de aprovação de documentos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal vem se transformando em prática nos últimos anos, no Brasil. Tendo em vista que os grupos midiáticos vêm se configurando como lobistas nos níveis local, regional e global, a intervenção e envolvimento dos grupos de comunicação no cenário político ocorre, também, em diversos países (CABRAL, 2005).

Lima (2004) ressalta que a constituição do sistema de comunicações, no Brasil, traduz uma estrutura mais ampla de poder e uma tradição oligárquica que se reproduz em vários setores da sociedade brasileira.

Neste viés, Carvalho (2010) destaca que a comunicação midiática brasileira quase nunca atendeu de forma satisfatória as necessidades públicas, mas sim as necessidades privadas de uma pequena camada privilegiada da sociedade.

Desde sempre, o controle das comunicações no país foi concedido a grandes grupos empresariais e famílias influentes, fato que acabou transformando as concessões em um grande oligopólio das comunicações. Esse oligopólio se deu de tal maneira que muitas das empresas que possuem o domínio das concessões no país, são proprietárias não apenas de um, mas de vários veículos de comunicação como rádio, TV e jornal impresso, o que é conhecido como *propriedade cruzada* (CARVALHAL, 2010, p. 130).

Festa (1986) ressaltou que foi durante o regime militar que a maioria das concessões públicas de rádio e TV foram distribuídas. O esquema de concentração da propriedade de meios de comunicação foi fortalecido pelos militares a partir de 1964, aprofundando a presença do Estado na implantação de um sistema de comunicações no país.

Já no final da década de 90, segundo Lima (2004), surgem com mais visibilidade os *global players*²³, que através de fusões transnacionais, passam a deter a propriedade dos principais grupos de comunicação mundiais. Ao pesquisar tais conglomerados empresariais, Lima (2004) aponta uma pesquisa²⁴ na qual se revela que “quatro ou cinco grupos dominarão todas as formas de mídia concebíveis, da imprensa tradicional à internet, passando por cinema, rádio, televisão, não só nos Estados Unidos como provavelmente em todo o mundo” (LIMA, 2004, p. 92).

Já Fonseca (2004) ressalta que a comunicação midiática brasileira movimenta-se e nutre-se de um ambiente indefinido constituído pelo interesse e pela opinião privados, mas que se manifestam como públicos. Para ele, por mais que os meios de comunicação possam também atuar em uma perspectiva pública, sempre estarão presos a interesses e compromissos privados e mercantis e, o que é essencial, desprovidos de controles efetivos por parte da sociedade e do Estado.

Desta forma, destacamos que a estrutura do sistema de comunicação midiática brasileira continua a ser permeada pela concentração de diversos segmentos da mídia em escassos conglomerados ou grupos, o que acaba por ser

²³ Grandes conglomerados empresariais.

²⁴ Pesquisa de Investimento em Ações na América Latina, realizado pelo LAFIS (Empresa de análises setoriais e informações do mercado financeiro).

um dos principais empecilhos para a democratização da comunicação e da informação no Brasil.

Nesta direção, Rubim (2000) ressalta que em virtude da comunicação perpassar diversos aspectos da vida em sociedade, torna-se necessário abandonar algumas definições nas quais a comunicação se via confinada, como sua identificação apenas como discurso, mensagem ou conteúdo, em “detrimento da possibilidade mais complexa de produtora de sentidos” (RUBIM, p. 88, 2000).

Para o autor, trabalhar a redefinição e a demarcação das fronteiras de localização da comunicação, principalmente em sua versão midiática, é condição *sine qua non* para estudar devidamente seu atual poder e sua relação com a democracia.

As preocupações da reflexão esboçada não se esgotam em um interesse meramente teórico ou mesmo acadêmico, elas dizem respeito a uma essencial postura existencial e ético-política que reivindica a democracia como um valor universal (Carlos Nelson Coutinho) e seu aprofundamento como condição essencial de uma vida na qual o homem possa ser demasiadamente humano. Deste modo, para além de um esforço teórico de reflexão sobre esta nova circunstância social, cabe agora propor como imprescindível o tema da democratização da comunicação e da sociedade (RUBIM, 2000, p. 90).

Partindo do pressuposto, portanto, de que a democratização da comunicação é consubstancial à vida democrática da própria sociedade, cuja “vitalidade depende de uma cidadania devidamente informada e deliberante, capaz de participar e co-responsabilizar-se na tomada de decisões sobre os assuntos públicos” (LÉON, p.13, 2003), torna-se necessário perpassar este estudo pelas formas com que vem ocorrendo a cobertura noticiosa de alguns temas de interesse público na mídia brasileira.

4.2 COBERTURA NOTICIOSA SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), desde 1993 analisa a mídia a partir de uma metodologia que tem por objetivo traçar diagnósticos acerca dos veículos impressos brasileiros em relação a determinados temas, em especial aqueles relacionados aos direitos de crianças e adolescentes e ao desenvolvimento humano. Godoi (2007), coordenador de Relações Acadêmicas da ANDI, no artigo

Cobrimdo políticas públicas sociais: a importância conferida à agenda da infância e adolescência parte do seguinte questionamento:

Por que, a partir do ponto de vista do jornalismo, é importante falar sobre a infância e adolescência? Não são poucos os argumentos para compor uma resposta. Desde uma perspectiva de direitos estritamente legalista poderíamos salientar que tanto a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da qual todos os países, exceto os EUA, são signatários, quanto as legislações brasileiras consideram a criança e o adolescente como 'Prioridades Absolutas'. Se o Estado define institucionalmente que este recorte etário merece prioridade absoluta, é tarefa da mídia, enquanto controladora social, *watchdog* dos poderes públicos, verificar se os meios necessários para assegurar os direitos desta população estão sendo perseguidos e implementados (GODOI, 2007, p. 32).

Ressaltamos que o exercício das liberdades de expressão e imprensa ocorre em um cenário onde os meios de comunicação de massa prevalecem, a partir disto, um dos principais problemas atuais na mídia é a ausência, no debate público, de uma maior diversidade de vozes. Em virtude de diversos atores importantes não conseguirem ganhar visibilidade nos espaços midiáticos, o direito humano à comunicação, da mesma forma, acaba se “tornando restrito em função da limitada pluralidade dos próprios meios – limitação essa que, não deriva, somente, de uma decisão política dos controladores das empresas de mídia, mas é resultante de uma falha inerente do sistema” (ANDI, 2005).

Godoi (2007), ao demonstrar alguns dados do *Relatório da Situação da Infância e Adolescência*, do UNICEF (17,32% das crianças e adolescentes brasileiros não possuem acesso à água potável, 18,72% não possuem nenhum tipo de depósito de esgoto e 8,28% trabalham), pontua que a cobertura noticiosa desta temática deve atentar para as características e especificidades das crianças e adolescentes brasileiros, bem como para os direitos e demandas por políticas públicas para esta faixa etária.

A principal abordagem, no artigo de Godoi (2007), é o fundamental papel da cobertura noticiosa na instrumentalização de uma reflexão mais consistente em relação às diferentes etapas do processo de constituição das políticas públicas sociais. Há uma multiplicidade de caminhos possíveis para a efetivação de uma política pública, os quais podem ser potencializados pela cobertura dos meios de comunicação, conforme aborda o autor:

Em se aprovando o desenho da proposta e os recursos para a execução das ações delineadas, passa-se à fase de implementação. É neste momento que a mídia exerce uma função que, historicamente, lhe é conferida por quase todas as vertentes ideológicas em países democráticos: a de fiscalização. Fiscalização dos recursos empregados, dos processos licitatórios, do respeito ao que foi definido pelo Legislativo. Tanto o processo de implementação quanto o de fiscalização envolvem muitos atores: de um lado, a burocracia governamental, os prestadores de serviços e os próprios beneficiários, de outro, os Tribunais de Conta, o Ministério Público e os grupos de interesse (GODOI, 2007, p. 38).

Outro ponto analisado por Godoi (2007) é a capacidade de alcance da política que está sendo proposta, o que também deve estar constantemente no escopo de reflexão dos jornalistas. Uma política de redução de impostos sobre a cesta básica atinge milhões de brasileiros, por exemplo, já uma política para a redução das taxas de importação sobre produtos de luxo favorece algumas centenas.

As análises da ANDI buscam não somente medir aquilo que está na cobertura noticiosa dos principais veículos impressos brasileiros, mas também suas lacunas. “Portanto, não raro, o dado mais gritante de uma análise de conteúdo conduzida pela ANDI não é o alto percentual de um equívoco cometido pela imprensa, mas a completa ausência de uma discussão relevante para a sociedade” (GODOI, 2007, p. 44).

A partir do monitoramento diário, realizado pela ANDI, de material jornalístico veiculado por cerca de 50 jornais em todos os Estados do Brasil, entre 1996 e 2002, constatou-se que houve um expressivo crescimento do número de textos jornalísticos (matérias, editoriais, artigos, colunas) sobre temas relativos ao universo infanto-juvenil: de 10.700 textos, no ano inicial da pesquisa para 93.581, no último ano. Configurando assim, um aumento de cerca de 800% no espaço conferido à pauta da infância e da adolescência na imprensa brasileira (Godoi, 2007).

Por outro viés de análise, a mesma pesquisa apontada pelo autor, também mostra que menos de 30% do material veiculado apresenta as causas e soluções para os problemas trazidos e apenas 10% do material investigado trazem opiniões divergentes. Segundo Godoi (2007), o que caracteriza uma cobertura que se centraliza, prioritariamente, na apresentação de novas ações dos governos e pouco (8,6%) na cobrança e responsabilização por aquilo que não foi implementado ou que está sendo executado de maneira equivocada.

É importante destacarmos que ao apontar as causas para os problemas focalizados pela cobertura, ao discutir potenciais soluções e responsáveis, a mídia

noticiosa contribui para oferecer um enquadramento diferenciado e mais amplo sobre as políticas públicas.

A publicação *Imprensa, Infância e Desenvolvimento Humano*, da ANDI, de 2005, também aborda a evolução do interesse da mídia brasileira pelas questões relativas ao universo infanto-juvenil e ressalta, contudo, pontua que determinados assuntos ainda não tiveram, por parte da imprensa, a atenção que merecem.

Entre as questões que poderiam contar com um olhar mais atento da mídia estão assuntos complexos, cercados de preconceitos e tabus, como o abuso e a exploração sexual e o consumo de drogas. Muitas vezes, a falta de abordagem da mídia em relação a determinadas questões é apenas um reflexo da precariedade do debate na própria sociedade. Nessa relação, estão temáticas extremamente relevantes, mas que ainda carecem de maior mobilização social no processo de discussão e elaboração de políticas públicas, como é o caso da inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência (ANDI, 2005, p. 52).

Outra pauta já esquecida pela imprensa é o trabalho infantil. Nos anos de 1994 e 1995, a partir de uma série de denúncias sobre a exploração da mão-de-obra de crianças, no campo, houve uma grande abordagem desta temática pela mídia impressa. Após alguns anos, porém, o tema voltou ao esquecimento e a ter menor importância na agenda da mídia escrita (ANDI, 2005).

Tendo em vista algumas das potencialidades dos meios de comunicação, “historicamente analisadas por inúmeros cientistas sociais, são de especial relevância para o processo de desenvolvimento das políticas públicas: sua capacidade de agendamento, de enquadramento, de construção da informação e de controle social” (GODOI, 2007, p.40). Para o autor, o entendimento da constituição das políticas públicas é perpassado pelo jornalismo brasileiro.

Gurgel (2000) também ressalta este viés ao pontuar que:

[...] os meios de comunicação ainda representam a melhor garantia de ampla expressão do pensamento e de fiscalização das ações públicas. Dessa forma, em nosso país, a qualidade das informações, principalmente no que se refere às tiragens diárias do jornalismo, deveria ter um papel na construção da cidadania e no próprio desenvolvimento da sociedade (GURGEL, 2000, p. 338).

Apesar dos inúmeros avanços da cobertura noticiosa brasileira sobre os temas relacionados às crianças e adolescentes, conforme apontam os estudos da ANDI, destacamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a

imprensa brasileira pautada com a devida contextualização e continuidade tal temática. Abordagens mais consistentes, que promovam a inserção de mais de um ponto de vista sobre cada assunto ou problema pautado é uma das possibilidades para que os profissionais da notícia produzam uma cobertura mais ampla e plural.

Carvalho (2010) ressalta que em virtude do oligopólio dos grupos de comunicação na mídia brasileira e do grande fluxo de informações que trafega diariamente há uma constante perda de sentido nos conteúdos publicados. Sendo assim, o autor questiona: “Quantas das notícias despejadas diariamente possuem algum uso imediato para as pessoas de uma localidade? Elas se identificam com o conteúdo produzido pelas grandes mídias?” (CARVALHAL, 2010, p. 132). A generalização de conteúdo com que a mídia convencional costuma trabalhar de tão etérea, segundo Carvalho (2010), não possui rosto algum. Através destes questionamentos introduziremos a temática da comunicação comunitária, a partir da comunicação popular e alternativa.

4.3 COMUNICAÇÃO POPULAR E ALTERNATIVA

Como ponto de partida para abordarmos a comunicação comunitária, no Brasil, devemos nos remeter às décadas de 70 e 80 e falarmos sobre comunicação alternativa e popular.

No Brasil, entre as primeiras publicações sobre o tema, destacamos àquelas feitas por Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva (1986), que trouxeram contribuições importantes para o desenvolvimento do estudo nessa área, através do livro de ensaios *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. Já na introdução da obra, os autores ressaltam que o grande diferencial dos textos que compõem o livro é o relato e as avaliações de experiências concretas de práticas de comunicação popular e alternativa, no Brasil, desenvolvidas entre 1968 a 1983. Ou seja, os ensaios que constituem a obra foram produzidos a partir de uma preocupação com a conjuntura política brasileira da época. Através de uma perspectiva política, portanto, “apesar de os seus vários autores terem posições nem sempre semelhantes, todos têm em comum um passado em que tiveram um papel de oposição ao regime militar” (FESTA e SILVA, 1986, p. 5).

Neste contexto, pontuamos que a comunicação popular nasce a partir dos movimentos sociais, que se estruturam de acordo com a conjuntura e através de

“interesses de grupos específicos, classes ou extrações de classes e em torno de projetos alternativos de sociedade” (FESTA, 1986, p. 11).

A autora abordou três fases distintas da vida política, econômica e social que caracterizaram processos diferentes de comunicação popular e alternativa. De 1968 a 1978, compreendida como a primeira fase da ditadura, já que a mídia convencional não se posicionava diante da realidade brasileira, surgiu a necessidade de veículos alternativos, muitas vezes clandestinos, sendo assim o período foi pontuado por uma comunicação de resistência e denúncia. Já de 1978 a 1982, considerada a segunda fase do regime militar, houve a explosão social a partir do descontentamento com a situação política. Com isso, projetos políticos melhores definidos foram sendo incorporados e conseqüentemente, a comunicação alternativa foi desaparecendo (já que nasceu em um momento mais conturbado), dando início a uma comunicação mais articulada. A última fase da ditadura, entre 1982-1983, foi caracterizada pela redução dos processos de comunicação popular e alternativa na mesma proporção que refletiu a impossibilidade das forças de oposição de se articularem diante da crise política que estava sendo vivida pela sociedade brasileira.

De um lado, a repressão direta e a censura aos meios de comunicação de massa, tentavam bloquear as manifestações e as reivindicações populares, com o objetivo de impor um isolamento ao movimento de base e à sociedade civil no seu todo. De outro lado, as próprias condições de marginalidade social e políticas, acrescidas à crescente pauperização das classes subalternas, construíram pólos de conflito e de resistência (FESTA, 1986, p. 12).

No começo dos anos 70, cabe ressaltar, que “muito se dizia e pouco se comunicava por todo o país” (FESTA, 1986, p. 16). Os meios de comunicação de massa, mesmo sob rigorosa censura, recebiam extraordinários incentivos econômicos e fiscais favorecendo uma rápida modernização de suas instalações, contudo,

a verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares, coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular, apesar de todas as limitações (FESTA, 1986, p. 16).

Apesar da visível crise econômica e política (inflação e desemprego), entre 1982 e 1983, que colocou em discussão o fim do militarismo e a reorganização do poder no país, a mídia convencional criou uma perspectiva de preocupação somente

em torno da violência crescente e da crise propriamente dita, desvirtuando a atenção para o que estava prestes a acontecer. Naqueles dias, como pontua a autora, “nada parecia indicar que milhões de brasileiros saíam às ruas exigindo eleições diretas, democracia e desenvolvimento e que essa força em refluxo retomaria com maior vigor um papel protagônico no cenário brasileiro” (FESTA, 1986, p. 29).

A autora também abordou que o desenvolvimento da comunicação de massa, naquele período ocorreu na mesma proporção da internacionalização do capital. Já o desenrolar da comunicação alternativa deu-se através da capacidade de articulação das forças de oposição em torno de projetos históricos de caráter nacional; e o desenvolvimento da comunicação popular pontuou-se a partir da capacidade de organização dos movimentos sociais de base.

Destacamos o importante papel das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, nos anos 70, que apoiadas pela Igreja Católica, surgiram aos milhares no campo e na cidade. Através destes pequenos núcleos, que se proliferaram em uma década (cerca de 80 mil CEBs em todo o país), é que se reuniam jovens, trabalhadores rurais, donas de casa e operários. Em algumas regiões, por meio destas comunidades, nasceram diversos movimentos populares, “na medida em que se empenhavam em reivindicações de interesse não apenas cristãos, mas também de todo o povo da região” (FESTA, 1986, p. 14).

Já nas conclusões de seu ensaio, Festa (1986) ressalta que a comunicação popular nasce a partir dos movimentos sociais, especialmente da manifestação do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo.

A experiência brasileira mostra claramente que a comunicação popular e alternativa aparecem, desenvolvem e refluem na mesma medida da capacidade dos movimentos sociais articularem o seu projeto alternativo de sociedade. [...] que elas não se reduzem a meios e técnicas, mas abrangem o mundo amplo das manifestações humanas em seus distintos estágios de interação. (FESTA, 1986, p. 30).

Neste contexto, Peruzzo (1998), autora de livros e diversos artigos envolvendo a temática da comunicação comunitária destaca em suas pesquisas as diferentes manifestações que estão surgindo, na atualidade, de comunicação popular e comunitária e que se diferenciam, em parte, daquelas que foram iniciadas nos anos 70. Nesta direção, a autora pontua que o “então contexto histórico era distinto e, embora esse período não se encontre num passado tão remoto, há

especificidades e re-elaborações que demandam novos estudos” (PERUZZO, 2006, p.01).

Para a autora, a comunicação popular e alternativa se caracteriza por possuir conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo, tendo o ‘povo’ como protagonista principal, sendo um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo. São expressões das lutas populares por melhores condições de vida, configurando-se como um processo democrático e educativo.

Historicamente, a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (PERUZZO, 2008, p. 3).

No contexto dos movimentos populares, segundo Peruzzo (2002), se desenvolve experiências que possuem características próprias, como o exercício da participação direta das pessoas na produção e transmissão das mensagens.

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, já que possibilita a pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura (PERUZZO, 2002, p. 6).

Para a autora, os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, propiciam a criação do desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem o seu conhecimento e mudam a maneira de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Ao se apropriarem das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, passam a ter uma visão mais crítica, tanto em virtude das informações que recebem quanto pelo que aprendem através da própria prática (PERUZZO, 2002).

A educação se constitui universalmente pelo fato de que em todas as sociedades – das comunidades tribais às complexas sociedades urbanas-industriais – é necessário garantir não apenas a continuidade biológica, mas igualmente, a transmissão de normas, dos valores, dos símbolos e das crenças, enfim, da estrutura intermental sem a qual nenhuma sociedade pode funcionar [...]. Educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento e convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e o exercício dos direitos e deveres do cidadão (PERUZZO, 2002, p. 4).

Neste viés, destacamos a abordagem apresentada por Paulo Freire, na década de 70, de que a construção dos conhecimentos que proporcionariam consciência da opressão às maiorias excluídas deveria partir delas mesmas e de suas vivências cotidianas.

O educador brasileiro, na mesma época, também ressaltou a importância do entendimento do processo de comunicação como uma relação social e política, que se estabelece pelo conhecimento, pela lógica, pela história e pelo diálogo. A relação dialógica foi ressaltada pelo autor como fundamental para que ocorra qualquer ato de conhecimento, já que o sujeito não pode pensar sozinho, isto é, depende da co-participação do outro, sendo justamente nessa co-participação que ocorre o processo de comunicação (FREIRE, 1977).

Atualmente, para Peruzzo (2006), ao mesmo tempo em que o movimento popular continua a produzir práticas comunicativas semelhantes àquelas que deram origem aos estudos dessa modalidade comunicacional na América Latina, surgem outros formatos e meios de comunicação característicos dos novos tempos, também inseridos nos interesses midiáticos, econômicos e político-ideológicos.

A pressão social, segundo Peruzzo (2006), provocou um avanço na democratização dos meios de comunicação. O FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, por exemplo, obteve relevantes conquistas, nos últimos anos, alterando também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares, fazendo surgir formas mais plurais e ágeis de comunicação. O que antes era dirigido a pequenos grupos e centrado nos aspectos combativos dos movimentos populares passou a se tornar mais abrangente através da incorporação de meios massivos, especialmente de radiodifusão, criando novos conteúdos e linguagens. Essas alterações provocaram o desenvolvimento de atividades de comunicação de forma mais profissional, além de incorporar as novas tecnologias aos processos.

Se nos anos de 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação²⁵ aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional e outras realizadas por associações, grupos ou até pessoas autonomamente. Os exemplos podem ser encontrados em jornais e rádios comunitárias, nas associações de usuários dos canais comunitários na televisão a cabo, em Organizações não-governamentais que desenvolvem projetos coletivos de desenvolvimento social por meio da comunicação – muitos dos quais com propósitos similares àqueles antes encabeçados por movimentos populares (PERUZZO, 2006, p.5).

Ao abordar as diversidades e as convergências da comunicação popular e comunitária, Peruzzo (2006) ressalta que elas podem ser entendidas de várias maneiras, porém sempre denotam uma comunicação que tem o ‘povo’ como protagonista principal e como destinatário. Na forma como a comunicação comunitária vem se desenvolvendo nos últimos anos, a autora ressalta que a mesma

se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania (PERUZZO, 2006, P. 9).

Há, contudo, grandes divergências acerca dos termos comunicação popular, alternativa e comunitária. Berger, já em 1989, desenvolveu um levantamento bibliográfico sobre o tema e evidenciou a falta de definição consensual ao relatar 33 possíveis formas de se denominar tal temática. Para Dornelles (2007), mesmo tendo passado vinte anos do estudo de Berger, ainda não se encontra um consenso sobre o assunto entre os pesquisadores da área. Acerca das inúmeras nomenclaturas, Peruzzo destaca:

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares (PERUZZO, 2006, p.02).

²⁵ Comunicação das classes subalternas e em oposição à comunicação favorável ao *status quo*.

Para a autora, na atualidade, o termo 'comunitário' pode se referir a processos diferentes entre si, tendo como exemplo a grande mídia, que também incorporou a palavra para designar algumas de suas produções. É neste sentido que considera prudente recorrer ao *status* original dessa modalidade comunicativa na América Latina e também aos conceitos de *comunidade*, para uma caracterização mais adequada do processo.

4.4 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA E SUA RELAÇÃO COM OS CONCEITOS DE COMUNIDADE

Há cerca de 10 anos, a temática da comunicação comunitária, segundo Paiva (2006), em termos de estudos e pesquisas estava praticamente esquecida, eram poucos os que tratavam diretamente sobre o tema, tendo em vista que a questão do impacto da mídia, entre os pesquisadores da comunicação, estava na ordem do dia. No início dos anos 90, o assunto passou por um profundo ostracismo, "certamente suplantado pela preocupação com o advento das novas tecnologias e seu impacto nas populações, além da questão premente da intensa circulação de informação e o fantasma da globalização" (PAIVA, 2006, p. 68).

Já em 1997, através da obra *O espírito comum*, Paiva recompõe a trajetória conceitual em torno da temática da comunidade para assim recuperar a proposta de comunicação comunitária. A autora descobre diversas práticas que estavam em curso, especialmente no continente europeu, mesmo que formalmente desvinculadas da noção de comunitarismo. Já na América Latina, o ambiente era de apatia, devido à desmobilização das comunidades eclesiais de base, responsáveis juntamente com outros movimentos populares e de cunho religioso, pela prática do comunitarismo.

Se por um lado identificavam-se resquícios da prática, por outro, no que tange à pesquisa, este era definitivamente um tema a ser deixado de lado. Pelo menos era o que parecia, mas aconteceu exatamente o contrário: hoje, a questão do comunitarismo e da comunicação comunitária desponta como uma das mais citadas em todo o mundo e, de maneira bastante intensa, no Brasil. [...] A questão é que muito poucas vezes se consegue um esforço metodológico propositivo, o que tem produzido um ambiente mais propício à elaboração de textos ensaísticos, mas pouco esforço no sentido de sistematizar o que afinal efetivamente constitui uma comunicação comunitária (PAIVA, 2006. p. 68).

Carvalho (2010) em sua dissertação de mestrado intitulada *Comunicação Comunitária: uma releitura dos principais conceitos* nos traz importantes contribuições. Para o autor, a Comunicação comunitária ainda não se consolidou como um objeto de estudo que possui um *corpus* definido: “Buscar um entendimento sobre quais as possibilidades de se conceituar a comunicação comunitária, e diferenciá-la como um campo de estudo diferente do que outros projetos de comunicação ‘alternativa’ estão inseridos” (CARVALHAL, 2010, p. 102).

Com a intenção de fazer uma arqueologia nacional sobre o termo Carvalho (2010) traz autores que versam sobre o tema, como Regina Festa, Christa Berger e Raquel Paiva, a qual ele considera como a primeira teórica a dar um enfoque sociológico e decididamente comunitário, sobre a comunicação comunitária.

Autores como Carvalho, Paiva e Peruzzo ressaltam que para se discutir a comunicação comunitária, atualmente, é preciso fazer, ao mesmo tempo, uma discussão sobre comunidade. Nesta direção, ressaltamos que

existem diversos conceitos sobre o que é uma comunidade, aliás, essa discussão se arrasta desde o nascimento dos estudos sociológicos – com teóricos clássicos como Tönnies, Durkheim e Weber – e vem ao longo dos anos se readaptando à realidade social com autores contemporâneos como Mafessoli, Bauman, entre outros, mas nunca se chegou a um consenso sobre o que é realmente uma comunidade. Pelo contrário, existem vários vieses pelos quais se pode conceber esta ideia. Um desses vieses, que no nosso entendimento é um dos mais importantes a ser explorado, é o de levar em consideração as características de cada povo, de cada sociedade, para tentar entender o que seria considerado uma comunidade para aquela cultura em especial (CARVALHAL, 2010, p. 28).

A partir desta perspectiva, torna-se necessário apreender alguns aspectos que caracterizam as comunidades contemporâneas. Paiva (1998) nos possibilita um primeiro olhar sobre esta questão ao destacar que

a proposta de comunicação comunitária passa necessariamente pela revisão do conceito de comunidade, bem como pela análise da possibilidade de inserção dessa estrutura na atualidade. Cidadania e solidariedade transformam-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma proposta comunitária surge como nova possibilidade de socialização, com profundo propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado (PAIVA, 1998, p. 20).

Peruzzo (2006) relata que a teoria clássica sobre comunidade²⁶ foi elaborada tendo como parâmetros as sociedades agrárias, a partir da tribo, aldeia, família, igreja, lugar, etc. Através das transformações nas sociedades, grande parte devido ao avanço tecnológico e alterações no modo de vida, foram surgindo diversas atualizações no conceito, destacando-se termos e noções como ‘territorialidade’, ‘auto-suficiência’ e ‘identidade’ entre os membros.

A perspectiva de participação também foi incorporada aos conceitos de comunidade, Peruzzo (2006) cita Nisbet e Hillary como os autores que explicitaram tal relação. Numa visão de conjunto, segundo Peruzzo (2006), a partir de teóricos clássicos, uma comunidade pressupõe a existência de determinadas condições básicas, como: um processo de vida em comum através de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; auto-suficiência, embora não sendo excludentes, as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade; cultura, objetivos e linguagem comuns; sentimento de pertencimento; participação ativa e lócus territorial específico.

Apesar das inúmeras alterações nos modos de vida das pessoas, muitos dos princípios desenvolvidos pelos estudiosos clássicos de comunidade continuam a ter validade nos dias atuais, ressaltamos, contudo que

as mudanças vividas na sociedade e que têm contribuído para constituir novas formas de organização social e de sociabilidade, alteram determinados paradigmas e indicam a necessidade de revisitar e repensar os conceitos de comunidade. Por exemplo, a noção de territorialidade, enquanto uma das características centrais de comunidade, passa a não ter mais um valor universal (PERUZZO, 2002, p. 277).

²⁶ Pesquisadores de diferentes épocas se dedicaram ao estudo do conceito de comunidade. Entre os mais referenciados está Ferdinand Tönnies certamente pela clássica diferenciação entre comunidade (Gemeinschaft) e sociedade (Gesellschaft), cuja obra *Comunidade e Sociedade* foi publicada originalmente em 1887. O autor aborda uma oposição entre os dois conceitos, identificando comunidade como portadora de relações resultante de “uma vida real e orgânica”, enquanto sociedade teria como característica uma estrutura “mecânica e imaginária”. Tudo o que seria partilhado e vivido em conjunto seria entendido como vida em comunidade, já a sociedade, vista a partir do mundo do comércio e dos centros urbanos seria tomada como “passageira e aparente”. A teoria de Tönnies influenciou os posteriores estudos sobre comunidade, contribuindo para o surgimento de seguidores e críticos, sendo que os mais severos se referem ao caráter ilusório dado ao nível de perfeição atribuído à comunidade (PERUZZO, 2006).

As comunidades virtuais²⁷ são um dos exemplos dessas mudanças. Esta nova maneira de comunicação não só vem transformando as dimensões de tempo e espaço como também possibilitando a vivência de eventos simultâneos, sem a necessidade de se estar num mesmo lugar. Entretanto, segundo Peruzzo (2006), as próprias comunidades virtuais, que surgem no final do século XX, demonstram a necessidade da presença de laços de comunhão (alguns deles descritos na página anterior), já que “falar em comunidade significa falar de laços fortes, de reciprocidade, de sentido coletivo dos relacionamentos” (PERUZZO, 2002, p. 277).

Nesta direção, a mera proximidade geográfica ou residencial, como morar no mesmo bairro ou o fato de pertencer a uma mesma etnia, por exemplo, não necessariamente significam a existência de comunidade.

Cabe ressaltar que para Nunes (2007) a noção de cidadania ligada ao consumo leva à redefinição do conceito de comunidade. Apoiada em Canclini (1997), a autora revela que é justamente no contexto do fenômeno denominado de “mídiação da esfera pública”, ou seja, da apropriação da cena pública pelos meios eletrônicos de comunicação (convertidos como um dos principais formadores do imaginário coletivo) que “estão presentes os cenários de consumo onde se forma o que poderíamos chamar de bases estéticas da cidadania” (NUNES, 2007, P. 109).

Na sociedade contemporânea, em especial na América Latina, o desejo de comunidade, segundo Nunes (2007), está cada vez menos sendo relacionado a entidades macrossociais tais como a nação ou a classe, sendo encontrado com mais frequência em conglomerados esportivos, grupos religiosos, solidariedades geracionais e em círculos de consumidores de comunicação de massa. Solidariedades econômicas, como pontua Nunes (2007), como greves e cooperação nas situações de catástrofes, por exemplo, surgem somente em caso de extrema necessidade.

Neste viés, muitos dos conceitos e das noções de comunidade, na atualidade, estão relacionados e se manifestam como um conjunto de pessoas que compartilham gostos em relação a determinados bens, podendo ser eles gastronômicos, desportivos, musicais, etc.. Peruzzo (2006), contudo, nos aponta outro olhar.

²⁷ As comunidades virtuais, mediadas a partir de computadores e da internet, se agregam em torno de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas (LEMOS, 2001).

Por outro lado, há que se reconhecer que no processo de mudança na configuração das comunidades, segmentos da sociedade brasileira estão demonstrando prontidão à agregação e à participação cidadã e vão constituindo novos tipos de comunidades. Em suma, paralelamente ao egoísmo e ao isolamento pessoal e no contexto das contradições e das desigualdades sociais, há toda uma dinâmica de mobilização representada em múltiplos movimentos e organizações populares. [...] No conjunto, a finalidade é juntar esforços visando a ampliação dos direitos de cidadania dos excluídos e o estabelecimento da justiça social (PERUZZO, 2006, p. 15).

Paiva (1998), através de uma perspectiva acerca das mudanças sociais da sociedade globalizada, também pontua essa dinâmica de mobilização.

O final das barreiras instaura uma nova ordem, onde os limites são absorvidos pela prerrogativa do universal. Tudo passa a ser *trans*, extrapolando seu limite inicial e absorvendo outras áreas e setores. Paralelo a essa ideia toma pulso o olhar em direção à vizinhança e seus problemas. Os moradores de um mesmo bairro, aqueles iguais com quem a gente se encontra todo dia, fundem-se numa busca de soluções, de melhorias das condições de existência (PAIVA, 1998, p.13).

Em meio a uma grande rede global, portanto, inicia-se “a revitalização e questionamentos sobre os pequenos grupos sociais, ou melhor, são esses pequenos grupos que fazem a reivindicação sobre seus direitos” (CARVALHAL, 2010, p. 93). Desta forma, a mídia surge como uma importante alternativa, tendo em vista que as burocracias estatais tratam de retardar alguns processos, tais grupos recorrem à rádio e à televisão para pleitear por serviços, justiça e reparações. Pontuamos, todavia, que não há um espaço determinado e específico para tais demandas na mídia contemporânea.

A grande questão é a de que, pelo fato de a mídia ter se tornado a *high-way* da sociedade da informação, ela não está voltada para os anseios populares, ela está ligada ao mundo. Ao mesmo tempo em que ela se preocupa em mostrar inundações na Europa, falar sobre as bolsas de valores do mundo todo, da eleição norte-americana, enfim, de todos os assuntos que são interessantes para a elite global, ela não consegue dar conta de acompanhar problemas ‘menores’, como a falta de iluminação em um bairro, o problema do posto de saúde, ou qualquer outro assunto que seja mais próximo da realidade e da vivência dessas pessoas, e cremos que ela não tenha interesse nenhum em fazer isto (CARVALHAL, 2010, p. 94).

Nesse contexto, o autor destaca que não podemos mais propor um pensamento sobre comunicação centrada apenas na grande mídia sem falar também nas alternativas paralelas que vêm sendo elaboradas por grupos

socioeconomicamente excluídos. É exatamente neste contexto que nasce a comunicação comunitária, a partir da perspectiva de Paiva (1998) e Carvalho (2010).

Carvalho (2010) traz um olhar contemporâneo para a comunicação comunitária ao defender que seu papel vai além da capacidade de funcionar como uma ferramenta para populações “esquecidas”. Para ele, a “comunicação comunitária é permanente, e persiste justamente por que ela nada mais é do que uma espécie de linha que costura todos os tecidos sociais” (CARVALHAL, 2010, p.120). Desta forma, os veículos de comunicação comunitária são a própria comunidade, pois conseguem inserir o cotidiano, a linguagem e a história das pessoas da comunidade que estão representando.

4.5 PROPOSTAS E PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO BRASIL

Abordando aspectos do jornalismo comunitário e da mídia, Paiva (2006) ressalta que é preciso definir os contornos e o lugar da comunicação comunitária e da produção midiática, já que as mesmas não podem se contrapor, sendo fundamental que tal relação se acentue, “em especial potencializando as facetas positivas dessa inter-relação, que são para a grande mídia a inegável proximidade com a existência concreta das populações, mais bem apreendida pelos veículos comunitários” (PAIVA, 2006, P. 69). Tal caminho tem sido extremamente útil quando o objetivo é selecionar pautas e temas que tenham abordagens sobre a coletividade.

Por outro lado, para os veículos comunitários, o acesso às técnicas de produção é um legado de incomensurável valor. Este seria o primeiro motivo para o escambo entre estas duas ordens, mas certamente muitas outras devem ser incentivadas e executadas. O importante é a compreensão da necessária sinergia entre ambas. Não devem constituir-se como forças contrárias, mas pólos opostos que dialogam entre si (PAIVA, 2006, P. 69).

Nesta direção, Paiva (2006) visualiza que o jornalismo voltado para o cotidiano de coletividades específicas se propõem a uma nova perspectiva, que acopla à visão local a existência dos demais lugares, dos centros de decisão e das especificidades de outros lugares. Contudo, tal formato de cobertura está ainda longe do vigente foco das editorias nacionais e internacionais.

O traço mais marcante deste jornalismo – reiteramos – é a estreita conexão com a realidade e interesses da coletividade específica, perdendo completamente campo à mera espetacularização da informação. [...] o fundamental para um jornalismo inclusivo ou o comunitário, enquanto horizonte político-social do jornalismo, é que não se perca de vista o seu aspecto principal, ou seja, a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades, sobre o outro (PAIVA, 2006, p. 69).

A autora esclarece que talvez o viés mais evidente que pode vir a proporcionar a vinculação entre os seres humanos, a partir de uma perspectiva de vida comunitária, se mostre justamente em toda a área conectada com a comunicação comunitária. Para ela, a presença física da proposta de veículos e processos comunicacionais comunitários vem sendo revisitada vastamente, fazendo cada vez mais sentido, especialmente “em países oligárquicos como o Brasil, onde a questão fundiária se conjuga com favores estatais e negócios privados nos setores que poderiam e deveriam ser de acesso público. Vide saúde, educação e, por que não, também a mídia” (PAIVA, 2007, p. 136).

Desta forma, cada vez mais se torna fundamental sistematizar maneiras de aprimoramento da linguagem e da produção de novas formas discursivas daqueles que atuam nos veículos de comunicação comunitária, em especial do grupo da radiodifusão (PAIVA, 2007). Nesta direção, destacamos o vital papel do comunicador profissional nas estruturas da comunicação comunitária: “Como um campo legitimado, a comunicação deve ser trabalhada em um âmbito profissional e, por isso, deve possuir o respaldo de comunicadores sociais profissionais” (CARVALHAL, 2010, p. 104).

A comunicação comunitária praticada no Brasil e também na América Latina, segundo Peruzzo (1998), enfrenta sérias limitações, as quais impedem grandes avanços. A deficiência de estrutura física, a ausência de mediadores e a precária sustentação econômica são algumas das razões que acabam por prejudicar o processo de comunicação emancipadora a que se propõe a comunicação comunitária.

Trabalhar, teorizar e debater a comunicação comunitária, é ainda hoje, para países como o Brasil, um chamamento político, segundo Paiva.

Talvez se tenha se acentuado ou retomado o viés político que os anos 60 e 70 conferiram à questão da comunicação, em especial aquela voltada para os meios de radiodifusão. Ainda hoje, no Brasil, se convive com os mais avançados aparatos tecnológicos e a prisão e apreensão de grupos e indivíduos que decidem produzir mensagens e programação fora do escopo que é considerado legal. Ainda hoje, em pleno século XXI, em todo o Brasil, se convive com inúmeras prisões e fechamento de emissoras de rádios²⁸ (PAIVA, 2007, p. 137).

Com a intenção de traçar um panorama sobre a presença da comunicação comunitária na atualidade, Paiva (2007) elaborou um mapeamento acerca dos principais pilares ou eixos que consolidam e justificam a presença da perspectiva comunitária no campo comunicacional, dentre os quais destacamos:

a) **a comunicação comunitária atua na direção de uma estrutura polifônica**, a pluralidade de vozes passa a ser uma realidade, possibilitando a inserção das vozes de grupos até então à margem do espectro de visibilidade. Tal concepção aparece tanto teoricamente como na prática da experiência da comunicação comunitária, sendo que tal pluralidade de vozes é uma das principais bandeiras desta forma de comunicação;

b) **a comunicação comunitária produz novas formas de linguagem**, a geração de novas formas de expressão é o que estimula a produção dos veículos comunitários, esta característica é uma das mais importantes em virtude dos resultados que alcança. Tal configuração se estabelece principalmente a partir da especial vivência de liberdade que esses veículos e seus atores experimentam. Contudo “a experiência será tão mais rica e evidenciada quanto forem libertárias as relações do veículo, ou seja, um veículo com estreitos compromissos econômicos, financeiros ou políticos pode não se sentir livre para ampliar a sua produção discursiva” (PAIVA, 2007, P. 142).

c) **a comunicação comunitária atua com o propósito primeiro da educação**, a proposta de fundo da comunicação comunitária, sejam quais forem as vinculações de um veículo comunitário, será sempre de natureza educativa. Tendo em vista que “os veículos de comunicação, em especial os pertencentes aos grandes conglomerados midiáticos, distanciam-se progressivamente da sua precípua tarefa de aprimoramento da condição humana” (PAIVA, 2007, P. 145), a

²⁸ A repressão a veículos comunitários, principalmente o rádio, aumenta gradativamente em todo o país. Segundo Nunes (2007), além das dimensões restritivas impostas pela legislação, as rádios comunitárias sofre uma forte oposição por parte da ABERT – Associação Brasileira de Rádios e Televisão – que representa o interesse das empresas de comerciais de comunicação do Brasil, cuja maioria é confessadamente contrária à difusão radiofônica comunitária.

perspectiva educacional é prerrogativa primeira de um veículo de comunicação comunitária.

d) a comunicação comunitária como lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a comunicação; o campo da comunicação comunitária tem conseguido concentrar em torno de si reflexões e temáticas destinadas a consolidar novos paradigmas e perspectivas, inclusive para o melhor entendimento e operacionalidade do que significa comunidade.

Já Peruzzo (2007) apresenta alguns princípios norteadores para serem levados em consideração no âmbito dos conteúdos e da gestão de rádios comunitárias, os quais se aplicam, também, aos demais meios comunitários de comunicação: participação ativa, democracia, caráter público (programação cidadã), autonomia, gestão coletiva, vínculo com a cultura local, sem fins lucrativos. Ressaltamos que sem fins lucrativos não significa a proibição de gerar recursos, “significa não ser movida por interesses financeiros e que os recursos sejam revertidos para a operacionalização do próprio veículo de comunicação e não para o lucro particular de alguém” (PERUZZO, 2007, P. 78). Neste viés, a autora destaca alguns caminhos e ações para se colocar em prática os princípios acima descritos, dentre os quais ressaltamos:

- a) Abrir espaços para a participação direta dos cidadãos, seja através do microfone, na rádio, na página do jornal ou na tela da TV ou do computador para que possam expressar seus pontos de vistas, suas reivindicações e também conquistas.
- b) Criar canais entre os conselhos, diretorias colegiadas, comissões, assembleias, entre outros, para viabilizar a participação do cidadão e de suas entidades representativas nas instâncias de planejamento e gestão da emissora.
- c) Criar uma rede de repórteres populares formado por representantes de entidades civis organizadas e/ou por zonas geográficas ou bairros, setores, quadras, ruas, etc. Esta ação proporciona ótimos mecanismos para manter programas jornalísticos sintonizados com a realidade, além de favorecer a participação popular na programação.
- d) Atuar de modo integrado com as organizações sociais sem fins lucrativos da região, abrindo oportunidade para a prática do jornalismo público, orgânico e comprometido com as mudanças sociais.

- e) Zelar pela autonomia política em relação a empresas, poder público, partidos políticos, igrejas, etc..
- f) Difundir conhecimentos e fatos, que mesmo sendo gerados fora do âmbito comunitária possam contribuir para o nível de informação e consciência crítica.

É evidente, como ressalta Peruzzo (2007), que cada rádio e veículo comunitário desenvolve suas próprias estratégias e caminhos que elenca como prioritários e também nem todos os veículos irão desempenhar plenamente as características acima mencionadas, como pondera a autora “a qualidade participativa e também a qualidade da programação se desenvolvem lentamente e tendem ao aperfeiçoamento progressivo, o importante é que os parâmetros sejam traçados e postos em prática constantemente” (PERUZZO, 2007, p. 81).

Aqueles que participam do processo de planejamento criação, transmissão de mensagens e gestão dos veículos comunitários passam pelo processo que se refere às inter-relações entre comunicação e educação informal²⁹ e não-formal³⁰.

Participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para a sua formação enquanto cidadãos. Passam a compreender melhor a realidade e o mundo que as cercam. [...] Desenvolvem a capacidade de expressão verbal, além de conhecerem o poder mobilizatório e de projeção que a mídia possui. [...] Aprendem ainda a entender os mecanismos de funcionamento de um meio de comunicação – desde suas técnicas e linguagens, até mecanismos de manipulação a que estão sempre sujeitos. De posse desse conhecimento, formulam espírito crítico capaz de compreender melhor a lógica da grande mídia. A melhor forma de entender a mídia é fazer mídia (PERUZZO, 2007, P. 84).

A autora evidencia tal constatação a partir de experiências concretas. Através de pesquisa conduzida por Daniele Próspero (2005) sobre experiências comunitárias de comunicação na periferia de São Paulo, identificou-se o avanço na percepção de si mesmo e do entorno onde moram jovens que participam do jornal comunitário da região, conforme demonstram as falas de seus protagonistas:

²⁹ Adquirida no dia-a-dia em processo não organizado (PERUZZO, 2007)

³⁰ Formação estruturada e pode levar uma certificação, mas difere da educação formal ou escolar (PERUZZO, 2007).

[...] Eu tinha vergonha de falar que morava na periferia e o nome do meu bairro, da escola. Quando alguém falava mal do bairro eu chegava até mesmo a concordar. Eu não era uma pessoa muito participativa, não tinha noção das coisas. [...] A mídia influencia muito negativamente. Eles não vêm aqui na região mostrar as coisas legais, positivas, os projetos sociais. Só vêm quando matam dez. Sempre sensacionalista. [...] Mas, aqui tem várias pessoas maravilhosas. Você nunca vê nestas mídias as coisas boas da periferia sendo mostradas (PERUZZO, 2007, p. 85).

Outros exemplos de transformação de vida e de consciência de jovens moradores de periferias brasileiras são demonstrados pela a autora, a partir do envolvimento em processos de comunicação comunitária. Obviamente que nem todas as experiências são perfeitas, “mas em meio às imperfeições sempre há algum benefício à população local quando o assunto é mídia comunitária” (PERUZZO, 2007, p. 88). Desta forma, o esforço de construção coletiva e a riqueza da diversidade de experiências, apontam para a existência de outra comunicação em curso no Brasil, que tem como finalidade a transformação dos mecanismos opressores e o desenvolvimento integral das pessoas.

Há uma inegável importância da comunicação comunitária enquanto meio facilitador do exercício dos direitos e deveres de cidadania, no Brasil. As inúmeras mudanças na sociedade, dentre as quais destacamos o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, evidenciam a necessidade do resgate do debate acerca de uma dimensão de cidadania, relegada a segundo plano, como pontua Peruzzo (2007). Esta se expressa como direito à liberdade de acesso à informação e de fruir os bens culturais, mas também como direito comunicacional, possibilitando que os cidadãos sejam produtores e difusores de mensagens, como afirma a autora: “o acesso do cidadão aos meios comunitários de comunicação, na condição de protagonista, é um direito humano fundamental” (PERUZZO, 2007, p. 92).

Ao finalizarmos este tópico da dissertação que se debruçou sobre a comunicação comunitária, seus contextos, criação e perspectivas, compreendemos que cada comunidade trata de estabelecer seus próprios processos comunicacionais, através de seus códigos e significados, com a intenção, de como disse Paulo Freire, “dar nome ao mundo” (LAGE, 2005, p. 32). Nesta direção, acreditamos que a comunicação comunitária parte da prerrogativa da construção de um processo que é a própria prática social, conforme Lage (2005) pontua: “é um processo construído a partir da vivência de cada um, em seu próprio tempo e

espaço, a partir da interação com a *práxis* cotidiana, tendo como pano de fundo o contexto-sócio-histórico cultural de cada comunidade” (p. 232).

Ao dialogarmos com as diferentes e ao mesmo tempo semelhantes nuances entre os termos e concepções de comunicação popular, alternativa e comunitária, buscamos trazer os contextos de criação de tais processos, que fizeram e ainda fazem parte de uma comunicação que visa uma sociedade mais justa e democrática, bem como suas perspectivas futuras.

Longe de esgotarmos o debate em torno da comunicação comunitária, o que estamos propondo, também, são práticas e ações comunicativas que promovam os direitos da população, em especial, neste trabalho, da consolidação dos direitos de crianças e adolescentes. Nesta direção, partimos para a próxima abordagem da pesquisa, que se propõem a mostrar alguns possíveis caminhos de ações comunicativas para processos de mobilização social como os das redes de atendimento à criança e ao adolescente.

4.6 CONDUZINDO E PLANEJANDO ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA PROCESSOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Consideramos as redes de atendimento em evidência neste trabalho como processos de mobilização social. Nesta perspectiva, partimos da seguinte concepção:

mobilização social é uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público (BRAGA, HENRIQUES e MAFRA, 2004, p. 36).

É através da co-responsabilidade ou da responsabilidade compartilhada em relação a interesses públicos que se dá uma série de transações entre os sujeitos envolvidos num processo de mobilização social. Tendo em vista que tais sujeitos devem produzir acordos e constituir vínculos para o desenvolvimento de seus objetivos, Toro e Werneck (1996) reconhecem a mobilização social como um ato de comunicação. Segundo estes autores o que fornece estabilidade a um processo de mobilização social como os das redes é “saber que o quê eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiano, está sendo feito e decidido por outros, em seus

próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos” (TORO e WERNECK, 1996, p. 5) O compartilhamento de discursos, visões e informações é o que congrega, portanto, processos de mobilização social com processos comunicativos.

No prefácio do livro *Comunicação e estratégias de mobilização Social*, organizado pelo professor Marcio Simeone Henriques, Peruzzo (2007) destaca que os textos editados preenchem uma lacuna na bibliografia sobre o tema ao trazer uma reflexão teórica sobre o processo de comunicação, especialmente das Relações Públicas, em projetos de mobilização social.

As reflexões sobre os movimentos contemporâneos de mobilização social têm trazido algumas questões instigantes para o campo da comunicação que não se circunscrevem apenas no domínio das mídias, seus usos e influências, mas propõem um aproveitamento dos conhecimentos acumulados pela área das Relações Públicas. Estes conhecimentos evoluíram pela aplicação estratégica no âmbito das organizações de técnicas para administrar amplas redes de relacionamento entre elas e os públicos aos quais estão direta ou indiretamente ligadas (HENRIQUES, 2007, P. 11)

A partir desta perspectiva, ressaltamos que o argumento central do livro parte de uma questão fundamental com a qual se defrontam os movimentos: manter os sujeitos motivados e interessados em preservar seu vínculo fundamental. Neste viés, como pontua Henriques (2007), uma abordagem a partir dos públicos parece ser bastante útil para proporcionar uma participação ampla e constante. Cabe ressaltar que a visão tradicional dos públicos como unidades funcionais pouco dinâmicas está cedendo lugar “a uma noção de agrupamento em forma de rede, essencialmente flexíveis, que precisam ser compreendidos como complexos sistemas de relacionamentos” (HENRIQUES, 2007, p. 12).

Neste viés, tendo em vista que a participação é uma condição essencial e própria para a mobilização, uma das principais funções da comunicação em projetos de mobilização social é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, possibilitando o reconhecimento da importância de cada um e o compartilhamento de sentidos e de valores. A vinculação ideal dos públicos, segundo Henriques (2007), aspirada por todo e qualquer projeto de mobilização social situa-se no nível da co-responsabilidade, que passa a existir quando o público age por se sentir responsável pelo projeto e compreende que sua participação é essencial ao todo.

No entanto, para que tal participação dos públicos seja bem sucedida e estimulada, a comunicação deve ser planejada, desta forma, se estabelece algumas ações³¹, que quando articuladas e integradas, promovem a formação de vínculos entre os movimentos e seus públicos:

a) *difundir informações*; num nível primário, a rede comunicativa se estabelece pela difusão do tema mobilizador. Tendo em vista que as pessoas “precisam, no mínimo, de informação para se mobilizar, mas, além disso, precisam compartilhar visões, emoções e conhecimentos sobre a realidade das coisas à sua volta, gerando reflexão e mudança” (HENRIQUES, 2004, p. 22) a difusão de informações sobre a existência do projeto, sobre suas propostas e objetivos torna-se fundamental;

b) *promover a coletivização*; a simples divulgação das informações não garante que as pessoas incorporem as mesmas e as compartilhe, tornando-se elas próprias fontes de novas informações. “Esta realimentação se dá principalmente pela constante proposição de agendas comuns para a atuação dos integrantes e pela geração de um *fluxo comunicacional* em que se possa visualizar a trajetória do movimento e suas conquistas” (HENRIQUES, 2004, p.22)

c) *registrar a memória do movimento*; um banco de dados e outros modos de organização do acervo e da memória do movimento são fundamentais para fortalecer os vínculos entre os diversos públicos. “É importante que este acervo seja acessível, disponibilizando suas informações e servindo como uma verificação de pertinência de algumas iniciativas” (HENRIQUES, 2004, p.23).

d) *fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador*; para o autor cabe ao planejamento de comunicação uma articulação entre valores e símbolos no processo de construção da identidade de um movimento, “estabelecendo de uma maneira estruturada a produção de elementos que orientem e gerem referências para a *interação* dos indivíduos, possibilitando, assim, um sentimento de reconhecimento” (HENRIQUES, 2004, p. 24)

O autor também pontuou algumas características da comunicação em processos de mobilização social, as quais devem ser condizentes e mediadas com uma proposta ética. Entre os principais atributos da comunicação abordados pelo

³¹ Henriques (2007) sugere que a comunicação mobilizadora seja entendida como uma coordenação de ações; gerando congruências recíprocas entre as pessoas, e não como um instrumento de controle das ações.

autor, destacamos: dialógica; no sentido de que não é somente transferência de algum saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores; libertadora; já que um indivíduo não tenta invadir o outro e sim, com o outro, visa problematizar conhecimentos sobre uma realidade concreta e educativa; através de um viés pedagógico. Henriques (2007) ainda destaca alguns aspectos em torno do planejamento da comunicação para o fortalecimento dos vínculos entres os públicos do movimento.

O desafio da coordenação de ações é justamente o de gerar e manter canais desobstruídos para a comunicação, para que os públicos interajam entre si e com o movimento, de uma forma que não seja caótica e aleatória. O planejamento da comunicação deve existir no sentido de permitir a tomada de posições a respeito de questões críticas e estratégias e de motivar, associar e integrar os diversos públicos através da criação, da manutenção e do fortalecimento dos vínculos de cada público com o projeto instituído (HENRIQUES, 2007, p. 40).

Toro e Werneck (1996), por sua vez, abordam os atores que dão início e continuidade ao processo de mobilização social. Eles denominam de produtor social a pessoa ou a instituição que tem a capacidade de criar condições sejam elas econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. O produtor social é o responsável por viabilizar o movimento e por conduzir os trâmites que vão lhe dar legitimidade política e social. É essencial, segundo os autores, que o produtor social não seja visto como dono, mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado. Conforme esclarecem Braga, Silva e Mafra (2007), “são aqueles que estão propondo o processo, que vislumbram primeiro a sua relevância” (BRAGA, SILVA e MAFRA, 2007, p. 69).

Já o reeditor social³² designa uma pessoa que, “por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos” (TORO e WERNECK, 1996, p. 24). Em outras palavras, é uma pessoa que tem “público próprio”, que possui a capacidade de transformar, negar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para mudanças em suas formas de pensar e atuar. Os autores reconhecem os educadores como reeditores sociais ativos, em virtude de sua profissão e de sua credibilidade frente

³² Termo cunhado por Juan Camilo Jaramillo (1991).

aos alunos. O reeditor social conhece o seu campo de atuação e ao trabalhar como tal está inserido em seu próprio cotidiano.

O reeditor é diferente dos chamados ‘multiplicadores’. Ele não reproduz um conteúdo o mais próximo possível da forma como o recebeu, mas o interpreta e o amplia para ir adequando-o naturalmente ao seu público. A qualidade de seu trabalho não é medida pela fidelidade ao conteúdo original, mas pelo enriquecimento da mensagem, pela sua adequação, através do uso de códigos, valores e experiências próprias daquele grupo, pelo correto entendimento dos propósitos e sentidos e pela participação que gerou (TORO e WERNECK, 1996, p. 24).

Sendo assim, existe uma relação intrínseca entre o produtor social e o reeditor social. O primeiro inicia seu trabalho identificando potenciais reeditores, que possam vir a contribuir para aprofundar e viabilizar as metas a que se propõe a mobilização. Para Toro e Werneck (1996), “não é possível fazer uma mobilização se não há a localização no tempo e no espaço de reeditores sociais” (p. 25). Uma vez identificados e conhecido o campo de atuação dos mesmos, o produtor social, inicialmente, propõem alternativas de ações e decisões que irão ajudar o reeditor a responder a seguinte pergunta: de que forma posso atuar no meu cotidiano em prol do movimento? Sendo que com o tempo, o próprio reeditor irá descobrir novas formas de atuação e de participação.

Braga, Silva e Mafra (2007) ressaltam que todo o projeto de mobilização necessita de um planejamento de comunicação social capaz de promover a vinculação com os membros atuantes e potenciais, possibilitando assim, o circuito de informações que manterá o grupo coeso. O ideal é que “o público seja incorporado, de forma que ele se torne o próprio grupo gerador do projeto” (BRAGA, SILVA e MAFRA, 2007, p. 61).

Nesta direção, a comunicação emerge como uma questão central a ser desenvolvida em qualquer processo de mobilização social. Primeiro, porque os grupos que se mobilizam necessitam se engajar numa prática comunicativa intensa, gerando para si mesma certa identidade, uma *identidade de projeto*³³. Em segundo lugar, porque o posicionamento de um tema como sendo um problema público, para Henriques (2007), depende de uma exposição a públicos mais amplos para que assim seja considerado e reconhecido, transcendendo a esfera individual ou privada, num processo de coletivização.

³³ Termo criado por Castells (1999), quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e visam buscar a transformação da estrutura social.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

5.1 PESQUISA QUALITATIVA

A abordagem desta pesquisa é qualitativa, tendo em vista que o objeto de estudo é um fenômeno contemporâneo que se beneficia de uma análise no nível dos significados e dos valores, como pontua Teixeira (2005). Os investigadores qualitativos, ao lidarem com as interpretações das realidades sociais, partem do princípio de que o comportamento humano é influenciado pelo contexto em que ocorre e por isso, deslocam-se, sempre que possível, ao local do estudo.

A abordagem qualitativa privilegia a consciência do sujeito, entendendo a realidade social como uma construção humana (TRIVIÑOS, 1987). Para Teixeira (2005, p. 123), este tipo de pesquisa “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. O pesquisador visa reduzir a distância entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, utilizando a lógica da análise fenomenológica, ou seja, da compreensão dos fenômenos através de sua descrição e interpretação.

Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa (TEIXEIRA, 2005, p. 140)

A pesquisa qualitativa, desta forma, preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

5.2 ESTUDO DE CASO

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pelo método do Estudo de Caso, que será adotado com o objetivo de analisar os processos e as relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente. Como já descrito anteriormente, utilizaremos como objeto de estudo a Rede de Atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro.

O método específico de pesquisa de campo, onde há investigação dos fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real é o Estudo de Caso (Fidel 1992). Para Hartley (1994) a principal vantagem em se utilizar o Estudo de Caso como método é a capacidade de se explorar processos sociais à medida que eles acontecem. Este tipo de pesquisa consiste em uma investigação detalhada “de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com o objetivo de se obter uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo” (HARTLEY, 1994, p. 32). Conforme Yin (2005) ressalta: “Em outras palavras, você usaria o método do Estudo de Caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais, acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo” (YIN, 2005, p. 32).

Duarte (2005), apoiada em Merriam (1996), enumera quatro características essenciais do método:

1. particularismo: o estudo se centra em uma situação, acontecimento, programa ou fenômeno particular, proporcionando, assim uma excelente via de análise prática de problemas da vida real;
2. descrição: o resultado final consiste na descrição detalhada de um assunto submetido à indagação;
3. explicação: o estudo de caso ajuda a compreender aquilo que submete à análise, formando parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas, assim como o descobrimento de novos significados e visões antes despercebidas;
4. indução: a maioria dos estudos de caso utiliza o raciocínio indutivo, segundo o qual os princípios e generalizações emergem a partir da análise dos dados particulares. Em muitas situações, mais que verificar hipóteses formulados, o estudo de caso pretende descobrir novas relações entre elementos (DUARTE, 2005, p. 217).

Este método é pertinente quando o objetivo é compreender fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. É através da obra de Yin (2005) e das etapas previstas para elaboração de um Estudo de Caso que conduziremos esta pesquisa. Na apresentação de seu livro, o autor distingue que o objetivo geral da obra é ajudar o pesquisador a lidar com algumas questões que são comumente negligenciadas pelos textos de pesquisa disponíveis sobre o tema, “este livro abrange as características distintivas do Estudo de Caso como método de pesquisa” (YIN, 2005, p. 20). Para o autor, este método deve ser utilizado quando o pesquisador não detém o controle pleno dos acontecimentos e quando o foco do estudo está em compreender fenômenos sociais complexos.

Yin (2005) ressalta que um Estudo de Caso é uma investigação empírica que busca compreender um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, “especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

Por se tratar de um método abrangente, que necessita de planejamento, coleta de dados, abordagens específicas e análise, Duarte (2005) destaca que tal investigação beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir as etapas de sua elaboração.

O Estudo de caso deve ter preferência quando se pretende examinar eventos contemporâneos, em situações onde não se podem manipular comportamentos relevantes e é possível empregar duas fontes de evidências, em geral não utilizadas pelos historiados, que são a observação direta e série sistemática de entrevistas. [...] o poder diferenciador do Estudo de Caso reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações (DUARTE, 2005, p. 219).

Yin (2005) ressalta que a primeira fase para a elaboração de um Estudo de Caso é o planejamento, momento em que se realiza a pesquisa bibliográfica e também um roteiro para efetuar a coleta de dados. A segunda etapa é o estudo de caso-piloto, em que se faz uma aplicação prévia da pesquisa de campo, podendo-se verificar falhas no planejamento e corrigi-las. Na seqüência, o pesquisador deve fazer a coleta de dados, que segundo Yin (2005) pode partir de seis fontes de evidências distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos, cada qual exigindo habilidades e procedimentos metodológicos diferenciados. A quarta fase é a análise das evidências, que consiste em examinar os dados coletados e relacioná-los com as proposições teóricas. A última etapa é a redação do relatório, que deve conduzir às constatações para a conclusão do estudo.

A coleta de dados, para Yin (2005) segue um plano formal, mas as informações específicas que podem ser relevantes a um Estudo de Caso não são previsíveis imediatamente. Teixeira (2005) também ressalta esta ideia:

a área de trabalho delimitada e a recolha de dados se dá progressivamente, dos aspectos mais gerais para outros mais específicos, como em um funil, ou seja, de uma base alargada vai afinando para aspectos mais pontuais. Pode começar com observações e avançar para entrevistas individuais, por exemplo. A presença do pesquisador no campo não é pontual, mas contínua, durante certo período de tempo (TEIXEIRA, 2005, p. 125).

Para a condução da coleta de evidências, Duarte (2005) distingue três princípios a serem empregados na atividade de coleta de dados: a utilização de várias fontes de evidência, a criação de um banco de dados para o estudo de caso e a manutenção de um encadeamento de ideias.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados desta pesquisa foram a Observação Direta, Observação Participante, Entrevista e Documentação.

5.3 OBSERVAÇÃO DIRETA E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nesta pesquisa, a Observação Direta deu-se a partir de visitas à localidade da Lomba do Pinheiro e também na sede do Conselho Tutelar da região, onde ocorreram as reuniões da rede em estudo. Além disso, em virtude das entrevistas serem realizadas nos espaços de trabalho de cada entrevistado, houve a inserção da pesquisadora em ambientes como creches comunitárias, ONGs (Organizações não-governamentais) da região, dentre outros.

Duarte (2008) ressalta que a Observação Direta é feita na visita ao local do Estudo de Caso e serve para fornecer dados adicionais sobre o tema em análise. Yin (2005) parte do princípio de que podem se encontrar disponibilizados para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes, que servirão como outra fonte de evidências em um Estudo de Caso.

A Observação Participante, para Yin (2005) é uma modalidade especial de observação na qual não se é apenas um observador passivo. A técnica oferece oportunidades incomuns para a coleta de dados, como por exemplo, a permissão para participar de eventos correlatos ou de grupos que seriam inacessíveis à investigação científica. Yin (2005) lembra que é muito provável que o observador participante torne-se um apoiador do grupo ou da organização que está sendo estudada. Isto não configura, necessariamente, um impeditivo para a realização da pesquisa, contudo, o autor adverte que é preciso buscar um equilíbrio entre as

oportunidades criadas e os problemas que surgem quando se parte para uma Observação Participante.

Durante os meses de março a dezembro de 2009, ocorreu a Observação Participante nas reuniões mensais da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Lomba do Pinheiro, totalizando 10 encontros. Os membros da rede encontram-se todas as segundas terças-feiras de cada mês, no Conselho Tutelar da Microrregião 9³⁴, de Porto Alegre.

A escolha pela utilização da técnica de Observação Participante, durante as reuniões da rede em questão, deu-se em virtude de ser este o único momento em que a grande maioria dos membros encontra-se presente. Durante as reuniões são trocadas informações acerca dos serviços que atendem as crianças e os adolescentes da região, são discutidas as políticas sociais para esta parcela da população, entre outros.

Através do objetivo geral da pesquisa que é a análise dos processos e das relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente, a reunião ou a plenária da rede (como os participantes a chamam) torna-se um dos momentos mais férteis para a coleta de evidências em torno da comunicação entre os participantes.

Compõem a Rede de Atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro diversos profissionais e atores sociais que atuam e representam os serviços da região, dentre eles: diretores de escolas e creches, professores, agentes de saúde, psicólogos, assistentes sociais, líderes comunitários, dirigentes de ONGs (Organizações não-governamentais), representantes das secretarias municipais, conselheiros tutelares, etc. Conforme a listagem de presenças dos encontros, em 2009, a média de participação foi de 35 pessoas em cada reunião.

Os encontros são realizados em uma grande sala com cadeiras dispostas em círculo. A dinâmica das reuniões é conduzida da seguinte forma e ordem:

- 1) no primeiro momento, um dos coordenadores da rede toma a palavra e dá início a reunião. Lê a ata da reunião anterior e se apresenta, informando a instituição que representa e qual sua atuação na região;
- 2) na seqüência, cada membro se apresenta;

³⁴ Em virtude do espaço físico ser maior, a partir do mês de abril de 2010, os encontros passaram a ocorrer no auditório do CPCA – Centro de Promoção da Criança e do Adolescente. Contudo, o trabalho de observação participante, durante o ano de 2009, ocorreu na sede do Conselho Tutelar.

3) após as apresentações, passa-se para os informes, momento em que cada membro delibera informações acerca de sua instituição e serviços. O coordenador da reunião anota o nome dos interessados em utilizar este espaço e conduz as falas.

Os tipos de informes variam de acordo com cada participante. Como exemplo pode-se citar: datas de audiências públicas, vagas em escolas, novos projetos sociais iniciados na região, convites para seminários de formação, pré-conferências, *workshops* para pais, datas de vacinação e de outros fóruns da região, etc..

4) Após os informes gerais, o coordenador introduz a *pauta central* da reunião, que é organizada pelos coordenadores da rede. Em geral, algum membro ou convidado traz um tema de relevância ou discute-se as demandas e as políticas da região. Como exemplo de pauta central com convidado citamos a reunião do dia 13 de outubro de 2009, em que uma professora do Ministério Público palestrou sobre *Educação para a cidadania*.

5) No encerramento é discutido a pauta do próximo encontro e deliberações finais.

Duarte e Barros (2008) afirmam que o cientista social, através da Observação Participante, não se coloca ingenuamente no grupo e que ao observar também está sendo observado, sendo que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual.

Os objetos observados não são jamais uma coisa inerte, sem vontade própria. Eles podem interagir com o observador e, inclusive, reagir às suas interpretações, pois são sujeitos dotados de capacidade auto-reflexiva e fornecem, eles mesmos, interpretações acerca de suas situações. E ainda mais: não se pode esquecer que a própria presença do observador em determinado cenário já produz alterações no panorama observado. E ainda: o olhar do observador enseja mudanças no objeto observado e vice-versa (DUARTE e BARROS, 2008, p. 34).

Neste sentido, em virtude da Observação Participante da pesquisa ter sido realizada de forma sistemática durante o ano de 2009, a autora deste trabalho foi convidada pelos membros para compor a coordenação do grupo, durante o ano de 2010, para contribuir na organização comunicacional da rede. Contudo, tal atividade será desenvolvida após a conclusão da pesquisa, em razão do tempo hábil da autora.

Peruzzo (2008, p. 136), ao trazer o contexto da incorporação da Observação Participante nos estudos de comunicação, no Brasil, considera que tal técnica

possui, entre outras, a finalidade de “observar processos comunicativos interpessoais, grupais ou comunitários, envolvendo os meios massivos ou outros processos de comunicação, como os grupais, e meios alternativos de comunicação”.

Ainda sobre Observação Participante, Peruzzo (2008) destaca o ‘retorno do conhecimento’ como um dos pressupostos metodológicos a serem adotados em pesquisas que utilizam esta técnica.

A devolução dos resultados do estudo científico àqueles que foram pesquisados é algo esperado e às vezes até exigido pelos grupos. Afinal, é uma forma de perceberem que os resultados estarão ao seu dispor e poderão subsidiar seu autoconhecimento e as ações em prol da melhoria de processos organizativos e de comunicação interna e externa. (PERUZZO, 2008, p. 143).

Nesta direção, já está previsto, dentro do cronograma dos encontros da *Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente da Lomba do Pinheiro*, a apresentação desta pesquisa, em setembro de 2010.

5.4 ENTREVISTA

O tipo de entrevista adotado nesta pesquisa foi a *semi-aberta*, que segundo Triviños (1990) pressupõe um roteiro de questões-guia (APÊNDICE A) que dão cobertura ao interesse de pesquisa. A entrevista semi-aberta parte de alguns questionamentos básicos, baseados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa. A partir deste tipo de entrevista, novos questionamentos surgem à medida que se recebe as respostas.

A entrevista em profundidade constitui, também, uma técnica de coleta de dados utilizada neste estudo. Segundo Neto (2002, p. 22), “é o procedimento mais usual no trabalho de campo, sendo que através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”. Para Duarte (2008), o uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador, ajustar livremente as perguntas. O objetivo não é a quantificação ou a representação estatística e sim, a intensidade nas respostas.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que deseja conhecer. (DUARTE, 2008, p.62)

No desenvolvimento desta técnica, as perguntas possibilitam explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, além de permitir compreender o passado e fazer prospectivas (DUARTE, 2008).

Yin (2005) considera a técnica de entrevista uma das mais importantes fontes de informações para um Estudo de Caso. As questões devem ser elaboradas de uma forma não tendenciosa e que, ao mesmo tempo, atendam às necessidades da pesquisa.

Duarte (2008, p. 68) destaca que uma boa pesquisa exige fontes que sejam capazes de ajudar a responder o problema proposto. A seleção dos informantes, portanto, deve contemplar pessoas que possuam envolvimento com o assunto e disposição para falar. A amostragem, em entrevistas em profundidade, está mais “ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema da pesquisa”.

Para Minayo (1993, p. 43) a definição da amostragem numa pesquisa qualitativa se baseia numa pergunta: “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem torna-se significativa quando possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

A partir da técnica de Observação Participante, elencamos um conjunto de entrevistados. O critério utilizado foi o de articulação durante as reuniões, bem como de representatividade e trajetória de trabalho, na Lomba do Pinheiro. Configurando, assim, uma *seleção intencional*, que segundo Duarte (200), se dá quando o “pesquisador faz a seleção por juízo particular, como conhecimento do tema ou representatividade subjetiva” (DUARTE, 2008, p. 69).

Desta forma, realizamos entrevistas individuais com cinco assistentes sociais, três líderes comunitários, um educador e um representante do governo atual, totalizando um conjunto de dez entrevistados.

O roteiro de entrevistas foi elaborado com base no levantamento bibliográfico e na Observação Participante nas reuniões da rede.

5.5 DOCUMENTAÇÃO

Outra fonte de coletas de evidências utilizada neste Estudo de Caso é a Documentação. Para este trabalho, fizemos análises documentais das 10 atas das reuniões da rede, no ano de 2009.

Yin (2005) destaca que devido a seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizar Estudos de Caso, uma vez que a utilização mais pertinente de documentos “é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes” (YIN, 2005, p. 112). O uso dos documentos deve ser cuidadoso, não podendo transformá-los em registros literais dos eventos que descrevem.

Moreira (2008) distingue a análise documental como técnica, pressupondo que a mesma funciona como “expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos” (MOREIRA, 2008, p. 276).

O viés mais importante ao trabalharmos com documentos, segundo Yin (2005), é corroborar e valorizar as evidências que estão em outras fontes.

Um Estudo de Caso bem sucedido destaca Bell (1993) é aquele que fornece ao leitor uma ideia tridimensional do objeto, elucidando as relações, as questões micro políticas e os padrões de influências num contexto particular.

Na última e próxima etapa da dissertação faremos a interpretação dos dados a partir do cruzamento dos elementos colhidos nas entrevistas, nas observações e nos documentos, que serão transcritos e analisados com base no referencial teórico.

Após realizar as etapas descritas acima, delinearemos conclusões acerca dos objetivos do trabalho.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

6.1 BREVE PANORAMA DA REGIÃO E DA POPULAÇÃO INFANTO – JUVENIL DA LOMBA DO PINHEIRO

A partir das falas dos dez entrevistados nesta pesquisa, que em sua grande maioria (nove) atua profissionalmente, na região, há mais de dez anos, constatamos um panorama de desigualdade social e de precariedades básicas em torno da população residente na Lomba do Pinheiro. Destacamos os seguintes trechos de falas como forma de ilustrar este panorama:

A lomba está dentro das regiões de Porto Alegre, pelos índices sociais, como uma das regiões em alerta, o que isso significa? Que é uma constante aqui a violência, de todos os níveis, e também os assassinatos. (educador).

[...] O índice de desemprego é muito grande, pois a maioria das pessoas que trabalha aqui não possui carteira assinada. Há uma precarização muito grande do trabalho, o que reflete no abuso do álcool e na violência doméstica (assistente social).

A última pesquisa do IBGE oficializou 64 mil habitantes na Lomba do Pinheiro, mas nós que trabalhamos aqui, todos os dias, sabemos que há muito mais do que esses números, pois alguns pontos são não contabilizados. Aqui atrás, por exemplo, tem no mínimo, mais 2.000 pessoas morando em ocupações (líder comunitário).

A lomba é uma região muito grande, com poucos serviços, pouco atendimento, em todos os níveis, saúde, moradia, educação. A região em índices é o primeiro de vários, violência, gravidez na adolescência, drogadição (assistente social).

A região também se configura como uma das localidades que apresenta um dos mais baixos níveis de vida do município de Porto Alegre, conforme aponta a publicação *Conhecendo a realidade da criança e do adolescente da cidade e das regiões (2007)*, abordada na introdução desta pesquisa. Levando-se em consideração a população infanto-juvenil, por sua vez, há também um quadro bastante problemático na Lomba do Pinheiro, o que é característico das principais periferias do país. Os seguintes trechos de entrevistas destacam algumas peculiaridades e perspectivas das crianças e dos adolescentes da região:

Hoje, o quadro da Lomba do Pinheiro é muito complicado. Só temos uma escola pública de ensino médio. E a população aqui só cresce. Só entra gente, não sai. Onde nossos jovens irão estudar? (líder comunitário).

[...] E nossas crianças estão ai, sendo aliciadas para o tráfico, para o uso de entorpecentes, para a exploração sexual. A situação é bem precária nas salas de aula, não tem luz, cadeiras quebradas. Aulas em containeres. Creches municipais, então, é impressionante como faltam (assistente social).

Há muita confusão sobre a competência da família aqui na Lomba, uma visão deturpada, os pais não exercem ou não conseguem mais exercer autoridade sobre os filhos e acaba se confundindo algumas coisas. As drogas têm desestruturado muitas famílias, pais alcoólatras que continuam a gerar filhos para que a sociedade tome conta, isso é recorrente aqui. Pessoas que não possuem a mínima condição de moradia com 8, 10 filhos. Falta planejamento familiar, programas de conscientização (líder comunitário).

Aqui não temos perspectivas de trabalho, então o jovem tem que sair daqui, se ele não consegue sair, acaba entrando no tráfico. Eu diria que esses jovens acabam por perder a capacidade de sonhar, de enxergar algo além do tráfico. Raros são os que saem daqui e conseguem entrar numa faculdade, isso até oxigena um pouco a situação, serve de modelo, mas são muito poucos (educador).

O retrato da Lomba do Pinheiro aqui traçado, reflete a face de uma demanda crescente, sobretudo das populações carentes, da intervenção do Estado, que vem se “revelando como inoperante e incapaz de modificar” (YAZBEK, 2003, p. 33). As redes de atendimento à criança e ao adolescente, por sua vez, emergem a partir deste contexto, pontuado por necessidades básicas.

6.2 A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A perspectiva do trabalho em rede vem sendo utilizada por diversos setores da sociedade contemporânea. A dinâmica do trabalho em rede começou a ser incorporada no atendimento de crianças e adolescentes, a partir do momento em que houve o reconhecimento da necessidade de articulação entre os diversos serviços e políticas destinadas à infância e à juventude.

É através do princípio de articulação, portanto, que se compõem as redes de atendimento à criança e ao adolescente, na atualidade. Por meio delas é que os representantes dos serviços e das instituições que atendem esta parcela da

população possuem a possibilidade de dialogar, trocar informações e dar continuidade aos seus trabalhos.

A operacionalização da política proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que preconiza proteção integral para crianças e adolescentes, introduziu, entre outros, o conceito do trabalho em rede:

a nova política de atendimento a crianças e adolescentes em risco pessoal e social e a adolescentes em conflito com a lei, emergente do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), determina uma nova exigência ética para a sua condução. Conforme estabelece o art.86, estão previstas ações articuladas entre os governos federal, estaduais, municipais, Distrito Federal e entre Organizações não governamentais, ONGs, e Organizações governamentais, OG's, o que significa a inserção do conceito de Rede na execução dessa política (TURK, 2002, p. 15).

Na cidade de Porto Alegre, concomitantemente com a primeira eleição de Conselheiros tutelares, em 1992, e com a aprovação do ECA, em 1990, intensificou-se a necessidade de se delinear formas de atuação mais articuladas entre os serviços que atendiam as crianças e os adolescentes. Conforme pontuam as falas do conselheiro tutelar da região, na época, e do diretor institucional de uma entidade não-governamental, que atua na região da Lomba do Pinheiro, desde 1979, respectivamente:

[...] começamos a sentir a necessidade de se trabalhar com parcerias, mais articulados. Assim as redes surgiram e possibilitou, por exemplo, que os conselheiros tutelares se aproximassem das escolas, dos professores (líder comunitário).

[...] com a aprovação do ECA, que começou a prever a intersetorialidade, na verdade, que a estrutura do trabalho em rede começou a ganhar mais corpo na cidade (assistente social).

Desta forma, ressaltamos que a conquista histórica dos direitos das crianças e dos adolescentes, no país, a partir da aprovação do ECA, em 1990, foi o que possibilitou que as redes de atendimento fossem incorporadas na prática das políticas desenvolvidas para infância e a juventude. Mendes e Matos (2006) destacam que o ECA, além de garantir direitos, explicitou o papel dos órgãos que compõem a rede de atendimento, prevendo a descentralização político-administrativa e também o exercício do controle social por meio do incentivo da participação da sociedade, através da criação dos conselhos de direitos das

crianças e dos adolescentes, como o CONANDA, a nível nacional e o CMDCA, a nível municipal.

Já a constituição da Rede Lomba ocorreu de maneira informal e antes mesmo da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi a partir de uma das principais características da região, que é a organização comunitária, que o trabalho em rede começou a ser incorporado. Cabe ressaltar que dos dez entrevistados, nove apontaram o bairro como uma localidade que abriga uma população lutadora. Além disso, a forma de trabalho em rede, na Lomba do Pinheiro, se deu de maneira natural, em virtude das características de organização popular, pontuado pelas seguintes falas:

Mesmo sem saber, a gente já trabalhava em rede aqui na região, a criação da rede propriamente dita foi bem inerente e orgânica por aqui. Isso porque a Lomba tem uma característica de se organizar ao redor de suas necessidades. É uma região muito viva. Quando se quis colocar um asfalto numa vila, se reunia um grupo para articular, se precisavam de mais transporte público, também. E isso foi dando à Lomba a noção do trabalho em rede. A igreja aqui era muito forte, ao redor dela as pessoas se organizavam, então, desde 1988 muitas das pessoas que hoje são líderes comunitárias, são oriundas daí, de sedes eclesiais, de grupos de família, de jovens e isto foi então acontecendo naturalmente, das pessoas se engajarem nesses grupos (líder comunitário).

Os moradores tencionam o poder público. A passagem única, em Porto Alegre, foi uma conquista que contemplou todos os moradores da cidade, mas que teve início com as reivindicações dos moradores da Lomba. Então o bairro tem essa característica. São pessoas lutadoras. Uma coisa que mudou nos últimos anos foi o orgulho de dizer que moram na Lomba. [...] se formos olhar nos últimos 20 anos, a maioria das conquistas da Lomba foram alcançadas através de seus próprios moradores. Claro que o poder público muitas vezes colaborou, mas muito em função da pressão que os moradores da Lomba sempre fizeram (líder comunitário).

A primeira reunião da *Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente Partenon/Lomba* foi em 31 de outubro de 1995. Na época havia somente um Conselho Tutelar para ambas as regiões e conseqüentemente, uma rede de atendimento. Em 2008, com a criação do Conselho Tutelar da Lomba do Pinheiro (microrregião 9), deu-se origem à rede específica da região.

Os entrevistados deixam claro que a constituição e a dinâmica do trabalho das redes de atendimento à criança e ao adolescente, na cidade de Porto Alegre, surgem como uma potente forma de articulação entre os serviços que atendem esta

parcela da população. Desta forma, passamos para a análise das principais funções e potencialidades destes tipos de redes.

6.3 FUNÇÕES E POTENCIALIDADES DAS REDES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

As redes secundárias formais, categoria em que se inserem as redes de atendimento, são constituídas por laços que se estabelecem entre instituições, organizações do terceiro setor e pelo conjunto das instituições estatais que formam o sistema de bem-estar social da população (SANICOLA, 2008). As funções desempenhadas pelas redes são múltiplas, devido aos diversos aspectos que caracterizam a sua estrutura.

As redes de atendimento à criança e ao adolescente se compõem com os vários serviços, entidades e atores sociais que atendem esta parcela da população, numa determinada localidade. A estrutura deste tipo de rede possui como função principal agregar e articular tais serviços. O trecho da entrevista a seguir pontua as principais razões de ser deste tipo de rede:

Porque o caso do 'Pedro', da 'Maria' e do 'João', por exemplo, não são casos isolados, eles são casos que transitam na escola, que passam pelo conselho tutelar, pelo posto de saúde, porque pode estar acarretando problemas na saúde da criança e assim por diante. Então é importante que esses serviços se articulem e falem a mesma língua. Que eles tenham as mesmas noções sobre os encaminhamentos, sobre cada serviço e não somente do seu serviço. Aqueles que trabalham na saúde precisam saber como que a escola está procedendo e assim por diante. Quanto mais debatido e discutido forem os encaminhamentos, mais resolutividade teremos nos serviços (assistente social).

Neste contexto, as redes de atendimento também possuem uma visão multidisciplinar, como ressalta o entrevistado:

[...] Os serviços, sozinhos, não são capazes de dar conta. É um olhar multidisciplinar, que faz com que as pessoas que trabalham com as crianças e adolescentes se dêem conta de algumas situações, que isoladas, nos seu cotidianos, nunca se dariam (educador).

Todos os dez entrevistados destacaram as redes de atendimento como espaços fundamentais para o desenvolvimento de seus trabalhos. Dois deles

distinguiram uma importante potencialidade educativa, que decorre a partir dos encontros:

A rede tem também, além de agregar os serviços, o papel permanente de formação, pois cada vez que alguém traz algum assunto novo ou que está na conjuntura do momento, termina que aquilo se torna um espaço de informação e de formação ao mesmo tempo (líder comunitário).

Através das reuniões da rede a gente consegue atingir e ter acesso a todos os serviços, todos os segmentos acabam ou partem dali. É muito importante porque a gente consegue fazer um *link* com todos os serviços. É um espaço de formação muito válido (assistente social).

É importante salientar que oito, dos dez entrevistados, apontaram ser a proposição de políticas sociais, através do tencionamento com o poder público, como uma das principais funções da rede. Destacamos as seguintes falas que abordam esta característica como um dos objetivos centrais das redes de atendimento:

Na grande rede, nessa em que estão todos os representantes dos serviços, os objetivos são propor políticas, identificar as dificuldades e pressionar, se necessário, o poder público para dar respostas (assistente social).

[...] a rede possui como função tencionar o poder público para que surjam novas políticas ou para que se revejam as atuais que não estão funcionando (assistente social).

[...] A rede olha os problemas de perto e busca propor caminhos. [...] É esse o grande papel da rede, tencionar para a aprovação de políticas. (educador).

[...] Se o Estado não está provendo o que na legislação está previsto, enquanto rede a gente trata de pressionar (líder comunitário).

As redes se constituem em tipos de relações sociais que sempre existiram, porém, na sociedade contemporânea possuem particularidades específicas, como o caráter de intervenção na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social (SCHERER-WARREN, 2003).

Cabe salientar, ainda, que os membros da rede em evidência nesta pesquisa são em sua maioria profissionais dos serviços que atendem, diariamente, as crianças e os adolescentes da região. Neste contexto, através da rede e de seu potencial papel de articulação, seja com o poder público ou entre os serviços, surge a possibilidade de uma visão local e global, concomitantemente, conforme ressalta a fala do seguinte entrevistado:

É importante termos uma visão local articulada com a global. A visão local nos proporciona entendermos o problema numa perspectiva mais próxima possível da realidade e a visão global possibilita ações mais abrangentes, no caso da rede, seria no sentido de estar articulando com os outros serviços e também tencionando o poder público da própria cidade (educador).

É o que Paiva (2006) também aborda ser uma tendência atual, a busca do local, do particular, sem a perda da visão macro. A proposta da perspectiva e da percepção mais específicas tem se revelado como uma inclinação cada vez mais presente, especialmente no ambiente em que se consolida a visão globalizada do mundo.

A ideologia de redes sociais como uma política de atendimento, segundo Turck (2002), traz para o contexto infanto juvenil uma forma diferente de olhar e de agir, “uma responsabilidade coletiva da sociedade e de suas instituições, governamentais ou não, na forma de viabilizar a proteção integral” (TURCK, 2002, p. 23).

A garantia da proteção integral às crianças e adolescentes, conforme estabelece o ECA, envolve antes de tudo, a articulação de pessoas/profissionais em torno de um objetivo comum que viabilize ações conjuntas e permanentes. As redes de atendimento, por sua vez, se revelam como importantes e potentes espaços de mobilização social, em que processos e relações comunicacionais, entre diferentes atores, emergem como forma de viabilizar seus objetivos.

6.4 A COMUNICAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DA REDE LOMBA

Para o desenvolvimento de seus objetivos comuns, os membros da rede devem produzir acordos e constituir vínculos, sendo assim, processos e relações comunicacionais surgem a partir do trabalho em rede. A comunicação, que por si só é complexa, possuindo elementos e perspectivas diversas, está presente na própria dinâmica do trabalho em rede, pois como pontua Sanicola (2008), o conceito de rede é aquele que define sistemas que se encontram conectados, bem como tramas de comunicação e forma das relações sociais.

A essência da comunicação está em processos relacionais e interacionais, sendo que a mesma, para se efetivar, necessita de uma relação de

interdependência entre os sujeitos envolvidos no processo comunicacional (BELTRÃO, 1981; FREIRE, 1977 e BERLO, 1960).

Desta forma, na análise das respostas dos entrevistados no que se refere à comunicação entre os membros da rede em estudo nesta pesquisa, constatamos que dois deles pontuaram que a mesma ocorre informalmente. Como no bairro Lomba do Pinheiro há muitos fóruns de discussão, que abordam temáticas diferentes da região, as mesmas pessoas que participam da rede se encontram em outras instâncias.

Nos até nos falamos e nos encontramos através de outras instâncias e acaba se comentando alguma coisa que aconteceu na rede, se por acaso quem encontramos não foi no último encontro (líder comunitário).

[...] a gente se comunica via e-mail se houver alguma situação extraordinária. [...] acho que falta uma comunicação entre os participantes da rede mesmo. Pois ou tu acabas sabendo das coisas que aconteceram na reunião informalmente ou tu só vais saber na próxima reunião o que aconteceu ou qual será a pauta. É feito muito na informalidade ou porque eu conheço o fulano ou encontrei alguém em outro fórum que me fala sobre o que aconteceu na reunião. Fora isso não tem comunicação formal, propriamente dita entre os participantes da rede (assistente social).

Outros dois entrevistados apontaram a necessidade de uma estrutura mais adequada para que as informações e os materiais produzidos sobre a rede sejam difundidos entre os membros com mais abrangência e qualidade.

[...] o que a gente sente necessidade, na rede, é a falta de alguém para organizar, sistematizar as coisas, os materiais da rede. Estar resumindo a ata, digitalizando esse material. E alguém tem que parar para fazer isso, sentimos falta de pessoas qualificadas, inclusive para redigir uma ata, adequadamente. Um local para deixar guardado as coisas da rede. Isso fica na boa vontade de alguma entidade. O que não deveria ser, pode-se perder muitos registros, a própria história da rede pode não ficar registrada (líder comunitário).

[...] o ideal seria que se tivesse estrutura e condições de se fazer um material informativo, mesmo que virtual sobre cada encontro, sobre cada pauta que será abordada na próxima reunião, pois às vezes chegamos na reunião sem saber qual vai ser o assunto, já melhorou bastante, já nos mandamos mais e-mails, mas acho que poder ser mais organizado (assistente social).

Ressaltamos que em um projeto de mobilização social, a circulação das informações legitima as ações das pessoas, “conferindo-lhes reconhecimento, conectando-as umas às outras pelo sentimento de pertencimento a um grupo com

interesses comuns” (HENRIQUES, 2007, p. 23). A geração de um fluxo comunicacional em que se possa visualizar a trajetória do movimento e suas conquistas é uma das formas de orientar os atores e promover a continuidade das ações.

Quatro entrevistados abordaram a necessidade de aprimoramento dos processos comunicacionais entre os membros, dentro da própria dinâmica do trabalho em rede. Os seguintes trechos de falas e a ata da reunião da Rede Lomba, do dia dez de março de 2009 (ANEXO 1), apontam que há, por parte dos membros da rede, uma conscientização acerca desta temática.

A gente tem que melhorar a comunicação entre os participantes, porque a gente só se vê e se fala uma vez por mês. A informalidade pode e deve continuar, mas também não se pode ficar só na informalidade, se não vai ficar assim: eu falo para o fulano, tu falas para beltrano, mas aí, daqui a pouco, um se esquece de falar, aí já quebra, sendo que se um canal for constituído isso tende a ter uma margem de erro menor. Deveríamos ter alguém responsável por essa parte da comunicação. [...] e a rede já vem de bastante tempo e quando se fala em efetividade das redes, já que nelas perpassam as políticas e conseqüentemente a vida das pessoas, eu acho que pela forma que se utiliza da comunicação muitas coisas deixam de acontecer. [...] a Rede Lomba tem um espaço constituído, tem uma boa participação, mas falta esse detalhe, o que na verdade, é mais do que um detalhe, pois pelo menos na maioria dos fóruns e dos mais de 14 programas que temos, aqui na instituição, em andamento, quando se vai averiguar onde está o problema quase sempre ele está na comunicação. Quando verificamos que algo poderia ter dado mais resultado, a gente vê que foi na comunicação que pecamos (assistente social).

[...] Acho que quanto mais a comunicação e as informações circularem entre nós, mais efetividade teremos. Temos que melhorar nisso (assistente social).

Eu acho que é muito importante a gente ter uma comunicação melhor entre nós, se comunicar mais, com mais freqüência, só os encontros mensais não dão conta, agora, todo mundo já tem e-mail, celular aqui na Lomba (líder comunitário).

Parece simples quando a gente fala de comunicação, mas às vezes é tão simples que não se dá a devida atenção e aí não aconteceu esse simples. Nossa forma de articular, entre nós mesmos, apesar de sermos uma rede, não ocorre com muita fluidez, acho que nem sabemos como melhorar isso (assistente social).

Contudo, apesar do discernimento acerca da importância do aperfeiçoamento da comunicação entre os membros da rede, no período de observação dos encontros e da dinâmica da rede, constatamos que não houve mudanças significativas nesta direção.

Outro aspecto analisado acerca da comunicação entre os membros da Rede Lomba foi a maneira com que os mesmos conduzem as reuniões e os registros em ata. Constatamos que há a dispersão de informações relevantes para o desenvolvimento do trabalho em rede, a partir da forma como vem sendo encaminhadas as reuniões. Através da leitura e análise de três Atas (ANEXO 2, 3 e 4), de meses subseqüentes (setembro, outubro e novembro) do ano de 2009, constatamos uma descontinuidade ou em outras palavras, a não retomada de assuntos pautados e debatidos nas reuniões anteriores.

Na reunião do mês de setembro, por exemplo, um dos membros solicitou que a rede estivesse oficialmente representada em uma audiência pública referente à segurança da região, que se realizaria naquele mês. O núcleo de justiça comunitária da Lomba do Pinheiro, por sua vez, comprometeu-se em representar a rede em tal audiência. Contudo, nas atas das reuniões dos dois meses seguintes, não há registro sobre a audiência trazida na pauta da reunião do mês de setembro, nem um retorno referente à participação dos representantes da rede na mesma.

Constatamos que os assuntos debatidos nos encontros tornam-se dispersos e conseqüentemente, demandas e necessidades da região, que surgem durante as reuniões da rede, através de seus membros, não são retomadas para que se faça uma averiguação de seu *status*.

O fluxo contínuo de informações entre os participantes de um processo de mobilização social torna-se preponderante para que ações locais não se tornem desatualizadas ou incoerentes com a causa. O modelo verdadeiramente comunicativo, segundo Hohlfeldt (2002), baseado em Nixon e Shramm, é aquele que pressupõe a *retroalimentação* ou o *feedback* ao longo de todo o processo. Mattelart e Mattelart (2005), a partir de uma abordagem sistêmica, pontuam que as variações ocorridas na estrutura e nos processos dentro de um sistema podem ocasionar dispersões de informações e ideias fundamentais para os grupos. A capacidade de dominar tais dispersões ou possíveis conflitos entre os membros de um grupo, depende da presença e da natureza da informação que retorna (feedback) aos atores e tomadores de decisão (MATTELART e MATTELART, 2005).

Desta forma, há uma lacuna na comunicação entre os participantes da Rede Lomba, já que após a reunião mensal, os mesmos só irão interagir, novamente, na próxima reunião. Não existe um canal de comunicação específico para que fiquem

sabendo das deliberações, das conquistas e do andamento das demandas da rede, inclusive sobre o que foi pautado na reunião.

A síntese do encontro, por exemplo, não é deliberada de maneira geral para os participantes, o que poderia ocorrer através do envio de um *e-mail* a todos os membros, contendo os principais tópicos da reunião ou através da criação de um blog. O representante que não foi ao último encontro, só fica a par das informações ou de alguma demanda importante, na leitura da ata da reunião seguinte, quando a maioria dos eventos, audiências, datas de inscrições, etc. já aconteceu, ou informalmente, quando encontra algum outro membro da rede em outros fóruns da região.

As redes de atendimento possuem um caráter essencialmente dinâmico, constituindo processos que necessitam de constante atualização e redefinições estratégicas. Desta forma, cabe aos membros buscarem formas de trabalho nas quais se criem e partilhem informações para o alcance de uma compreensão mútua, seja acerca dos propósitos do movimento ou dos assuntos que vem sendo debatidos nesses espaços.

O planejamento da comunicação busca estabelecer uma identidade comum, que ajude a organizar a vida comunitária. Na raiz desse processo, “encontra-se não apenas o reconhecimento racional da necessidade de ação conjunta para resolver problemas da comunidade, mas também a necessidade subjetiva (e afetiva) de pertencimento dos sujeitos” (HENRIQUES, 2007, p. 33).

Nesta direção, partiremos para a análise acerca dos processos e relações comunicacionais que emergem entre os membros da Rede Lomba e a comunidade na qual ela está inserida.

6.5 A ARTICULAÇÃO DOS MEMBROS DA REDE LOMBA COM A COMUNIDADE LOCAL

Sobre a participação e a representatividade da comunidade local nos processos desenvolvidos pela Rede Lomba, constatamos diferentes pontos de vistas através das falas dos entrevistados. O seguinte trecho de fala pontua a falta de participação de moradores da comunidade nas reuniões, como um dos aspectos a ser melhorado entre a relação da rede com a comunidade local:

Eu acho que a rede poderia ter moradores da comunidade, pessoas que moram no entorno participando das reuniões, representando, né? Isso acontece muito pouco, às vezes vem alguém representando a Associação de Moradores que é bem forte na Lomba. Agora, o Joãozinho que mora aqui do lado, que quer saber o que a rede está propondo e que pode se utilizar da rede para se fazer ouvir, isso não acontece. Esse nunca vem até a rede e de certa forma são pessoas que devem ser ouvidas, pois são elas que realmente estão vivendo as situações aqui da Lomba, que sabe-se de antemão, não são nem um pouco favoráveis para se viver dignamente (assistente social).

A ata da última reunião do ano de 2009 (ANEXO 5), na qual se fez uma avaliação do ano e a composição da nova coordenação da rede, registra a fala de uma líder comunitária da região, ressaltando a importância de fomentar a participação dos representantes da comunidade nas reuniões.

Já o trecho da fala do seguinte entrevistado expressa dúvida se o espaço constituído da Rede Lomba representa a comunidade:

Não sei até que ponto eles estão representando a comunidade. A sociedade civil deveria estar mais presente, mas não tenho muito claro se a comunidade está representada. Não tenho subsídios para dar uma resposta concreta (Representante do governo atual³⁵).

Por outro lado, dois entrevistados pontuaram que há uma representação da comunidade na rede:

Na rede, a comunidade está representada a partir de lideranças comunitárias, que é o meu caso. Há também alguns presidentes de associação de moradores, dirigentes de creches, algum cidadão que aparece, mas não é muito constante. O que dificulta também a participação da comunidade é que o horário da reunião é de tarde, o que precisaria de uma dispensa do trabalho. Mas eu acho que a comunidade está bem representada na rede. Acho que todos aqueles serviços, aqueles atores sociais, convivem diariamente com a comunidade local e levam para a rede as suas demandas, as reivindicações (líder comunitário).

Aqui na lomba acontece uma coisa que não acontece em outras regiões, há uma participação boa de líderes comunitários na rede, o que de certa forma está representando a comunidade nesse fórum (assistente social).

Outro aspecto ressaltado por três entrevistados, ao serem questionados sobre a participação de pessoas da comunidade nas reuniões, foi a questão da rede ter

³⁵ O representante do governo solicitou que antes de começarmos a gravar a entrevista, respondêssemos qual era nossa opinião sobre a Rede Lomba, no que respondemos estarmos no papel de pesquisadores, coletando dados para a pesquisa, através de um breve roteiro de perguntas.

como característica articular os serviços que atendem crianças e adolescentes e não, necessariamente, trazer as pessoas da comunidade para o debate.

A rede foi pensada para a articulação dos serviços e não dos usuários, para os usuários há os outros fóruns, como o orçamento popular, as escolas que tem as organizações de pais e mestres, o próprio CORAS³⁶, que também articula com a comunidade. Os outros fóruns com a comunidade são sempre à noite para que eles possam participar, por causa do trabalho, o fórum da rede é de tarde, porque são os serviços, contando como horário de trabalho. Mas isso foi se construindo, houve um momento em que se pensou levar a comunidade, em convidá-los com mais afinco, mas aí com o andar da rede verificamos que aquele espaço era para os serviços estarem articulando. [...] Através dos líderes comunitários a comunidade está representada, ao meu ver, e nós, enquanto serviços, também, pois lidamos diariamente com as problemáticas da comunidade. (assistente social).

Hoje, nós temos uma participação média de 40 pessoas nas reuniões e todos estão vinculados com algum serviço, com o foco no atendimento à criança e ao adolescente. A comunidade não participa porque a ideia é estar articulando os serviços, mas a comunidade está representada através de líderes comunitários, presidente de ONGs. A característica da rede não é de ser um espaço de discussão com o usuário (assistente social).

Todos que quiserem participam podem ir, mas é fundamentalmente um espaço para os serviços se articularem (líder comunitário).

A partir da observação participante nos encontros da rede e da lista de presenças das reuniões, constatamos que a presença da comunidade, como moradores da região ou pais de crianças e adolescentes ocorre ocasionalmente. Ressaltamos que durante os encontros, os líderes comunitários que participam trazem diversas reivindicações e alertam sobre as principais demandas de suas localidades de trabalho, o que de certa forma reproduz os problemas da comunidade. Contudo, destacamos que o papel da rede enquanto articuladora dos serviços, não justifica que pessoas da comunidade ou os usuários dos serviços não participem, com a devida constância, dos processos e das reuniões da rede.

Inclusive o próprio debate entre os serviços pode ser melhorado e qualificado no momento em que as pessoas da comunidade tiverem acesso ao espaço da rede, possibilitando um diálogo mais plural e abrangente. Como abordava Paulo Freire (1977), uma das dimensões da comunicação, além da social, é a política. O ato de conhecer é sempre um ato de engajamento, ou seja, a comunicação/diálogo não apenas supõe a co-participação e a reciprocidade, mas também se constitui num

³⁶ Conselho Regional de Assistência Social

processo significativo, compartilhado pelos sujeitos iguais entre si, numa relação de igualdade. Para Freire (1977) a comunicação deve ser vivida pelos homens em seu cotidiano, isto é, em sua dimensão política, pois a construção dos conhecimentos que proporcionam consciência da opressão às maiorias excluídas é justamente emergida delas mesmas e de suas vivências cotidianas. Neste viés, a participação da comunidade local no espaço da Rede Lomba torna-se preponderante.

6.5.1 A divulgação dos informes

Consideramos o momento dos informes como um dos mais importantes das reuniões da rede, pois é quando diversos tipos de informações que envolvem as atividades, os programas e as políticas que estão sendo desenvolvidas na região, contemplando o público de crianças e adolescentes, são comunicadas. Durante a reunião, os informes são registrados em ata e anotados por cada participante da rede. Contudo, tais informações, que dizem respeito e pontuam acontecimentos relevantes para a comunidade local, não se tornam acessíveis à maioria da população. Esse aspecto pode ser evidenciado através do trecho da fala do seguinte entrevistado:

De que forma a comunidade fica sabendo das coisas da rede? Eu acho que na grande maioria das vezes ela não fica sabendo. [...] o que acaba acontecendo é que essa informação poderia empoderar³⁷ essas pessoas, só que acaba empoderando uma minoria, que somos nós, os representantes que estão ali participando, sendo que a gente não repassa as informações com eficiência para quem realmente deveria estar sendo informado (assistente social).

Dois entrevistados destacaram que os informes são levados para a comunidade através dos líderes comunitários, que participam da rede e também de outros fóruns, onde as pessoas da comunidade se fazem presente:

³⁷ Segundo o entrevistado este termo refere-se à capacidade do indivíduo de decidir sobre a própria vida, numa perspectiva psicológica está ligado ao desenvolvimento de sentimentos como auto-estima e autoconfiança.

Na verdade, as pessoas da comunidade não estão ali, mas os informes que saem da rede eles são passados para os outros fóruns em que a comunidade está presente. Através do boca a boca mesmo. [...] Tem também vários líderes comunitários que tratam de levar as informações, muitos batem de porta em porta. São muitos os fóruns aqui da região que a comunidade participa e as lideranças possuem uma boa penetração (assistente social).

A única maneira que a comunidade fica sabendo do que acontece na rede é através das lideranças que saem da reunião com as informações e levam para outros fóruns e para seus ambientes de trabalho (líder comunitário).

Os informes comunicados durante as reuniões, desta forma, ficam restritos aos ambientes de trabalho de cada participante ou são levados, através dos líderes comunitários para outras instâncias, o que não garante que sejam comunicados com a devida extensão que lhe são pertinentes.

Um aspecto relevante destacado por um dos entrevistados, diz respeito à linguagem que deve ser utilizada, seja para divulgar os informes à comunidade ou para fazê-la participar dos processos da rede:

Acho que tem que ter um canal ou alguém responsável por essa parte da comunicação para depois se passar para a comunidade. Para que a informação chegue clara, objetiva, isso é muito importante. Inclusive, a gente pode muitas vezes utilizar uma linguagem que as pessoas não entendem. No desenvolvimento dos programas acontece muito isso, por mais que os profissionais sejam acostumados a lidar com a comunidade. A gente precisa utilizar uma linguagem que eles entendam, que se identifiquem, pois do contrário também não vai adiantar. [...] se a pessoa começa já não entendo a informação que está recebendo de que forma ela vai se fortalecer? Imagina, é como se todo mundo estivesse falando outra língua para essas pessoas, pois elas se sentem excluídas dos processos. [...] acredito que a partir daí elas tenham uma capacidade maior de entender seus direitos, de autonomia, de se sentirem cidadãos, que tem voz e que podem construir com outras pessoas. Essa construção poderia acontecer nessa participação através de um fórum como é o da Rede de Atendimento à criança e ao Adolescente (assistente social).

Sendo assim, destacamos que divulgação dos informes pelos membros da rede à comunidade local, deve possuir uma linguagem que esteja de acordo com os significados e percepções da mesma. Os membros da Rede Lomba, a partir da comunicação comunitária, por sua vez, podem vir a divulgar os informes para a comunidade através de uma linguagem na qual a mesma irá se identificar, tendo em vista que o escopo da comunicação comunitária se sustenta a partir do pré-requisito de produzir novas formas de linguagem, sendo que “a geração de novas formas de

expressão, projeta a produção de veículos comunitários em uma dimensão de efetiva interferência na alteração de posturas sociais” (PAIVA, 2007, p. 141).

A comunicação comunitária, que se dá a partir do povo, segundo Peruzzo (2002), emerge como uma possibilidade de divulgação mais ampla dos informes pertinentes (considerando que alguns abordam questões que envolvem as atividades dos profissionais e dos serviços) à comunidade local.

A partir dos próprios membros da rede, surge a possibilidade do desenvolvimento de processos de comunicação comunitária, o que proporciona a ampliação da cidadania, já que a pessoa “torna-se sujeito da ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo” (PERUZZO, 2002, p. 6). Aquele que se insere no processo de comunicação comunitária tende a mudar o seu modo de ver o mundo e a agregar novos elementos à sua cultura (PERUZZO, 2002).

Ressaltamos, ainda, que além de envios esporádicos de informações sobre a rede para os dois veículos de comunicação comunitária da região (jornal e rádio), não há nenhuma forma de relacionamento e não se encaminham pautas acerca da Rede Lomba para a grande imprensa de Porto Alegre.

6.5.2 Os produtores e os reeditores sociais

Outra abordagem dentro da análise acerca da articulação da Rede Lomba com a comunidade, diz respeito aos produtores e reeditores sociais inseridos em processos de mobilização social como os das redes de atendimento.

Segundo Toro e Werneck (1996), os atores sociais que dão início aos processos de mobilização social são denominados de produtores sociais, sendo a pessoa ou a instituição que fornece condições para que o movimento tenha início, ou seja, viabilizando as ações.

Nesta direção, destacamos que os atores sociais que fizeram o papel de produtores sociais da Rede Lomba foram, inicialmente, no contexto de sua constituição, (o ECA havia sido aprovado e formas de articulação emergiam como necessárias) os conselheiros tutelares da época.

Com o passar dos anos, contudo, o papel de produtor social das redes passou a ser exercido pelas entidades não governamentais. O trecho da entrevista a seguir destaca este aspecto:

No início, as redes eram tocadas pelos conselheiros tutelares. Hoje, a Rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba tem uma boa atuação independente do conselho tutelar, infelizmente. Tem pessoas que fazem a rede acontecer, que articulam super bem, mas o Conselho Tutelar que deveria ter uma atuação mais participante não está tendo. [...] quem está à frente das redes são as pessoas ligadas à essas entidades, são elas que acabam coordenando, fomentando e brigando para que as coisas aconteçam, enquanto que o poder público teria, digamos, essa responsabilidade política, mas não está fazendo esse papel (líder comunitário).

Outro trecho de entrevista também aborda esta questão:

[...] a articulação de algumas entidades é o que faz as redes. Na região centro, por exemplo, a rede está desfeita, não há mais reuniões, nada. Nós, aqui, que ficamos insistindo, convidando e isso exige uma dedicação e nem todas as pessoas estão interessadas nisso, em especial o poder público (assistente social).

Já os reeditores sociais são aqueles que, através de seu papel social, ocupação ou trabalho, possuem a capacidade de readequar mensagens, mediante circunstâncias e propósitos (TORO e WERNECK, 1996). Em geral, são pessoas que atuam em seu próprio cotidiano de trabalho, introduzindo e criando sentido frente a seu público.

Os membros da rede, como por exemplo, diretores e professores de escolas, agentes de saúde, assistentes sociais, dirigentes de creche e assim por diante, nos seus cotidianos de trabalho, relacionam-se com pessoas e públicos que se encontram em diferentes situações e condições. Desta forma, surge o importante papel de reeditor social a cada membro da rede, que através do convívio diário com seus públicos acabam identificando maneiras próprias de ampliar e interpretar as discussões e as informações da rede para que mais pessoas possam ser incorporadas ao processo.

Os próprios trechos de falas descritos no item 6.5.1, revelam os líderes comunitários como reeditores sociais, já que muitas vezes levam as informações da rede para outros fóruns. No entanto, a dinâmica do trabalho em rede revela não só os líderes comunitários como potentes reeditores sociais, mas também cada membro da rede.

As relações e a articulação da rede com a comunidade local, desta forma, podem ser qualificadas e aprimoradas, uma vez que promover a vinculação entre os

diferentes públicos que compõem o projeto de mobilização social é uma das formas de manter os grupos coesos e identificados com os propósitos do movimento (HENRIQUES, 2007).

6.6 A ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Um dos apontamentos mais recorrentes feitos pelos membros da Rede Lomba diz respeito à falta de participação e de interesse do poder público em articular com a rede. Nove entrevistados pontuaram este aspecto, aqui destacado nos seguintes trechos de entrevista:

[...] poucos representantes do governo participam da rede. [...] essa é uma das principais reclamações nossas, a falta de representação do governo nas reuniões. Só quando se esperneia que alguma secretaria, seja da educação, da saúde venha é que eles aparecem, sendo que muitas vezes não são capazes de responder às questões, de qualquer forma é muito difícil eles aparecerem (assistente social).

Não tem um olhar aqui pra Lomba, é na saúde, é no transporte, é na educação, na habitação. Enfim, em todos os segmentos a Lomba anda bem esquecida por parte do governo, não tenho visto eles participarem dos fóruns da região, da rede (líder comunitário).

Existe no papel que os representantes do governo devem se relacionar e participar da rede, mas não existe uma proposta, um planejamento, não é estratégico, ficou como um apêndice, na verdade, da ação governamental. A estrutura existe, mas é uma estrutura sem alma (líder comunitário).

O que eu acho que acontece muito é que a rede muitas vezes não é escutada, não é ouvida pelo poder público. Se fosse pela vontade da rede muitas coisas já teriam acontecido, de uma forma mais rápida. Mas não há o interesse do poder público. [...] há uma grande ausência, a falta do estado, que não chega onde deveria chegar (educador).

Cinco entrevistados destacaram a importância de uma participação mais articulada e comprometida por parte dos representantes do poder público, conforme pontuam as seguintes falas:

A governança local ano passado não foi muito, agora, neste ano está indo mais, mas ao mesmo tempo não traz respostas. Parece que mandam algum funcionário, que vieram porque tinham que vir, não para agregar. Tem que vir o secretário ou alguém que consiga articular melhor, que realmente faça um meio de campo entre a rede e o poder público (assistente social).

[...] desde o início queríamos que o espaço das redes não fosse somente para se conhecer ou articular os serviços e sim para que efetivamente nós pudéssemos cobrar e estar interferindo nas questões com o poder público, seja propondo novas políticas ou demandando questões. Por isso a importância da presença de pessoas do governo que possam realmente responder as questões. [...] o poder público, na maioria das vezes, acaba mandando pessoas que não irão levar adiante o que ouviram na reunião, não porque não querem, mas porque não possuem condições para tal (líder comunitário).

O problema é que depende do compromisso político que se tem, seja qual for o governo, é isso que faz a rede ter ou não uma boa relação com o poder público, pois muitas vezes fica só no discurso, como eu acredito que é o que está acontecendo hoje na rede lombá. A representante do governo que às vezes participa, participa a partir da orientação que ela recebeu politicamente de onde ela trabalha. Ela vai lá, em algumas reuniões, mas ela não consegue fazer quase nada na prática, não consegue articular. Fica uma coisa bem de 'fachada' mesmo ao meu ver. [...] acredito que esse caso específico não seja só aqui na rede da lombá, são em todas as redes, na maioria das políticas, desde a da Assistência, Educação, o Orçamento Participativo mesmo. [...] Hoje, a gente sente que não existe essa vontade política, esse interesse, em realmente efetivar algumas coisas que são essenciais para as crianças e os adolescentes (assistente social).

Eu acho que as pessoas que vêm representar as Políticas e que eventualmente participam da rede, elas têm basicamente este mesmo perfil. Ora sabem responder, ora desconhecem do que estamos falando, às vezes nem sabem que lugar é aquele, pois foram simplesmente mandadas até lá (assistente social).

[...] em geral são pessoas sem comprometimento, vão ali, fazem a fachada, assinam a presença, mas não levam nada dali, não conseguem articular fora dali, no seu local de trabalho (líder comunitário).

O representante do governo entrevistado, por sua vez, ressalta que há a participação e a representatividade do poder público na rede lombá, conforme o seguinte trecho da entrevista:

Se formos analisar, muitos membros da rede são também funcionários públicos, são assistentes sociais da FASC, agentes de saúde da prefeitura, psicólogos e educadores que atuam nos programas do governo, então me parece que o governamental está na rede, sim. O que acontece é que muitas vezes as pessoas que participam da rede vão para lá para chorar o que elas mesmas não conseguiram realizar em seus próprios locais de trabalho. Essa pessoa não consegue, por confusão própria, por impossibilidade técnica ou por situação política partidária que ela está envolvida, não consegue resolver as suas demandas de trabalho e vai pra rede para bater contra o poder público. É o descomprometimento mesmo, às vezes, de alguns funcionários, com o seu setor, que ai vão lá na rede só pra bater contra o governo (representante do governo).

A partir do trecho da entrevista acima, constatamos que há um desconhecimento acerca do papel do representante do governo na rede. Alguns membros são funcionários públicos da Prefeitura, contudo, estão atuando profissionalmente na região da Lomba do pinheiro, exercendo suas funções técnicas de atendimento à população. Ou seja, não são essas as pessoas que podem estar interferindo ou articulando diretamente com a esfera governamental, no âmbito da gestão, para o enfrentamento das inúmeras demandas das crianças e adolescentes da região. Esta constatação também é abordada no seguinte trecho de entrevista:

Acho que quem está participando na rede pelo poder público não está sabendo com muita clareza qual é o seu papel, porque definitivamente não está conseguindo fazer aquilo que a gente esperava que o poder público fizesse (assistente social).

Segundo Hechler (2009), na teoria, o Estado utiliza a estratégia do trabalho em rede para a efetivação das políticas sociais, buscando uma maior resolutividade das ações na tentativa de garantir, na prática, os direitos dos indivíduos. É através do trabalho em rede que se criam contextos de participação da sociedade civil e conseqüentemente do controle público das ações desenvolvidas. Entretanto, tal forma descentralizada de atuação, que vem ocorrendo no aparato estatal brasileiro, em seus diversos níveis de governo, “constitui um processo ainda incipiente – mas, como em toda mudança, há avanços e recuos intermitentes. Além disso, ainda é difícil privilegiar os interesses privados que perpassam as estruturas organizacionais” (JUNQUEIRA, 2006, p.196).

É neste contexto que Bourguignon (2001), baseada em Guará (1998) e Inojosa (1999) estabelece alguns requisitos fundamentais para a sustentação do

trabalho em rede, os quais já foram abordados no capítulo 2 da dissertação, destacamos dois deles, novamente:

- O município como espaço territorial onde as ações e serviços de atenção à criança e ao adolescente se desenvolvem;

- O Governo Municipal enquanto gestor e os Conselhos como órgãos que garantam o direcionamento das ações, a prestação de serviços de qualidade e a defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

Constatamos, desta forma, que o Estado, enquanto gestor das políticas sociais e que possui centralidade no processo do trabalho em rede, onde “a presença deste deve ser uma referência global para sua consolidação” (HECHLER, 2009, p.112), não está participando da rede lombba de maneira satisfatória.

Ressaltamos, ainda, que a perspectiva e a estratégia do trabalho em rede para a efetivação das políticas sociais, como destacam os autores acima, não está sendo desenvolvida pelo poder público de forma peremptória.

Como um dos principais objetivos da Rede Lomba é justamente propor e discutir políticas públicas para a população de crianças e adolescentes, a presença do poder público torna-se fator preponderante neste espaço.

6.6.1 Questões político-partidárias

Um importante aspecto que emergiu das entrevistas foi a questão político-partidária. De um lado, os membros da rede pontuam que, muitas vezes, são mal compreendidos ou desqualificados por possuírem alguma vertente político-partidária, o que de qualquer forma, não justifica ocorrer, já que todos possuem o direito de escolha sobre qual partido ou movimento seguir. Do outro, o poder público, que alega ser a vertente política ideológica dos moradores da Lomba, um grande empecilho para o desenvolvimento de seu trabalho. Destacamos os seguintes trechos de entrevista, como forma de ilustrar esta abordagem:

O que aconteceu é que a comunidade aqui da Lomba se formou a partir dos movimentos sociais, da década de 80, acabamos então por ter essa formação, digamos mais de esquerda. [...] Só que isso é quase um estigma quando o governo não é do PT, por exemplo, eles acham que quem é daqui é só do PT ou é de esquerda, mas não é bem assim, o que queremos são os serviços para nossas crianças e adolescentes, independente de qual partido esteja no poder. Mas se criou essa cultura. Nós não nos apoiamos nisso, o que precisamos e reivindicamos são melhorias, luz, água, saneamento, moradia, é o básico, ninguém tá pedindo nada além do mínimo para as pessoas viverem dignamente. Não estamos vendo a prefeitura como partido x ou y, nós estamos vendo a prefeitura como o Estado, a presença do Estado na solução dos problemas da sociedade (líder comunitário).

Quando a gente vai tencionar com o poder público, o poder público não entende, acha que estamos levando para uma vertente política, mas não, a sociedade, a comunidade está apenas reivindicando os seus direitos (líder comunitário).

[...] o governo atual, muitas vezes, não entende a crítica que fazemos, alegando que é uma crítica de recorte partidário, mas não é isso o que a gente busca, não são críticas de recorte partidário, são as demandas da região, são os direitos da criança e do adolescente que estão em jogo pra nós e não o lado político, por mais que os movimentos sociais tenham surgido e tenham em sua gênese no pensamento esquerdista. Há uma desqualificação nesse sentido, pois somos oriundos desses movimentos e acredito que somos vistos assim O governo trabalha com essa lógica, sendo assim, eles desqualificam a organização da Sociedade Civil. Isso é muito evidente pra nós. Uma é essa de dizer que estamos sendo sempre partidários. E outra forma de desqualificar é não respeitando o conhecimento técnico, o conhecimento de causa que nós temos. O conhecimento empírico e teórico, pois as pessoas que hoje trabalham com o social são pessoas que estudam, que se aperfeiçoam na área social. [...] Então é por isso que se criam metodologias e perspectivas teóricas alheias às reais demandas da comunidade e alheias aquilo que é necessário para construção de políticas. Muito complicado trabalhar assim. (líder comunitário).

O seguinte trecho de entrevista traz o ponto de vista do representante do governo:

[...] mas lá na lomba está complicado por causa do viés político partidário. Eles não tentam, vamos dizer assim, compor, é mais um espaço que eles vão ali, dizem as dificuldades e depois contrapõem, sempre contrapondo o que é da política governamental, é pra contrapor. Então, eles vêm para puxar questões políticas partidárias dentro da rede porque tem a eleição. Com isso, vem o discurso aquele de que o governo não está fazendo nada, porque eles tentam desconstituir, dizendo que o governo não faz nada. A rede não está sendo efetiva, há um denunciamento, ao meu ver, eles não querem compor, e aí se aquilo que eles denunciarem nós fizermos, ou se eles forem contemplados, não há reconhecimento. E aí eles já mudam o pleito. Não há reconhecimento, eu não sei se eles entendem que o papel deles é só tencionar, é só contrapor. [...] mas estou falando só da região lomba, lá é bem difícil a relação (representante do governo).

Na cultura política brasileira, segundo Lima (2004), há aspectos singulares acerca das percepções e noções de Estado e Governo.

O Estado é percebido como uma instituição permanente, gerenciada por uma burocracia estável que se materializa em centenas de autarquias ou repartições públicas espalhadas pelo território nacional. Esse Estado é, portanto, uma instituição não só capaz mas, sobretudo, com o dever de proteger o interesse público, seja ele territorial, estratégico, econômico, cultural ou qualquer outro. [...] o papel do Estado se equacionaria, portanto, com o interesse público (LIMA, p. 117, 2004).

O governo, por sua vez, é percebido como transitório, composto por políticos que desfrutam o poder por determinado tempo e controlam a máquina administrativa do Estado.

Aqueles que compõem o governo se tornam poderosos, sobretudo porque controlam os recursos que o Estado arrecada por meio de impostos e que podem então ser redistribuídos de acordo com seus interesses privados transitórios. [...] O papel do governo, portanto, se equacionaria com o interesse privado (LIMA, p. 117, 2004).

Para além de uma discussão sobre as noções de Estado e Governo, a qual não caberia nesta dissertação, destacamos esta abordagem de Lima (2004) como forma de assinalar que a noção privada de governo se reflete e influencia em diversos setores da sociedade brasileira, em especial, nos processos e nas relações entre o poder público e as redes de atendimento.

6.6.2 Muitas vozes, poucas ações

Levando-se em consideração os objetivos e as funções da Rede Lomba, constatamos que a efetividade da mesma está muito aquém dos seus propostos e potencialidades. Ressaltamos que a principal razão para isto está basicamente centrada na relação estabelecida, atualmente, entre o poder público e os membros da rede, conforme pontuam os seguintes trechos de falas:

[...] as respostas são sempre explicativas, “estamos fazendo”, mas de efetivo a rede mesmo não consegue quase nada, ela acaba muito mais pressionando do que realmente provocando mudanças. Faz pressão, porque existe um grupo articulado, mas o retorno não tem (assistente social).

Acaba que muitas vezes a reunião foi muito boa, mas não vai ter prosseguimento, ninguém vai dar seguimento naquilo. Muitas vezes o que eu noto, nas reuniões, é que se discute, discute e aí quando se quer resolver ou demandar temos que parar, pois as pessoas que ali estão não podem responder por aquilo que está se propondo. As pautas se repetem, não se sai do lugar me parece (líder comunitário).

Essa relação é truncada entre o poder público e a rede. Acho que não há uma visão de construção coletiva com rede. Acredito que há um receio, por parte dos representantes do governo, que por ventura participam da rede, de estarem, juntamente com a rede demandando políticas. Se faz essa separação, governo de um lado e rede de outro (assistente social).

Essa relação com o poder público deve ser melhorada, a comunicação deve ser mais fluída com o poder público. Temos que criar essas relações. Quando o poder público contribui é mais se defendendo, se justificando porque não fizeram. [...] mas não mudou muito o discurso, leram o documento antes da reunião, participaram e as respostas continuam a ser mais explicativas do que realmente propositivas (assistente social).

Essas repostas, esses retornos do que a rede demanda para o poder público nunca vem. Acho que seria bem importante essa relação ser melhor também como o poder público. A construção deve se dar no coletivo (líder comunitário).

Faleiros (2001) destaca que no trabalho em rede o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais. As redes são articulações “de atores em torno, vamos nos expressar assim, de uma questão disputada, de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética (FALEIROS, 2001, p. 131).

Desta forma, através da perspectiva do autor, constatamos que os processos e as relações comunicacionais que emergem do trabalho em rede também são profundamente complexas, já que envolvem a articulação entre diversos atores sociais, cada qual com suas próprias visões, valores e percepções.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de contribuir com o debate acerca da perspectiva da comunicação nas redes sociais da contemporaneidade, em especial, das redes de atendimento à criança e ao adolescente oportunizou que fizéssemos uma incursão na Rede Lomba. A partir dessa experiência, compreendemos que os diversos processos e relações comunicacionais que emergem a partir do trabalho em rede são, em suas essências, dinâmicas e complexas.

Analisar as diferentes formas com que os atores sociais, inseridos neste movimento se comunicam, exigiram uma fundamentação teórica que não abordasse apenas a comunicação através de seu viés midiático e sim, como um processo social permanente que integra múltiplos modos de comportamento e expressão, ocorrendo em vários níveis.

Dessa forma, ao compreendermos as contradições que estão na gênese das políticas sociais brasileiras e ao mesmo tempo, seu importante papel mediador de concretização dos direitos sociais, buscamos nas políticas destinadas às crianças e aos adolescentes, em especial no ECA e em seus desdobramentos, a perspectiva do atendimento em rede.

As redes de atendimento, nesta direção, se revelaram como processos de mobilização social, já que nelas sujeitos se reúnem, compartilhando conhecimentos e responsabilidades em relação à determinada causa de interesse público. Assim, surge a principal razão de ser deste tipo de rede: a articulação. Nestes espaços, o intercâmbio de ideias e proposições visam intervir na formação das políticas sociais.

A operacionalização e o desenvolvimento do trabalho em rede, contudo, depende de inúmeros acordos, conexões e vínculos, que são realizados a partir dos atores sociais que delas participam, engendrando, assim, as questões das sociabilidades existentes em processos comunicacionais, sendo este um eixo temático que ocupa cada vez mais lugar na sociedade contemporânea (BARBOSA, 2002).

As relações de interdependência, resgatadas a partir de autores clássicos da comunicação, como Beltrão (1980) e Berlo (1963), possibilitaram a compreensão dos vínculos e das co-responsabilidades como pré-requisitos para que os sujeitos envolvidos em projetos de mobilização social, como os das redes de atendimento, consigam realizar seus objetivos e assegurar sua permanência no grupo.

A essência da comunicação, sendo assim, reside em processos relacionais e interacionais (Mattelart e Mattelart, 2005). Entendemos a comunicação como um fenômeno social, possuindo a característica inerente de constituir visões de mundo, a partir de sua inserção no lugar e na história de uma determinada sociedade.

Desta forma, ao buscarmos o fenômeno da comunicação comunitária como uma organização viva e que traz em sua essência uma ação coletiva, percebemos que a mesma possui uma potente configuração para provocar mudanças comportamentais e ampliar formas de exercer a cidadania. Assim, perpassamos o estudo pela comunicação midiática brasileira, com a intenção de compreendermos os contextos atuais em que a comunicação comunitária está inserida.

A principal característica constitutiva da mídia brasileira, a de estar atrelada a interesses particulares, continua a prevalecer até os dias atuais. O que traduz uma estrutura mais ampla de poder e uma tradição oligárquica que se reflete em vários setores da sociedade brasileira (LIMA, 2004).

Desta forma, a redefinição das fronteiras de localização da comunicação midiática, especialmente, torna-se preponderante, já que desprovida de controles efetivos por parte da sociedade e do Estado, a mesma acabou se transformando em um oligopólio de grandes grupos empresariais. E o que vem se tornando prática, cada vez mais constante, nos últimos anos, é a interferência desses conglomerados midiáticos nos processos decisórios e no cenário político brasileiro e mundial (CABRAL, 2005).

Vale lembrar que é a partir da mídia que uma parcela significativa da interação comunicativa das sociedades contemporâneas acontece. Sodré (2002), é contundente ao ressaltar que “a mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatórios [...]. Sua moral utilitarista, com o mercado como vetor de mudanças, não contempla a utilidade social, pelo contrário, é privatista e redutora da sensibilidade quanto ao coletivo” (SODRÉ, 2002, p. 32).

Talvez seja este um dos maiores problemas das democracias contemporâneas, já que há uma concentração sem precedentes dos meios de comunicação de massa, os conteúdos e as mensagens produzidas tornam-se cada vez menos plurais, havendo uma completa ausência de discussões acerca de temáticas relevantes para a sociedade.

Apesar dos inúmeros avanços, conforme mostram as pesquisas da Agência dos Direitos à criança e ao adolescente (ANDI), há ainda um longo caminho para

que a temática da infância e da adolescência seja pautada com a devida contextualização nos jornais impressos brasileiros. Dentre os diversos e possíveis papéis exercidos pelos meios de comunicação, podemos destacar o seu dever de levar informações contextualizadas para a população e sua capacidade de influenciar a definição dos temas centrais da agenda pública.

É neste contexto que a comunicação comunitária esta inserida e sendo desenvolvida na atualidade. Compreendemos que a mesma teve suas origens na comunicação popular e alternativa, desenvolvidas no Brasil, a partir da década de 70, em paralelo ao regime militar. Ressaltamos que, naquela época, os meios de comunicação de massa estavam passando por rigorosa censura, sendo assim, mais do que nunca, a tarefa de comunicar e relacionar os principais acontecimentos que estavam ocorrendo “nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares, coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular, apesar de todas as limitações” (FESTA, 1986, p. 16).

A comunicação popular e alternativa, por sua vez, apesar de terem sido desenvolvidas sob o mesmo caráter de oposição ao regime militar, possuíram diferentes características práticas de atuação. À comunicação alternativa coube o papel de articulação das forças de oposição, caracterizada por uma comunicação de resistência e denúncia. A comunicação popular se pontuou a partir da capacidade de organização dos movimentos sociais de base, que surgiram tanto no campo como na cidade, através de pequenos núcleos, onde se reuniam jovens, trabalhadores rurais, operários, etc.

Já a comunicação comunitária, na atualidade, se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, na participação ativa da população, na gestão coletiva, no vínculo com a cultura local e na produção e divulgação de conteúdos que tenham uma finalidade educativa e de ampliação da cidadania.

Desta forma, é preciso definir e propor novos contornos entre a comunicação comunitária e a produção midiática, sendo que as mesmas não podem se contrapor. A troca e o diálogo entre as duas proporciona ganhos para ambas – de um lado a comunicação comunitária tem a possibilidade de acesso à técnicas de produção mais elaboradas, de outro, a grande mídia, que possui a oportunidade de se aproximar das populações (PAIVA, 2006).

Apesar da lógica global avançar gradativamente na sociedade contemporânea, “reconhecemos que no processo de mudança da configuração das

comunidades, segmentos da sociedade brasileira estão demonstrando prontidão à agregação e à participação cidadã” (PERUZZO, 2005, p. 15), constituindo uma dinâmica de mobilização, que em seu conjunto, possui como finalidade agregar forças para viabilizar a ampliação dos direitos de cidadania.

A comunicação comunitária, nesta direção, emerge como uma das formas de promover maior abrangência e estabilidade para processos de mobilização social, como os das redes de atendimento à criança e ao adolescente.

Em virtude dos diferentes profissionais que atuam nas redes de atendimento, surge a possibilidade de produção de conteúdos bastante abrangentes e múltiplos, que abordem diferentes áreas do conhecimento, como, saúde, educação, cidadania e assim por diante, dependendo da atuação de cada membro em seu cotidiano.

Para que o processo de comunicação comunitária se viabilize, contudo, é necessário que o mesmo seja conduzido através do respaldo de algum profissional da comunicação (CARVALHAL, 2010), que possui o conhecimento técnico necessário para fornecer subsídios, como por exemplo, para a produção de textos para revistas ou *sites*, para o envio de informações à grande imprensa sobre alguma temática específica, já que existem diferentes editorias nas redações ou para a criação de um veículo comunitário, propriamente dito, como um jornal ou informativo impresso, que possa vir a pautar, mensalmente, as informações do movimento.

A produção de material audiovisual, por parte dos próprios participantes ou usuários das redes de atendimento é outra forma de promover a criação de processos comunicacionais comunitários. Existe, na atualidade, uma série de patrocinadores de produções audiovisuais, que através de projetos de incentivo à cultura, fornecem aportes financeiros para que se produzam filmes, documentários e outros produtos audiovisuais sobre as mais variadas temáticas.

Os reeditores sociais em potencial das redes de atendimento, nesta direção, podem identificar, dentro de uma escola, por exemplo, adolescentes que tenham predisposição e interesse para estarem participando e produzindo tais projetos audiovisuais, com o auxílio de professores. Compactuamos, desta forma, com o desejo e com a crença de Paiva (2007):

O âmbito da comunicação comunitária tem sido passível de intensa atividade principalmente por parte de setores universitários, professores e alunos, em processos comunicacionais surgidos com a marca da contra-hegemonia discursiva. No Brasil inteiro, florescem projetos que trazem esta marca pelo fato de se incrustarem nos imensos vácuos deixados pelo poder público, especialmente em tudo o que se refere à educação. Temos resultados positivos em que o viés da comunicação comunitária se entrelaça com o das inúmeras necessidades do povo brasileiro e latino-americano. [...] imagina-se que, dentro de alguns anos, esses resultados irão emergir, alterando de maneira significativa a conformação das populações. É o que se deseja e no que se acredita. (PAIVA, 2007, p. 137)

Compreendemos ser fundamental o desenvolvimento de processos e melhor estruturados e planejados nas redes de atendimento. A começar pela presença de um profissional da comunicação nestes espaços. Levando-se em consideração os pressupostos da comunicação comunitária, um próprio morador da localidade, com a orientação de um comunicador profissional, pode vir a desenvolver e produzir conteúdos comunicacionais acerca do movimento, o que não só potencializaria os propósitos e os objetivos das redes, como também possibilitaria a participação de pessoas da própria comunidade nesses processos.

A criação de um fluxo comunicacional em que se possa visualizar a trajetória da rede é uma das formas que podem ser utilizadas para promover a formação de vínculos entre o movimento e seus participantes. A partir de uma maior interação entre os membros da rede, práticas de comunicação mais intensas podem ser criadas e fomentadas.

Contudo, a comunicação, em projetos de mobilização, justamente por possibilitar a mudança e o compartilhamento de valores, também deve ser compreendida como um processo complexo, elaborado e de longo prazo.

Desta forma, há uma importante função e uma grande potencialidade no trabalho desenvolvido pelas redes de atendimento, na atualidade, já que este tipo de mobilização social contrapõe-se à lógica permeada pelo individualismo e ações em prol de interesses próprios. Viver em sociedade é comunicar, como dizia Beltrão (1980), um grupo pode se abster de trocar bens materiais, mas se não trocar informações, ideias e emoções, o próprio laço social irá desaparecer.

Tendo em vista que o fenômeno das redes de atendimento raramente é analisado através de um viés comunicacional, possuindo um maior número de trabalhos na área do serviço social, acreditamos que a pesquisa contribuiu para compor o acervo de estudos com este enfoque. Ao finalizarmos esta pesquisa,

ressaltamos que os assuntos e as temáticas abordadas não se esgotam na presente dissertação, exigindo a continuidade de futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ANDI- Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Mídia e Políticas Públicas de Comunicação**. Brasília, 2007.

_____. **Imprensa, Infância e Desenvolvimento Humano**. Brasília, 2005.

BARBOSA, Marialva. **Paradigmas de construção do campo comunicacional**. In.:Tensões e Objetos da pesquisa em comunicação. WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione e HOHLFELDT, Antonio. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria Geral da Comunicação**. Brasília: Thesaurus Editora, 1980.

BERLO, David. K. **O processo da comunicação**. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1963.

BERGER, Christa. **A comunicação emergente: popular e/ou alternativa no Brasil**. Dissertação Mestrado – Comunicação Social, Porto Alegre. UFRGS, 1989.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de Rede Intersetorial**. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>>. Acessado em 22 de abril de 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências**. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Porto Alegre, julho, 2003.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Os grupos de comunicação e o cenário midiático brasileiro. **Revista Verso & Reverso**. São Leopoldo, n.41, Ago. 2005.

CARVALHAL, Antônio Carlos de Oliveira. **Comunicação Comunitária: uma releitura dos principais conceitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. 141 P. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da Identidade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R.; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs). **Comunicação popular a alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FREIRE, Eduardo Duarte. **Memória dos bairros: Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

FONSECA, Francisco C.P. Mídia e Democracia: falsas confluências. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, n. 22, p. 13-24, Jun. 2004.

GODOI, Guilherme Canela de Souza. Cobrindo políticas públicas sociais: a importância conferida à agenda da infância e adolescência. **Media e Jornalismo**, Portugal, n. 8, p. 7-33, Jul. 2007.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Rede Social e suas contradições: espaço de disputa ideopolítica**. Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em serviço social PUCRS. 2007.

GURGEL, Rodrigo. **Brasil: jornalismo complacente**. In.:DOWBOR, Ladislau. Desafios da comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HECHLER, Ângela Diana. **Tecendo redes de proteção para criança e adolescentes: caminhos e descaminhos na construção da condição de sujeitos de direitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. 225 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HENRIQUES, Márcio Simeone. **O desafio da comunicação para a mobilização social na sociedade democrática**. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~simeone/2/desafio.pdf>. Acessado em: 30 de março de 2010.

_____. **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

HOLHFELDT, Antônio. **As origens antigas: a comunicação e as civilizações**. In: Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. Ed. Vozes: Petrópolis, 2002.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais. In: CAVALCANTI, Marly. (org.) **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

KERN, Francisco Arselino. **As mediações em rede como estratégia metodológica para o serviço social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

LAGE, Louise Costa. **Comunicação Comunitária: o uso das novas tecnologias de informação e comunicação como forma de pertencimento e sustentabilidade nas comunidades carentes de Porto Alegre no início do século XXI.** Porto Alegre: PUCRS, 2005. 615 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política.** Ed.Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2006.

MARTINO, Luiz C. **De qual comunicação estamos falando?** In: Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. Ed. Vozes: Petrópolis, 2002.

MATTELART, Armand e MATTELART, Michele. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Edições Loyola, 8ª Ed., 2005.

MENDES, Alessandra Gomes e MATOS, Maurílio Castro. **Uma agenda para os conselhos tutelares.** Cortez: São Paulo, 2006. In.: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política Social, família e juventude – São Paulo: Cortez, 2006

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar.** In.: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política Social, família e juventude – São Paulo: Cortez, 2006.

NUNES, Márcia Vida. **Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais.** In.: PAIVA, Raquel (Org.).O retorno da Comunidade. . Ed.: Mauad X, Rio de Janeiro, 2007.

OBERRATHER, Andréa; OLIVEIRA, Cléia B.H e PEGORARO, Denise Bonat. **Construindo a Lomba do Futuro – Bases para o plano de desenvolvimento local.** Volume II. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2007.

PAIVA, Raquel. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia. **Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia,** Porto Alegre, v.1, n.30, p. 30-45, Jun. 2006.

_____. **O espírito comum, mídia e globalismo.** Ed.: Vozes, Petrópolis, 1998.

_____. **O retorno da comunidade.** Ed.: Mauad X, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social – temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In.: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política Social, família e juventude – São Paulo: Cortez, 2006.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling, COGO, Denise e KAPLÚN, Gabriel (Orgs.). **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UnB, Brasília, 2006.

_____. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN, 2008.

_____. Comunicação Comunitária e educação para a cidadania. **Revista PCLA**, São Paulo, v.3, Jul./Ago/Set. 2002.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política Social, família e juventude** – São Paulo: Cortez, 2006.

SALES, Mione Apolinário. **Política de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso.** In.: SALES, Mione A.; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). Política Social, família e juventude – São Paulo: Cortez, 2006

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social.** São Paulo: Veras Editora, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** Edições Loyola: São Paulo, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear em rede.** Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

_____. **Existe consciência ética na imprensa?** In: PAIVA, Raquel. Ética, cidadania e imprensa. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia participativa.** UNICEF: Brasil, 1996.

TURK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias. Acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Petrópolis; Ed.: Vozes, 2005.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso – Planejamento e Métodos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005)

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

Prefeitura de Porto Alegre. **Observatório da Cidade de Porto Alegre: conhecendo a realidade da criança e do adolescente da cidade e das regiões**, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados (roteiro de entrevista)

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

- 1) Fale de sua trajetória profissional e/ou vivência no bairro Lomba do Pinheiro.
- 2) Qual o panorama das crianças e dos adolescentes da região?
- 3) De que forma iniciou-se a perspectiva do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente, na cidade de Porto Alegre?
- 4) De que forma iniciou-se a perspectiva do trabalho em rede de atendimento à criança e ao adolescente, no bairro Lomba do Pinheiro?
- 5) Qual a função e os principais objetivos da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro?
- 6) Quem ou quais serviços participam da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro?
- 7) Qual a importância das redes de atendimento à criança e ao adolescente na sociedade atual?
- 8) Como se estabelece a relação e/ou participação do Poder Público na rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro? De que forma se articulam?
- 9) A comunicação/relação entre o Poder Público e a rede é fluída/efetiva? Por quê?
- 10) Como se estabelece a relação e/ou participação da comunidade local na rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro? De que forma se articulam?

- 11) Como a comunidade local é informada sobre os resultados/deliberações/conquistas da rede e como a mesma manifesta seus interesses e reivindicações?
- 12) De que forma a Rede Lomba articula e se relaciona com a imprensa local e com a grande imprensa de Porto Alegre?
- 13) Além dos encontros mensais, os participantes/membros da rede comunicam-se de que forma?
- 14) Você considera importante haver uma melhor comunicação entre os membros da rede, bem como entre a rede e sua comunidade?
- 15) Tendo em vista os objetivos e a função da rede de atendimento à criança e ao adolescente da Lomba do Pinheiro, consideras que a mesma está sendo efetiva?

ANEXOS

ANEXO 1 – Ata reunião / 10 de março de 2009

30

foram discutidos durante o ano como bolsa-família, Redução de Danos, etc que então possamos ter mais presente a sistematica dos retornos das questões já encaminhados. Eliomar ficou de buscar a informação de que se é possível realizarmos as reuniões da rede no Espaço do Centro cultural. Próxima Reunião deveria então ocorrer no dia 10/03/09
 Comissão: Marco Aurelio, Eliomar, El Joice e Cristina.
 Fica encaminhado que na primeira reunião de 2009

Aprovada a ata da reunião anterior iniciam-se as reuniões do dia 10 de Março de 2009. Tendo como assuntos de pauta revisão da coordenação (composição pl 2009), programação para 2009 com destaque à pré-conferência da Criança e do adolescente e da assistência social. Eliomar explica sobre a composição e colaboração necessária de participação na Rede e da Coordenação a fim de que a Rede se efetive. Lurdes sugere que entre os assuntos de pauta se priorize a Educação enfocando o transporte "Vou à escola", ensino Médio na região e mais oferta de vagas para escolinhas. André retoma uma sugestão já apresentada na Micro 1 (Mapa), de se fazer um estudo sobre a região. Profa Lisiane fala da proposta da Escola Afonso Guerreiro Lima que pretende trabalhar a partir de um tema gerador e que isto vem ao encontro da proposta de pesquisa da região. Eliomar sugere que os serviços da rede possam levar esta reflexão (sobre a coordenação) e na próxima reunião se traga os nomes destas pessoas. Márcio, Conselheiro Tutelar fala sobre a experiência do Conselho de 1º Janeiro/2008 até os dias atuais. Informa que no dia de hoje estão

* Espaço pl ensino médio

saindo antecipadamente da reunião para apresentarem a prestação de Contas do CTG em 2008 na Câmara de Vereadores. Sara sugere que continue sendo este local onde estamos Sede do CAR. Lisiane sugere que quando houver apresentação dos serviços possamos construir resumos das informações passadas, a fim de levarmos para nossos colegas dos serviços que não conseguem vir na reunião da rede. Eliomar solicita que seja definido o assunto de pauta para próxima reunião e que as demais possamos organizar os temas e a ordem na próxima reunião. Ficou encaminhado: a representação na comissão de organização da pré-conferência: Magna UBS Esmeralda; Turdes Vila Pinhal; Ana Lucia Vila Pinhal; Jade UBS Esmeralda; Cristine - Cesmapa; Eliomar Ong' Esmeralda e Joice CPCA. Para representação no comitê municipal de Enfrentamento à Exploração Sexual fica com Lenice - A. Social da Recreio de Divise. Assim encerra-se a reunião definindo como próxima pauta Educação e Prestação de Contas do CTG para 14/04 e PENSE e Ação Rua para a reunião de 12/05/2009.

14/04/09 14/05/09

A reunião inicia-se com informes. Após Joice coloca o tema da coordenação para que se defina a nova coord. da rede: Vânia pela saúde, Rafaela / CPCA, Turdes / Greches, Carlos Linheiro, Cristiane / Eve Caminetti, Neusa / CT. Após foi acertada as datas das próximas micro redes. Só faltou a micro 4, que Rafaela irá informar. Cristiane relata a alteração da pauta devido à pré Conferência. fala também do cronograma de pré Conf. que apresenta para aprovação dos presentes,

ANEXO 2 – Ata reunião / 08 de setembro de 2009

Reunião Coordenação 28/09 - 9h - CPA

Reunião Rede Lumbra do Pinheiro 08/09/09
 Informes: Professora Lúci informa que a escola Sant Hilaire fará audiência pública no dia 15/09/09 às 18 horas. A audiência é para discutir a segurança pública.

Vânia informa, digo, traz como reflexão para esta rede a importância de sabermos sobre a agressão sofrida por um adolescente de 15 anos por parte da Brigada Militar, este jovem foi espancado, segundo o adolescente ele relata que os policiais o levaram em uma casa abandonada onde ele foi espancado e teve o timpaço perfurado. Vânia sugere uma representação oficial desta rede na audiência pública, também sugere uma carta de repúdio a esta ação da BM (POE)

A Professora Lúci diz que far hávia

outras situações inadequadas do POE com relação a alunos da Escola Sant Hilaire.

Como representação da rede o núcleo de Justiça Comunitária se compromete a participar e representar a mesma na audiência pública do dia 15/09/09.

Loice informa que nesta data haverá a reunião extraordinária da COASB. a partir terá a eleição. Dia 26/09/09 terá a reunião ordinária, ambas as reuniões serão às 19 horas.

Jaice informa o calendário e pautas para as próximas reuniões da rede, até o mês de dezembro. Também relata que no dia 03/10/09 haverá o Jantar Baile de comemoração aos 30 anos do CPCA.

Cristina informa que para Conselho da COPS a região tem três candidatas, a eleição terá dia 29/09/09 das 15 às 20 horas no CPCA. Somente os moradores da comunidade tem direito a voto.

Thiana funcionária da ABO informa que a instituição disponibiliza atendimento odontológico para a comunidade escolar, para tal é necessário agendamento. Vânia sugere que a ABO e o NASCA afinem agendas e ações a fim de otimizar o serviço.

Pauta.

Equipe de matriciamento em saúde mental. Representantes: Luiza e Adriane. Luiza refere que dentro da região a saúde

básica, tem como referência o NASCA e o CIAPS.

Fora da região existe o HEP, SANTA MARTA e JAMO.

A equipe de apoio matricial é composta por três psicólogos, três assistentes sociais, uma TO, além de estagiários e residentes. Esta equipe dá suporte à atenção básica.

O matriciamento não é específico da saúde mental, no entanto, o Ministério da Saúde, desde 2002 trabalha na perspectiva de pensar na corresponsabilidade com o usuário. A equipe de matriciamento deve estar organicamente junto com a equipe de atenção básica. A lógica é o serviço especializado estar junto com a atenção básica.

O apoio matricial está alicerçado no tripe vínculo, enquadramento e responsabilização. A proposta de trabalho é atuar junto ao território de atenção básica, bem como atuar como suporte técnico para comunidade em geral no sentido de organizar trabalhos educativos, oficinas e outras.

Na Lamba a equipe de matriciamento do suporte para UBS Mapei, PSF Lamba, (03 equipes) e PSF Vigosa.

Sr Carlos Pinheiro informa que a PMPA abre vaga para 100 médicos para Porto Alegre.

Luiza e Adriane informam o telefone da equipe de matriciamento é o mesmo da gerência de Saúde.

A próxima reunião terá no dia 13/10/09 às 14 horas.



ANEXO 3 – Ata reunião / 13 de outubro de 2009

Reunião Rede Lambea

Data: 13/10/09

Local: Car Lambea.

① Apresentação dos presentes;

② Informes;

③ Pauta: Educação para cidadania

- Palestrante: Gládis, prof. de M.P.

- Conhecimentos que se tem^{gral} é importante desde que ande de acordo com a realidade; Faz reflexão sobre a qualidade de ensino e importância da reflexão/ação e levar em conta a diversidades étnicas/culturais. Regue que trabalhar com humana e social é sofrer no Brasil.

Resalta a importância do hábito cotidiano da leitura, pois é ela que aprimora, o conhecimento e aprofundagem. É preciso analisar os pontos positivos e negativos. É preciso ver o que aprendemos a fazer e o que se faz. Não de companhia e poder. O trabalho de cada um tem ter visão transformadora na coletividade.

- C. Tutelar: Jaque informa que está encaminhando um requerimento para C. Vereadores chamando uma audiência pública na região sobre Educação.

- Fórum de segurança: Verimar comunica sobre a reunião no sábado 17/10 no Car sobre praxe.

ANEXO 4 – Ata da reunião / 10 de novembro de 2009

ATA DA REUNIÃO DA REDE LOMBA

10/11/09

A reunião inicia-se com informes: Eliomar convida para a CORTS dia 18/11 as 19h no CPCA. Convida também para a CORTS ordinária do dia 25/11 as 19h. Informa também que no último PROP foi hierarquizados os temas e as demandas do OP 2010. Márcio CT informa que fará a vez o novo membro do CT na Rede substituindo a conselheira Neuze, pois periodicamente há alternância na presença dos conselheiros na Rede. Rosângela convida para festa de Natal de UBS Panorâmica, pede o apoio e a colaboração dos presentes que possam contribuir com o evento.

Liziane pergunta até quando as FICATIS podem ser encaminhadas ao CT e Márcio responde. Vânia informa que semana passada houve reunião entre a saúde, Educação, Assist. Social e Segurança Alimentar, onde foi dito que o adolescente de 16 anos acima, hoje tem autonomia para decidir se continua ou não estudando. Pergunta então como fica a FICATIS deste aluno. Pergunta qual posição da Rede com relação ao assunto.

Márcio responde que atualmente o Judiciário e o MP estão recomendando que o adolescente de 14 anos hoje tenha autonomia para decidir se frequenta a escola ou não. Diz que hoje a urne jurisprudência favorável a esta questão. Vânia diz que na reunião os representantes de SMEO desconheciam esta recomendação do MP e Judiciário. Márcio continua explicando o conteúdo da jurisprudência e se propõe a trazer para próxima reunião o documento de jurisprudência.

Prof. Alcino se apresenta e comenta que parece que a decisão veio de cima para baixo, sentimento idêntico ao que sente Márcio do CT.

Vosmar convida para reunião de Segurança dia 26/11 as 19:30h no CAR.

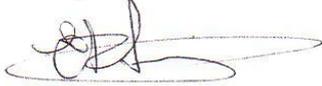
Diz que serão debatidos a implantação das câmaras de vigilância sendo 10 para a região. Diz também em divão ser debatido a questão das Ten House com as crianças e adolescentes da região. Chamar atenção o convite falando da importância das 10 câmaras de vigilância que as comunidades irão apontar onde consideram prioritária a instalação.

Chamar sugere que se reune mais informações sobre o tema que envolve a autonomia dos jovens a partir de 14 ou 16 anos na frequência escolar e que se faça um debate profundo na Rede para ver qual caminho devemos seguir e firmar posição enquanto Rede. Nas próximas reuniões devemos pautar o assunto convidando autoridades e educação para debater. Marcio também fala de nova orientação que estabelece o máximo de 2 anos de permanência de criança e adolescente em abrigo. Diz que as autoridades ou o CT deverão encaminhar diretamente ao juiz o pedido de abrigação, e que o CT não terá mais a exclusividade de no pedido de abrigação. Diz que os processos serão encaminhados a 2ª vara com o juiz Fernando Paixão. Marcio também fala da regionalização da educação que considera toda a região de Dombos e Agromomia e que deverá ser sub-dividida. Marcio se propõe a formar a coordenação de Rede, pois Chamar cobra que não poderá mais colaborar na coordenação por assumir outras atividades que não dispõe de tempo hábil para auxiliar a coordenação. Diz que continue frequentando as reuniões de Rede porém apenas como membro de Rede.

É debatido também o encaminhamento dos demandados das escolas para a saúde, onde as vezes são usados alternativas de atendimento que não envolvem o PSF de comunidade.

Vânia esclarece que deveria haver mais interlo-
cução entre os membros de Rede e os serviços de
saúde, pois as vezes o serviço de saúde não fica ao
par do que acontece nas escolas com suas deman-
das. Próxima reunião dia 08/12 com a pauta ava-
liação do ano e planejamento de 2010.

Após, encerrando a reunião.



ANEXO 5 – Ata da reunião / 08 de dezembro de 2009

40

Reuniões da Rede Lomba do Pinheiro.
 Data: 08 de dezembro. Local: CAR Lomba do Pinheiro. Teve início às 14 horas. Na sequência apresentações dos presentes, logo em seguida os informes. Gilmar relembrou que a reunião de Distrital dia 09 de dezembro. Giovana informa sobre o evento que acontecerá dias 16 à 17/12 em Salvador sobre o tema no que se refere a Museus/Ministério da Cultura. Sobre o PRONASF, Geovane informe que foi aprovado o projeto cancha poliesportiva Centro Cultural. Joice do CPA ^{informou} está fazendo as inscrições do JASE em janeiro para novas inscrições. Na sequência como tema do encontro foi proposta a avaliação das atividades 2009. Jânia refere que a presença das entidades foi bem positiva com participação de um número bem representativo de pessoas. Geovane coloca que para o ano quem vem devemos ter uma reflexão mais aprofundada sobre o trabalho da rede junto com o C. Tutelar, estreitar mais as relações. Lourdes traz, o quanto é importante trazer mais os representantes da comunidade, participar mais das reuniões. Ponto positivo para a região foi a implantação do "Ação Rua". Sara coloca sobre os desafios para 2010, como a implantação de projetos de juventude, CRAS, novos serviços na área de saúde mental (drogadicção) Lourdes informa sobre reunião do COEAS dia 16 de dezembro com o Tema sobre o SUAS, na parada 10 CPA às 19 horas. A jornalista ^{do} ~~do~~ ^{Thiana} ~~Thiana~~ enfatiza o quanto este espaço é importante, vê como fundamental para futuros encaminhamentos. Pensa que uma

proposta para 2010 seria uma articulação mais efetiva no mês, pois o encontro ocorre uma vez por mês e depois ficamos sem comunicação. Sugere, talvez, um contato através do MSN, e uma coordenação com mais pessoas participando para que aconteça uma articulação maior. Vários membros do grupo trouxeram o quanto a educação está precarizada, escolas com precárias condições de infra estrutura, do tipo: falta de lâmpadas, uso do telefone restrito para não ultrapassar verba mensal, ficando prejudicados os contatos via telefone celular. Decido e foice sugerem para o próximo ano, uma mediação entre a escola e a rede. Será acrescentada a importância de um material metodológico sobre a rede, que pessoas estar nos dividindo em grupos e participar das reuniões das escolas, levando este material contendo informações sobre a rede. Como planejamento para 2010 foi colocado rever o convite para o Ministério Público estar participando da reunião de rede. Também ver a possibilidade de confeccionar uma cartilha com informações sobre a rede. Quanto a coordenação de rede ficou com a coordenação geral -> Geovane e Márcio (C.T.) Joseane (da Ação Lusa), Vânia Deise, Thiana, Carlos Pinheiro (Justiça Comunitária). Na sequência fazemos uma confraternização de encerramento do ano 2009. Retomaremos as atividades dia 09 de março de 2010.